

*ECONOMICUS* n°2

# REVISTA ANGOLANA DE CIÊNCIA ECONÓMICA

1ª Edição

Preço: 2900 kz  
Outubro de 2024





*ECONOMICUS*  
*nº2*  
*REVISTA ANGOLANA DE CIÊNCIA ECONÓMICA*

*Centro de Investigação económica*  
*da Universidade Lusíada de Angola*  
*CINVESTEC-ULA*

Patrocínios:



**Título:**

**Revista Economicus N° 2**

Outubro de 2024

**Número de Depósito Legal**

N.º 461/2024

**Copyright © Universidade Lusíada de Angola**

Proibida a reprodução total ou parcial desta revista sem a autorização expressa da Saber Angola, Prestação de Serviços, Lda. Todos os direitos estão reservados.

**Contactos:**

E-mail: [Info@cinvestec.com](mailto:Info@cinvestec.com)

Internet: <http://www.cinvestec.com>

**Revisão:**

Escolar Editora

Bernardo Vaz

**Edição:**

Heitor Carvalho

**Capa:**

Ezequiel João Sebastião

**Número de Exemplares:**

100

**Impressão:**

Duy T.Anh – Casa de impressão 1.º de Maio

# ÍNDICE

Apresentação .....	5
ARTIGOS CIENTÍFICOS .....	6
O <i>up and down</i> da economia angolana: uma análise dos determinantes das exportações do petróleo bruto (1996–2022).....	7
Avaliação do PRODESI enquanto política pública: há luz no fundo do túnel?.....	22
Investimento Directo Estrangeiro (IDE) no sector industrial em Angola na criação de novos postos de trabalho. Período de 2020–2022 .....	34
O impacto da variação da taxa de câmbio nas importações angolanas de bens.....	44
Observatório da banca angolana: análise da performance dos bancos (privados e públicos) e o processo de consolidação da diversificação da economia (2020 a 2023) .....	56
Modelo SIR (Susceptible-Infected-Recoved) para estimativa do número básico de reprodução (R0) aplicado à covid-19 em Angola.....	75
Aspectos relevantes para a melhoria do processo de integração económica regional .....	81
da SADC e do engajamento de Angola.....	81
Modelo exponencial para tendência de crescimento da população: Aplicação nas projecções da população de 2020–2030, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Namíbia .....	104
ARTIGOS DE OPINIÃO .....	120
Os efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	121
A adopção das IAS/IFRS e impactos fiscais — Locações.....	126
Índice de desenvolvimento dos municípios: análise criteriosa dos indicadores e suas dimensões.....	130
TRABALHO DE ALUNO.....	138
Taxa de inflação e importação numa perspectiva econométrica.....	139



## **Apresentação**

Neste número apresentamos 8 textos científicos, 3 artigos de opinião e 1 trabalho de aluno, apresentados, dentro de cada secção, pela ordem cronológica da sua submissão.

É com muito orgulho que vos apresento mais uma realização do CINVESTEC.

Os trabalhos dos autores são muito importantes para o desenvolvimento da ciência económica em Angola. O CINVESTEC agradece a todos pela dedicação e esforço.

Compreendendo as dificuldades porque passam os Angolanos e no intuito de divulgar melhor a ciência que se faz em Angola, o CINVESTEC resolveu colocar à venda a revista a um preço de capa inferior ao preço de produção, suportando com recursos próprios o prejuízo financeiro.

É um esforço que fazemos a bem da divulgação da ciência económica angolana que esperamos se desenvolva com mais estes trabalhos.

Esperamos que a publicação agrade e que possamos todos ver os frutos num futuro não muito distante.

Obrigado

Heitor Carvalho

Director do Cinvestec



## **ARTIGOS CIENTÍFICOS**



## O *up and down* da economia angolana: uma análise dos determinantes das exportações do petróleo bruto (1996–2022)

Paulo Vica

[Paulo.vica23@hotmail.com](mailto:Paulo.vica23@hotmail.com)

Sem vinculação institucional

ORCID:0009-0005-6497-2305

### Resumo

Ao longo de quarenta anos, a indústria de petróleo em Angola tem sido a que mais contribui para geração de riquezas, com cerca de 60% das receitas inscritas no OGE. Todavia, trata-se de um sector complexo e de elevado risco devido à sua exposição à oscilação. Neste contexto, o presente trabalho investigou os determinantes das exportações do petróleo bruto angolano no período de 1996 a 2022. E, dada a expressividade deste sector no PIB, deduz-se que os determinantes das exportações do petróleo bruto angolano são simultaneamente os mesmos que influenciam o *up and down* na economia. Para o efeito, foi estimado o modelo dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) — robusto, com dados anuais (1996–2022). Os resultados apontam que a economia angolana é muito sensível às instabilidades — políticas e económicas, o que sugere políticas económicas estruturantes que dinamizem o mercado interno. Ademais, o estudo também observou que as políticas monetárias, administradas pelo BNA, por via da taxa de juro, têm gerado um efeito negativo (-2%) sobre as exportações em causa. Por outro, a pesquisa constatou que as exportações do petróleo continuam a ser beneficiadas pelo aumento sucessivo do preço, gerando um efeito de cerca de 3%.

**Palavras-chave:** Economia angolana; Exportação de Petróleo; *Commodity*; *Up and down*; Método MQO Ordinário.

### Abstract

The oil sector has been the one that contributes most (around 60%) to generating wealth for the country. However, it is a complex and high-risk sector due to its exposure to fluctuation. In this context, the present work investigated the determinants of Angolan crude oil exports in the period from 1996 to 2022. And as the sector is quite significant in the OGE, it is therefore assumed that the determinants of crude oil exports are jointly determinants of the *up and down* in the economy. For this, the Ordinary Least Squares (OLS) model was estimated — robust, with annual data (1996–2022). The results indicate that the Angolan economy is very sensitive to instabilities — political and economic — in the international arena, which suggests structuring economic policies that boost the internal market. Furthermore, the study also observed that monetary policies, through the increase in interest rates, administered by the BNA have generated a negative effect (-2%) on the exports in question. On the other hand, it was found that Angolan crude oil exports have benefited from the increase in international prices by around 3%.

**Keywords:** Angolan economy; Oil Export; *Commodity*; *Up and down*; Ordinary OLS Method.

## 1.Introdução

Nos últimos anos, a economia angolana tem se ressentido, gravemente, dos efeitos políticos e económicos que têm afectado as grandes economias, como corte de produção e manipulação do preço da *commodity* petróleo. Contudo, a problemática da dependência da economia angolana do petróleo data de há mais de quarenta anos, apesar de ser muito mais perceptível com o fim do conflito civil (2002).

Nos últimos nove anos, o orçamento geral do Estado (OGE), enquanto instrumento económico de condução da política macroeconómica do país, tem sido impactado pelas sucessivas oscilações do preço do petróleo, uma vez que o país não soube tirar proveito — alta do preço — deste sector para dinamizar o sector não petrolífero, de modo a diversificar as fontes de receitas do OGE.

Supostamente, países dependentes da *commodity* petróleo têm desperdiçado mais tempo na adopção e implementação de medidas concretas que permitam acelerar o processo de diversificação da economia. Em parte, se conjectura, pelo facto de o sector propiciar rápidas entradas de fluxos financeiros — receitas —, tendo em consideração a alta demanda deste produto. Este fenómeno, que Angola (re)vive, é conhecido como “doença holandesa” [Cordeu e Neary, 1982] e tem gerado malefícios na *performance* da economia.

O mercado de *commodities* assume-se como sendo de alto risco, devido à sua exposição à oscilação, portanto, o sector petrolífero não está imune a este risco. A crise neste sector teve início nos anos de 1970, contudo, tem sido cada vez mais frequente — ciclos curtos — na primeira década de 2000 e nos anos subsequentes.

Países submisso a receitas geradas pelas vendas da *commodity* petróleo sofrem constantemente com a oscilação do preço, o que em parte influencia a *performance* da economia. Assim, sempre que o sector for afectado pela positividade ou negatividade dos seus determinantes, a economia reagirá no mesmo sentido. Chamarei a este comportamento “*up and down*”<sup>1</sup> da economia angolana.

O *up and down* da economia angolana tem causado fortes preocupações à sociedade civil e ao governo, dado a deterioração da economia desde 2014. No entanto, a fraca *performance* da economia angolana é anterior a esta data. Embora a situação<sup>2</sup> seja do domínio do governo, a adopção de políticas, económicas e administrativas, assertivas, tem tardado.

O país perdeu a oportunidade de ampliar as suas fontes de receitas numa fase épica da economia: 2002 (13,7%); 2004 (10,9%); 2005 (15,03%); 2006 (11,5%); 2007 (14,01%) e 2008 (11,17%)<sup>3</sup>. E, não obstante a morosidade, algumas medidas não produzem os efeitos esperados, por três razões possíveis: (1) ausência de (infra-)estrutura económica que permita uma reação satisfatória das políticas macroeconómicas implementadas, ou seja, o país carece urgentemente de mudança da sua base produtiva; (2) aumento da dívida pública, sem no entanto possuir fortes indústrias no sector não petrolífero, capazes de suportar a economia, sempre que forem verificados cortes na produção e/ou queda do preço da *commodity* petróleo; (3) adopção de medidas, económicas e administrativas, descontextualizadas da realidade local<sup>4</sup>. Assim, a presente investigação visou analisar os efeitos dos determinantes do *up and down* na economia por via das exportações do petróleo bruto (1996 a 2022). Nesta perspectiva, o trabalho apresenta sete secções, incluindo a conclusão.

---

<sup>1</sup> Pressupõe uma tentativa de relacionar os determinantes das exportações do petróleo bruto angolano com a *performance* da economia.

<sup>2</sup> Ausência de (infra-)estrutura económica que possa diversificar as fontes de geração de receitas e apostar em sectores de grande complexidade económica do sector não petrolífero.

<sup>3</sup> Informações geradas em 01/2024 a partir da base de dados do FMI (Fundo Monetário Internacional).

<sup>4</sup> Medidas muito penosas que têm agudizado cada vez mais a situação socioeconómica da população.

## 2. Performance da economia angolana centrada na commodity petróleo

A trajetória da economia angolana está intimamente ligada ao curso da sua história política<sup>5</sup>. Entre 1975 e 1986, o país teve uma economia centrada no Estado e, diante dos desafios internos (guerra civil) e externos (guerra fria), a situação socioeconómica foi-se deteriorando progressivamente, o que levou o governo na época a efectuar reformas económicas (1987–1990)<sup>6</sup> para a transição de mercado, com o propósito de potenciar a economia<sup>7</sup>.

O país viveu um longo período de conflito civil, sobretudo no final do século xx. A guerra não só provocou perdas de vidas humanas, mas também fragilizou gravemente a economia, com registo da pior *performance* — altas taxas de inflação, elevado desemprego e acentuada desvalorização da moeda nacional —, com esta última a obrigar o estado a “dolarizar a economia”. Neste período, dada a precária da situação financeira do aparelho do Estado, são cogitadas medidas que visam alterar o curso da economia, dando azo à implementação plena de reformas que conduzisse a uma economia de mercado.

**Tabela n.º 1:** Evolução da Taxa de Inflação (1991–1999)

Ano	Angola	EUA	UE	África Subsariana	Mundo
1991	83,78	4,23	5,48	8,93	9
1992	299,51	3,03	6,22	9,49	7,64
1993	1378,53	2,95	4,85	9,52	7,14
1994	945,79	2,61	4,72	27,45	10,25
1995	2666,45	2,81	4,43	11,43	9,08
1996	4145,11	2,93	3,56	7,19	6,53
1997	219,18	2,34	3,11	7,65	5,55
1998	107,28	1,55	2,42	6,44	5,1
1999	248,2	2,19	2,16	4,36	3,04

**Fonte:** Elaboração própria, dados extraídos do BM (data.worldbank.org)

Os dados acima, tabela n.º 1, demonstraram a vulnerabilidade da economia diante de um cenário triste e repudiável, de conflito civil, que durou pouco mais de vinte oito anos. No entanto, o conflito interno não foi o único factor condicionante da *performance* da economia neste período.

O país tem uma economia muito centrada no petróleo e ocupa os lugares cimeiros de maior produtor de África, alternando o primeiro lugar com a Nigéria, [OPEP, 2023]. E, durante muitos anos, o governo deu o petróleo como colateral para obtenção de empréstimos do exterior. A China tem sido o principal parceiro comercial e credor, desde 2008, seguida

<sup>5</sup> Início da luta de libertação colonial, independência, realização das primeiras eleições gerais e um período de interregno entre a primeira e a segunda eleições, tendo estabilizado em 2008–2017.

<sup>6</sup> Saneamento Económico e Financeiro (SEF-1987); Programa de Recuperação Económica (PRE-1989/90); e Programa de Ação do Governo (PAG-1990). Embora os referidos programas tivessem objectivos específicos, partilhavam um, garantir os meios financeiros necessários do governo-Estado, como principal força económica do país, durante a fase do monopartidarismo e com uma economia mais centralizada do que propriamente de mercado, até finais de 1990 (Emanuel Enes Ferreira, 1993/94).

<sup>7</sup> Reportagem realizada (a 22.07.2022) pelo Jornalista Cristóvão Neto a distintas individualidades académicas e políticas.

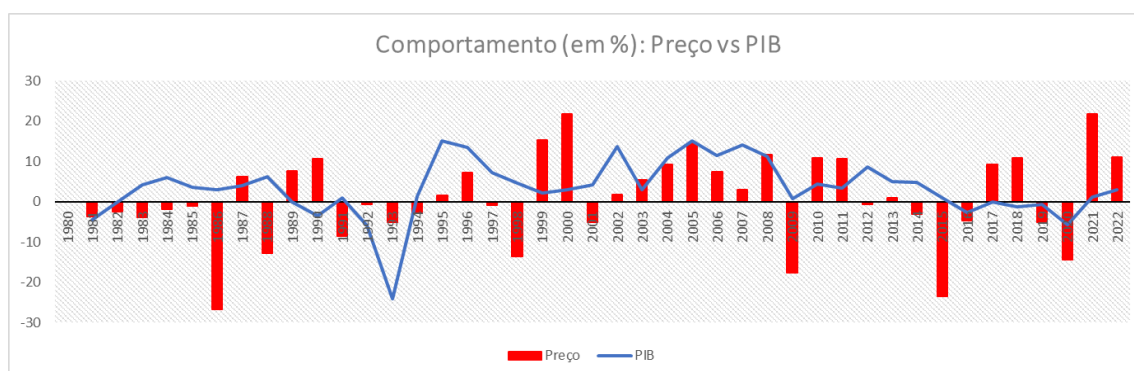
pelos demais países<sup>8</sup>, EUA, Reino Unido, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Países Baixos, Portugal, Namíbia e República Democrática do Congo.

Nos últimos vinte anos, a economia registou uma variação média de crescimento de 4,39%, enquanto a taxa média do crescimento da dívida pública, no período igual foi cerca de 58%. A despesa do governo registou uma variação média de crescimento de 31%.

O crescimento da economia está estritamente ligado ao sector petrolífero [OPEP, 2023; AGT, 2021], ou seja, o sector é o principal motor dinamizador da economia, pelo que uma queda do preço gera uma forte pressão cambial, o que torna mais dispendiosa a importação de bens e, concomitantemente, eleva a inflação. Esta *commodity* contribui em cerca de 75% para as receitas inscritas no OGE, deixando o Estado constantemente apreensivo, tendo em conta a manipulação do seu preço, por via de cortes da produção ou de outra natureza (conflitos, por exemplo). Ademais, economias centradas em *commodity* são mais suscetíveis de possuir instituições com menos qualidade, ineficientes e burocráticas [Mehlum *et al.*, 2006]; Mulwa e Mariara, 2016)].

A economia angolana tem sido fortemente influenciada pela variação do preço do petróleo, principalmente no período pós-conflito. Contudo, é possível observar no gráfico abaixo que em alguns anos o preço não teve efeito suficiente na economia para que ocorresse *up and down*. Deste prisma, deduz-se que existirão mais factores que, quando combinados, pressionam para ocorrência deste efeito.

### Gráfico n.º 1:



**Fonte:** Elaboração própria, dados extraídos do IMF

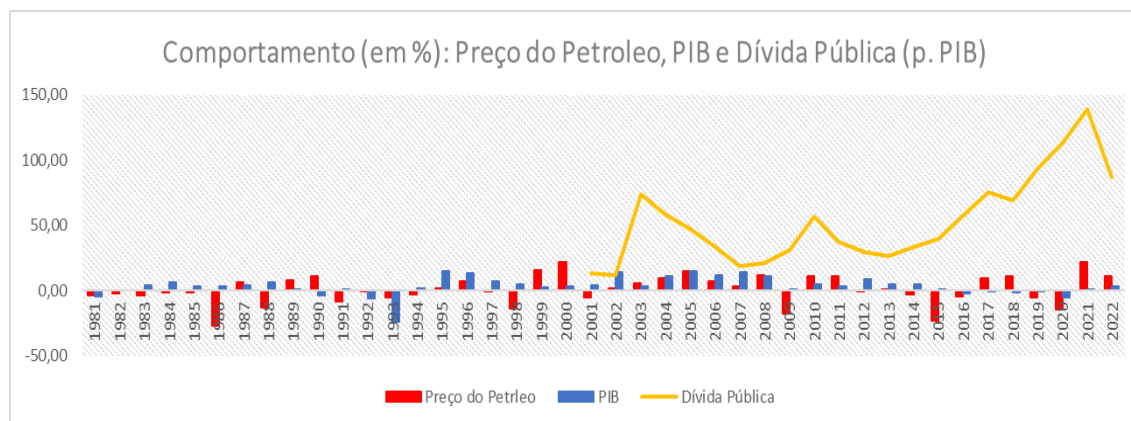
Os dados referenciados, gráfico n.º 1, ilustram que entre 1983– e 1990, não ocorreu *up and down* na economia, por via do preço do petróleo, à excepção de 1987. Porém, é possível identificar, de forma intuitiva, o efeito em anos ulteriores — com menor (2003 e 2016) ou maior incidência (1993, 1996, 2005, 2006, 2008 e 2010).

Economias menos concentradas não só tendem a ser mais produtivas como também são mais resilientes aos choques externos [Sachs e Warner, 1995], face à existência de inúmeras indústrias competitivas em vários domínios da economia, com propósito de atender à demanda (interna e externa). Deste modo, às exportações financiam a demanda interna no exterior, sem que se recorra constantemente aos fluxos de capitais externos. Assim sendo, qualquer governo que queira sair desta armadilha — “doença holandesa” — deve aproveitar todas as oportunidades que permitam a diversificação da economia, sob pena de se tornar vulnerável e elevar os riscos — de investimentos, de emissão de dívida pública, de desvalorização da moeda, por exemplo.

<sup>8</sup> Dados do MIREMPET/BNA/DES ([www.bna.ao](http://www.bna.ao)).

A dívida Pública<sup>9</sup> do país, tem registado um aumento acentuado desde 2017. No entanto, o gráfico abaixo ilustra que a dívida pública no período compreendido 2003 a 2008 teve crescimento maior, embora menos gravoso, compensado pelos constantes aumentos do preço do petróleo, o que permitiu estimular o crescimento da economia e fazer que o peso da dívida em relação a este continuasse sustentável.

**Gráfico n.º 2**



**Fonte:** Elaboração própria, dados extraídos do IMF.

A diversificação de uma economia, decorre da necessidade de reduzir os riscos, referenciados, sobretudo, resultante de empréstimos cada vez mais onerosos, que comprometem o crescimento da economia. Assim, “[...], qualquer oportunidade específica de diversificação, [Penrose, 1979] é simplesmente uma oportunidade”. Portanto, atendendo ao cenário actual, os governos [Rodrigues, 2015] devem cada vez mais empenhar-se no sentido de diversificarem os investimentos como forma de reduzir o risco.

O debate em torno da diversificação da economia angolana tem sido fortemente cogitado desde 2002, e inserido nos PDN (2018–2022<sup>10</sup> e 2013–2017<sup>11</sup>), no âmbito de vários programas estratégicos da economia que possam acelerar o processo de diversificação, bem como tornar a economia mais resiliente às instabilidades políticas e económicas, no contexto nacional e internacional. A não consumação destas políticas compromete a multiplicidade de fontes de riqueza.

A taxa média de crescimento do investimento, e sua participação no PIB, tem observado uma desaceleração desde 2010, antecedida de uma contracção no crescimento do preço médio anual do petróleo em 2009 (-17,54%) após anos de variação positiva do preço desta *commodity*. Apesar do preço médio anual da *commodity* ter atingido valores máximos históricos entre 2011 e 2013, os anos posteriores têm sido difíceis para a economia angolana, em resultado de sucessivas exposições à oscilação — cortes de produção<sup>12</sup> e manipulações do preço.

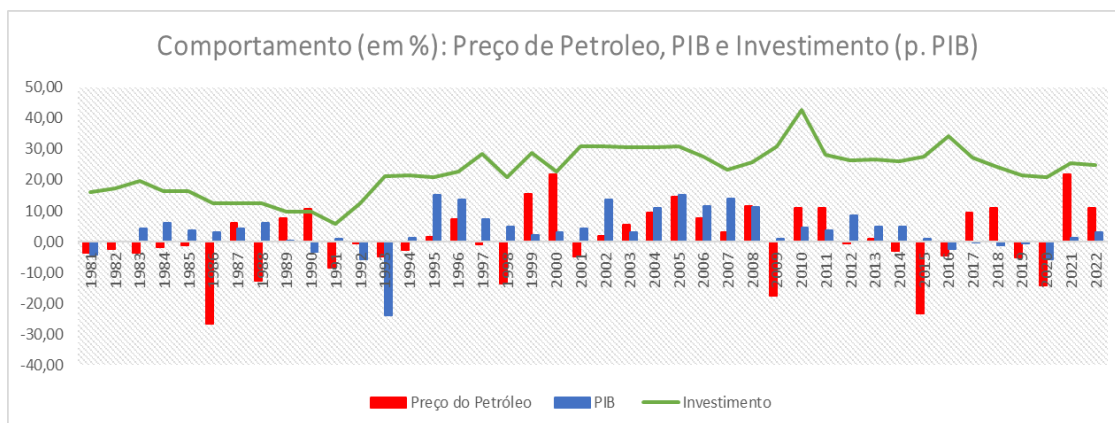
<sup>9</sup> Trata-se do peso da dívida pública no PIB.

<sup>10</sup> Descritas no Eixo n.º 2 do plano estratégico para diversificar a economia.

<sup>11</sup> Descritas no quadro n.º 5, “Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento” que conduzissem a diversificação da economia.

<sup>12</sup> De referir que Angola, no âmbito das políticas de corte/quotas da OPEP, não tem sido afectada, pois a sua capacidade produtiva esteve sempre abaixo desta fixação.

### Gráfico n.º 3



Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do IMF.

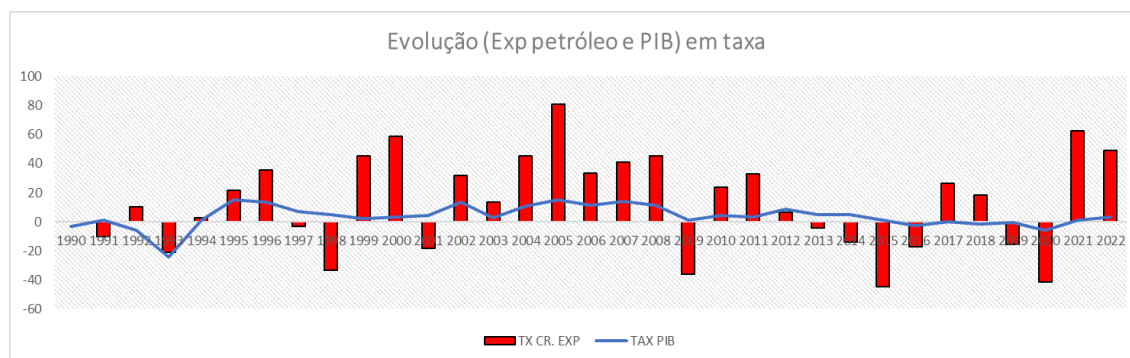
A problemática do crescimento económico foi sempre uma questão que suscitou uma pluralidade de narrativas distintas, sobretudo de autores proeminentes [Keynes, 1936; Kaldor, 1950; Perroux, 1955; Myrdal, 1960; Hirschman, 1961; Thirlwall, 1972, por exemplo], e, em Angola, o assunto tem merecido debates por parte da sociedade civil [Rocha, 2007–2012; UCAN, 2010–2012; Cinvestec, 2019, UÓR, 2021, por exemplo] e, em particular, do governo [PRODESI, 2018], onde se apontava já a vulnerabilidade da economia face à dependência excessiva do petróleo.

### 3. Exportação do Petróleo Bruto angolano: seus determinantes — ensaio empírico

A Desde os primeiros anos da década de 1990 que o sector petrolífero tem contribuído com cerca de 90% do volume total das exportações do país, ocupando um peso de pouco mais de 60% no PIB<sup>13</sup>, o que gera forte preocupação pelo facto do país não ter domínio do preço.

As receitas do petróleo são obtidas, principalmente, por concessões (70%) e impostos (IRP — Imposto de Rendimento de Petróleo; Impostos sobre as Transações de Petróleo; e IPP — Imposto sobre Produção do Petróleo). Uma oscilação no mercado internacional, quer pelo corte de produção e/ou pela redução do preço gera um efeito quase que instantâneo na economia angolana. As receitas obtidas deste sector [BNA, 2022] têm sido cirúrgicas e estratégicas<sup>14</sup> para a manutenção da política económica do país.

### Gráfico n.º 4



Fonte: Elaboração própria, dados extraídos da base de dados do IMF.

<sup>13</sup> BNA/DES/2022: Exportação por categorias (1990–2023).

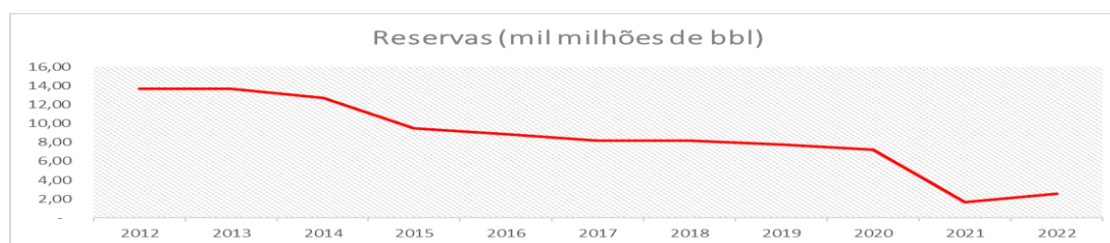
<sup>14</sup> *Idem*, BNA/DES/2022.

Os dados acima, gráfico n.º 4, espelham a relação entre o volume das exportações de petróleo e o PIB, indicando um possível *up and down*. Este comportamento é regularmente observado ao longo do período. Em 1993, a economia regista uma variação negativa (-24%), face a uma queda do volume das exportações do petróleo (-21%). Os anos 1995, 2005, 2006, 2007 e 2008 foram caracterizados pelas maiores taxas de crescimento da economia (15%, 15,03%, 11,55%, 14,01% e 11,17%), período em que o país aumentou consideravelmente o volume das suas exportações de petróleo (21,36%, 81,10%, 33,38% 41,07% e 45,24%).

Em Angola, a exploração deste recurso é realizada principalmente em *offshore*, que representa cerca de 81% do total da produção, através de blocos: Bloco 0; Bloco 2/05; Bloco 3/05; Bloco 3/05 A; Bloco 4/05; Bloco 14; Bloco 14 K; Bloco 15; Bloco 15/06; Bloco 17; Bloco 18; Bloco 31; e Bloco 32. Em contrapartida, a exploração *onshore* são realizada nos blocos de Cabinda Sul, Associação FS e Associação FST (MIREMPT, 2022).

Entre 2004 e 2022, o país teve uma produção média anual de 409.942.145,53 barris de petróleo, correspondendo a um crescimento médio anual de cerca de 27%<sup>15</sup>. No entanto, as reservas<sup>16</sup> do país vão dando sinais de redução desde 2012, um cenário preocupante para a economia.

### Gráfico n.º 5



Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do relatório do MIREMPET-2022.

O gráfico regista que, entre 2012 e 2015, as reservas caíram (31%), enquanto de 2015 a 2019 desceram menos (18%). Porém, a redução foi muito mais acentuada entre 2019 e 2022, fixando-se em (61%), após uma evolução positiva no crescimento entre o ano de 2021 e o 2022, de 55%. De modo geral, as reservas angolanas do petróleo registaram uma redução acentuada (81%) desde 2012.

Conforme observado na secção 1, é possível não rejeitar uma relação directa entre o preço do petróleo e o desempenho da economia, embora em alguns momentos esta observação não seja muito clara. Diante deste cenário, que suscita uma pesquisa mais apurada e sistemática, buscou-se elaborar um estudo econométrico, discutido nos próximos parágrafos, onde são propostas algumas variáveis que ajudam explicar o efeito *up and down* da economia, definindo o volume das exportações como variável de ligação directa com a economia angolana.

## 4. Revisão da literatura

A vasta literatura que aborda a economia do petróleo tem referenciado a importância deste sector sobre a economia e política mundial. [Lopes e Machado, Lord, Jackman e Thomas (2009)], e, apesar dos custos sociais, o sector é o mais demandado e influenciador dos demais sectores, durante as discussões de políticas macroeconómicas a nível nacional e regional.

No âmbito dos vários trabalhos empíricos sobre modelagens econométricas, é comum os autores proporem regressar à variável exportações de petróleo (volumes monetários e quantidades) contra preço da *commodity*, taxa de juros, renda mundial e câmbio [Schettini

<sup>15</sup> *Idem* (a taxa em referência não considera o primeiro ano, por ausência de informação).

<sup>16</sup> 3P: provadas, prováveis e possíveis. MIREMPET-2022.

*et al.* (2012), Amaral *et al.* (2017), Brasil (2002), Calderon (2005)], buscando relacionar estas variáveis para explicar o volume de exportação de *commodity* no mercado internacional.

No geral, a literatura não propõe um método “único” no estudo de modelagens econométricas desta natureza. Ademais, pressupõe-se que os autores visam atender objectivos específicos nas suas pesquisas, Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e Mínimos Quadrados Generalizados (MQG), método dos mínimos quadrados iterativos com redistribuição de pesos, modelo de auto-regressão vectorial com correcção de erro (VECM), modelos de vectores autorregressivos (VAR) e modelo vectorial de correcção de erros (VEC), [Almeida *et al.* (2009), Nakabashi *et al.* (2008), Mortatti *et al.* (2011), Bittencourt e Campos, (2014) e Pereira *et al.* (2017)]. Estes estudos revelaram que as variáveis propostas, preço, juro, câmbio, renda mundial, explicam consideravelmente as exportações de *commodity*.

## 5. Metodologia e fonte dos dados

Na perspectiva de analisar os determinantes das exportações do petróleo bruto angolano, propôs-se o método dos Mínimos Quadrados Ordinário (MQO) — robusto. E, de acordo com a literatura exposta, adoptaram-se as mesmas variáveis explicativas para o caso de Angola, transformadas em taxas de crescimento, para corrigir possíveis picos e vales acentuados entre um período e outro, que podem influenciar os resultados dos estimadores. O modelo econométrico proposto é do tipo:

$$Q_{xoil} = \phi_0 + \phi_1 prec + \phi_2 jur + \phi_3 camb + \phi_4 m + d + \mu$$

Descrição das variáveis:

***Q<sub>xoil</sub>*** (Volume de exportação de petróleo bruto);

***Prec*** (preço em USD/barril);

***jur*** (Taxa de Juro do Banco Nacional de Angola);

***m*** (importação mundial em dólares, proxy da renda mundial expresso em dólares);

***camb*** (Taxa de câmbio real Akz/USD praticado pelo BNA);

***d*** (*Dummy*, foram considerados períodos de crise)

**$\mu$**  (Resíduo)

Sinais esperados:

**$\phi_0$  (constante)** (+/-) o resultado do sinal é indiferente, dado que o coeficiente em si não carece de uma interpretação relevante, embora seja necessário para fins de cálculos (suavizar os valores estimados).

**$\phi_1 prec$**  (+) estabelece uma relação direita com as exportações, ou seja, quando o preço aumenta, o país investe para aumentar a sua capacidade de produção e com isso eleva a exportação, melhorando assim as reservas internacionais.

**$\phi_2 jur$**  (-)<sup>17</sup> exercerá um efeito negativo, pois desencoraja os investimentos a estarem por realizar neste sector, o que compromete as exportações, já que o sector demanda grandes custos de exploração.

**$\phi_3 camb$**  (+) joga uma influência positiva, de acordo com algumas literaturas que abordam o comércio externo, termos de troca. Sugere que um câmbio desvalorizado melhora as trocas comerciais, pois denota menos dólares para aquisição do petróleo exportado.

**$\phi_4 m$**  (+) a variável importação serve como proxy da renda mundial, indica a capacidade de aquisição da demanda externa, ou seja, quanto maior for o crescimento da renda mundial, maior é a capacidade de importação, afectando de forma positiva as exportações do petróleo bruto, dado que o sector petrolífero é bastante influente sobre os demais setores da economia.

---

<sup>17</sup> Taxa do BNA, actualizada em 2010 (ano-base).

*d* (dummy) (-) foi considerado como correspondendo aos períodos de crise (conflito civil e económico). O sinal esperado é negativo sobre as exportações.

Os dados trabalhados foram extraídos de fontes credíveis: Fundo Monetário Internacional — FMI; Organização Mundial dos Países Produtores de Petróleo — OPEP; e Ministério das Finanças em relatórios do OGE, comparados com os dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível e do Banco Nacional de Angola – BNA.

O volume das exportações do petróleo bruto (FMI, OPEP e MINFIN), em séries temporais mensais e transformadas em anuais.

A taxa de câmbio do BNA (mensais, transformados em anuais), extraída do portal do Banco Nacional de Angola e comparada com a base de dados do *Trading Economics*.

A proxy importação foi retirado também da base de dados do Fundo Monetário Internacional, em séries temporais anuais.

Em princípio, o estudo tinha como proposta analisar um período de mais de quarenta anos da economia. Todavia, devido a carência de informações do país e em outras bases, foram analisadas 27 observações, séries temporais anuais. Todavia, julgamos que os resultados não foram comprometidos, para o caso de Angola, por terem passado nos testes preliminares antes da estimação.

## 6. Resultados

Os dados abaixo indicam que a variável preço foi menos desigual (11%) ao longo dos vinte sete anos, em comparação com as restantes variáveis. Já o câmbio foi a variável mais desigual (667%) ao longo do período (1996–2022)<sup>18</sup>.

**Tabela 2:** Estatística Descritiva das Variáveis

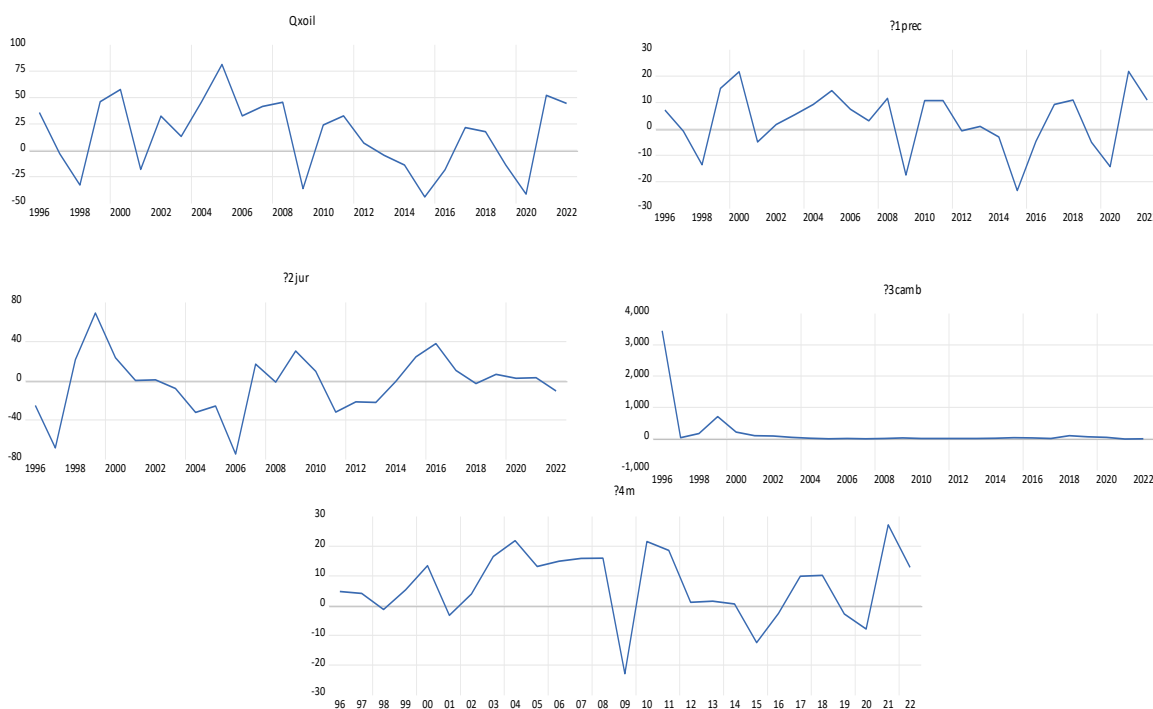
Variáveis explicativas	Número observação	Média	Desvio Padrão	Valor Máximo	Valor Mínimo
<i>Qxoil</i>	27	14.93591	33.92587	81.50878	-44.30159
<i>Prec</i>	27	3.124158	11.41902	21.77577	-23.44522
<i>jur</i>	27	-2.559982	30.43576	69.34346	-75.06719
<i>camb</i>	27	184.8806	666.8490	3448.735	-15.42829
<i>m</i>	27	6.688453	11.46895	27.22484	-22.97470

**Fonte:** Elaboração própria, dados executados no *Eviews*.

Esta constatação é confirmada pelos gráficos abaixo, demonstrando a evolução de cada variável ao longo dos vinte sete anos.

<sup>18</sup> A desvalorização da moeda Kwanza em relação ao dólar tem sido muito acentuada, sobretudo nos últimos três anos.

**Gráfico 6:** Evolução das variáveis no período de 1996 a 2022



**Fonte:** Elaboração própria, dados executados no *Eviews*.

Conforme a tabela 2, observa-se que a moeda nacional tem se desvalorizado bastante em relação ao dólar. É possível também constatar um comportamento de grande contração das variáveis em 2009, face à grande recessão<sup>19</sup>. O gráfico do juro neste período observa um aumento, enquanto as importações, o preço e as exportações registam uma acentuada redução.

A aplicação do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) — robusto requer o cumprimento de certos pressupostos (hipóteses) para que os estimadores sejam não enviesados e eficientes, dando garantia dos testes realizados.

O cumprimento da hipótese da média condicional a zero e da distribuição normal das variáveis foi observado a partir do teste de Jarque-Berra, na tabela 3.

**Tabela 3:** Teste de Jarque-Berra

	J-B	
	Coefficiente	p-valor
Teste de Normalidade	0,694928	0,706478

**Fonte:** Elaboração própria, dados executados no *Eviews*.

A tabela indica que o resíduo segue uma distribuição normal, o valor da média do resíduo, e próximo de zero (-0,000000000000000105).

O teste da raiz unitária é necessário para garantir que as variáveis predictoras permitam análises entre um período e outro ao longo do tempo. Para o efeito, e sob a hipótese nula, existência de raiz unitária foi rejeitada e substituída pela sua alternativa (h1), e as variáveis

<sup>19</sup> Nome atribuído à crise económica mundial de 2009, resultante da crise do mercado imobiliário dos Estados Unidos (2007–2008).

em causa possuem média e variância constante ao longo das observações, ou seja, estacionárias.

Assim, aplicado o teste raiz unitária do tipo ADF ao nível de 5%, obtiveram-se os seguintes resultados:

**Tabela 4:** Teste da raiz unitária do tipo

Variáveis explicativas	Sem filtro H-P		Com filtro H-P	
	DF-GLS	ADF	DF-GLS	ADF
<i>Qxoil</i>	(-4.162011) *	(-3.974021) **		
<i>Prec</i>	(-4.900275) *	(-4.699820) **		
<i>jur</i>	(-3.637550) ***	(-3.509531)		(-3.725381) **
<i>camb</i>	(-0.632088)	(-24.28218) **		
<i>m</i>	(-4.831814)	(-4.653637) **		

**Fonte:** Elaboração própria, dados estimados no *Eviews*. \* nível de significância de 1% \*\* nível de significância de 5%

As variáveis passaram no teste da raiz unitária, rejeitando a hipótese nula, existência de raiz unitária, ao nível de significância de 5%, o que indica que são boas preditoras para serem realizadas análises entre um período e outro. O teste de escolha foi o Dickey — Fuller Ajustado (ADF), em detrimento do teste similar (Dickey-Fuller) sem ajuste, pois o teste DF considera apenas um período de defasamento. A variável juros não passou no teste simples de raiz unitária, tendo sido necessário aplicar o filtro Hodrick- Prescott (H-P), conforme a tabela acima.

Depois de cumpridos alguns pressupostos, exigidos antes da estimação, estão criadas as condições para a estimação por via do MQO-robusto, para que sejam feitas as análises necessárias e discutidos os resultados.

Os dados dos coeficientes abaixo são apresentados na tabela 5, com os respectivos testes do modelo.

$$\phi_0 = 9,123465, \phi_1 = 2,879104 + \phi_2 = - 1,883104; \phi_3 = 0,001575 \phi_4 = - 0,557816$$

**Tabela 5:** Estimaco por MQO-robusto<sup>20</sup>

	Varivel Dependente: <i>Qxoil</i>	Testes	
	Coefficiente	Tipologia	Estatística F
<i>Constante</i>	9.123465 (2.218698) **	Autocorrelaco-Dw <sup>21</sup>	2.208070
<i>Prec</i>	2.879104 (6.819395) **	Autocorrelaco-LM (p-valor)	0.257200 0.7759
<i>jur</i>	-1.883104 (-3.936088) **	Heterocedasticidade (White) (p-valor)	0.987517 0.5466
<i>camb</i>	0.001575 (0.912508)	Ramsey Reset (p-valor)	5.892385 0.0248
<i>m</i>	-0.557816 (-1.196079)	<b>Multicolineariedade</b>	<b>VIF_centered</b>
<i>d</i> (dummy)	-13.68989 (-2.804758) **	<i>Constante</i>	NA
		<i>Prec</i>	8.634535
		<i>Jur</i>	4.962371
		<i>Camb</i>	6.798877
		<i>m</i>	8.819059
		<i>d</i>	3.004570
		Wald- F (p-valor)	99,47880 0,000000
		Restrico do Teste Wald-F	
		$\phi_1 - \phi_2 =$ (Estatística t)	4,762208 (6,161561154) **
	R <sup>2</sup>	92%	
	R <sup>2</sup> ajustado	91%	
	Estatística - F	48.83907	

**Fonte:** Elaboraco própria, dados estimados no *Eviews*.

Após a estimaco por via do MQO-Robusto, foram confirmados os sinais dos coeficientes (preço, juros e a dummy), que se mostram estatisticamente significantes ao nível de 5%. Em contrapartida, as variveis, cmbio e a importaco mundial (proxy da renda mundial) foram insignificantes para a economia angolana, bem como o sinal obtido na proxy, revelando-se contrria ao esperado.

O resultado do teste Durbin-Watson (D-W) para autocorrelaco indica ausência de autocorrelaco dos resíduos.

Pressupostos de validaco do teste D-W:

$D_w = 4 - D_w$  (calculado) >  $d_u$  (limite superior) indica a no existência de autocorrelaco

$D_w = 4 - D_w$  (calculado) <  $d_l$  (limite inferior) indica presença de autocorrelaco

$D_w = 4 - 2,208070$  (calculado) = 1,79193 recorrendo  tabela, observa-se que o valor obtido  superior ao limite superior (1,75274).

<sup>20</sup> *Huber-White-Hinkley (HCl) heteroskedasticity consistent standard errors.*

<sup>21</sup> No  caracterizada como teste de F.

O mesmo, pode ser observado no teste do tipo LM (autocorreção), do qual não se pode rejeitar a hipótese nula ( $h_0$ : não existe correlação serial) ao nível de 5% ( $F = 0.257200$ ) ou pelo p-valor (0.7759).

O teste de heterocedasticidade, indica que a variância do erro segue é constante, tornando os estimadores eficientes e robustos para as análises requeridas. Assim, não se pode rejeitar a hipótese nula ( $h_0$ : de que os resíduos são homoscedásticos) ao nível de significância de 5%, com o p-valor (0.5466).

Já o teste de Ramsey Reset indica se o modelo foi mal especificado (sendo não linear e especificado como sendo linear ou o inverso), assim como observa se foram inseridas variáveis incorrectas ou omitidas. O teste indicou a rejeição da sua hipótese nula ( $h_0$ : omissão de variáveis no modelo), ao nível de 5%, com o p-valor (0,0248), o que significa que o modelo abaixo foi bem especificado (válido com as variáveis propostas).

$$Q_{xoil} = \phi_0 + \phi_1 prec + \phi_2 jur + \phi_3 camb + \phi_4 m + d$$

Por fim, mas não menos importante, foi realizado o teste de multicolineariedade do tipo (VIF), para testar se as variáveis explicativas são exógenas (independentes entre si). O teste indicou que não existe dependência entre as variáveis conforme os valores apresentados — menores que dez.

Os testes ora realizados indicam que foram validados os pressupostos (hipóteses) do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Assim, os sinais e valores dos coeficientes obtidos são susceptíveis de serem validados, em detrimento do valor de t ou do p-valor, desde que tenham significância ao nível de 5%.

## 7. Exposição dos resultados

Os dados da tabela 5 confirmam a suspeição, antes intuitiva, sobre a influência do preço do petróleo bruto na economia, por via das exportações. Ou seja, ao longo de vinte sete anos, o preço tem exercido uma influência positiva sobre as exportações. Significando que, por cada 1% do aumento do preço, o volume das exportações varia em cerca de 3% no mesmo sentido do preço, mantendo inalterável as demais variáveis. O resultado da estimação indicou ser a segunda variável de maior relevância (influência) sobre as exportações, ficando atrás da variável *dummy* — crises, seja de ordem política e/ou económica. Este resultado sugere que o país, além da preocupação com a volatilidade do preço do petróleo, deve manter atenção com as instabilidades em Estados que se revelam os principais parceiros comerciais ou em países de grandes economias.

No âmbito das políticas administradas pelo BNA, PM, tais como a manutenção das taxas de juros (taxa básica do BNA, taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez), como instrumento para combater a inflação, a política mostrou-se ineficiente, pois tem afectado de forma negativa o principal sector contribuidor do OGE ao longo destes vinte sete anos. Por cada aumento em um ponto percentual dos juros há um efeito sobre o volume das exportações de forma negativa (- 2%), mantendo inalteráveis os demais factores. Além disso, reduz o efeito do aumento do preço sobre as exportações.

A desvalorização da moeda nacional, não se mostrou significativa ao nível de 5% nos vinte sete anos, o que podemos compreender para uma economia como a de Angola: atendendo à elevada competitividade deste mercado, desvalorizar a moeda não torna o bem mais acessível (barato), pois trata-se em possuir uma indústria petrolífera de maior produtividade para compensar os custos.

A proxy da renda mundial, importação, também não teve significância estatística ao nível de 5%. Contudo, não significa que a variável não seja importante neste modelo, porque combinadas são estatisticamente significantes (Wald-F, 99,47880).

Já a variável crise (d-dummy) teve significância estatística ao nível de 5%, o que indica que, ao longo deste período (1996–2022), as crises exerceram um efeito negativo na redução das exportações do petróleo bruto em cerca de 14%. E, conforme referido, é preciso o país estar cada vez mais envolvido (preparado) no cenário geopolítico e económico para que possa antever cenários que impactam a economia.

Caso se retire o efeito dos juros sobre o volume das exportações do petróleo bruto, o preço do petróleo aumenta o seu efeito positivamente, para cerca de 5% sobre a variável explicada. Esta restrição feita por via do teste Wald-F mostrou significância estatística ao nível de 5%, logo, rejeita-se a nulidade dos coeficientes. No geral, o teste F do tipo Wald indica a rejeição a 99% de que as variáveis propostas no modelo, conjuntamente, são insignificantes.

A estatística F, pelo valor obtido (48,84), indica que os valores dos coeficientes diferem de zero, logo, preço, juros, câmbio, proxy da renda mundial e dummy influenciaram o desempenho das exportações nos últimos vinte sete anos.

As variáveis, em conjunto, explicaram 92% do comportamento das exportações do petróleo bruto angolano. Um valor bastante expressivo, que significa que as variáveis propostas são validadas pelo modelo MQO- Robusto. Ademais, foram identificados os determinantes que causam o efeito *up and down* na economia angolana, por via das exportações, já que o sector é o principal contribuidor para a riqueza do país.

## 8. Conclusão

A pesquisa em causa constatou que a economia angolana tem sido penosamente afectada pelas instabilidades — a nível político e financeiro — internacionais e pela adopção de políticas económicas internas que penalizam a principal fonte de receitas do país.

A falta de diversificação da economia, assim como da não existência de um mercado interno forte, têm propiciado que as reiteradas crises afectem consideravelmente a sua *performance*.

A criação de políticas que corroboram para a diversificação da economia deve ser a prioridade do governo face às várias medidas que o mundo vem tomando quanto às alterações climáticas, como metas de substituição dos meios locomotivos movidos a combustão por meios movidos a electricidade, por exemplo. São medidas que certamente impactaram de forma negativa o sector petrolífero angolano e, conseqüentemente, a sua economia, caso a dependência deste sector persistir nos níveis actuais.

Os resultados obtidos explicam em 92% o comportamento das exportações do petróleo bruto angolano, por sinal o mais importante sector da economia angolana, nos últimos vinte sete anos. As variáveis preço, juros, câmbio e importações mundiais (proxy da renda mundial) são consideradas nesta pesquisa como os determinantes das exportações do petróleo, corroborando as literaturas discutidas na secção 3. Logo, não se pode rejeitar que as variáveis em estudo influenciaram o efeito *up and down* da economia angolana.

O processo de diversificação de uma economia compreende-se como complexo e de difícil execução, sobretudo para economias concentradas em *commodities*, vulneráveis às oscilações. Todavia, o governo deve continuar a idealizar mecanismos, no âmbito das políticas macroeconómicas e medidas administrativas, assertivas, que permitam a Angola ultrapassar os fantasmas económicos enunciados ao longo desta pesquisa.

Espera-se que a pesquisa possa auxiliar os fazedores de políticas públicas, estudantes e pesquisadores, dando espaço para a criação e/ou reforço de um “observatório da economia do petróleo angolana”.

## **Bibliografia**

**AGT**, Ministério das Finanças. Estatística do Comércio Externo (balança comercial). Disponível em: <https://agt.minfin.gov.ao/PortalAGT#!/estatisticas/estatistica-do-comercio-externo>.

**AGT**-Plano de Desenvolvimento (2021). Disponível em: <https://prodesi.ao/sobre>.

**AUGUSTA**, Conchiglia (2009). Angola, o petróleo da Reconstrução. Revista Lemond Diplomatique Brasil. Edição 22. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-petroleo-da-reconstrucao/>.

**BNA**. Estatísticas Externas. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-externas/dados-anuais>

**BRASIL, A. A.**, As exportações brasileiras de painéis de madeira. 2002. 74p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) — Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

**BITTENCOURT, G., e CAMPOS, C. (2014)**. “Determinantes das Exportações Agropecuárias Brasileiras e sua Relação com o Investimento Direto Estrangeiro”, *Análise Económica*, Porto Alegre, 62(32), pp. 155–176, set. DOI: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.33673>.



## Avaliação do PRODESI enquanto política pública: há luz no fundo do túnel?

Paulo Vica

[paulo.vica23@hotmail.com](mailto:paulo.vica23@hotmail.com)

Sem vinculação institucional

ORCID: 0009-0005-6497-2305

### Resumo

O presente trabalho teve como objectivo avaliar o impacto do PRODESI enquanto política pública que fomenta a produção e diversificação das exportações. E, para captar os efeitos desta política pública, recorreu-se a técnica de estatística simples, Diferença em Diferença (DD), para um horizonte temporal de três anos, antes e depois da implementação do programa. De acordo com os resultados, o PRODESI no cômputo geral não teve efeito positivo, o que se pode interpretar concluindo que o programa foi fortemente influenciado pela ausência de condições determinantes, mormente infra-estruturas, políticas de financiamento menos burocratizadas para concessão de créditos e apoio aos verdadeiros camponeses, pequenos e médio porte. Contudo, quando comparado somente o último antes e depois da implementação do programa (2017 e 2022), evidencia-se um efeito positivo do PRODESI na ordem de 83%, o que permite afirmar que no médio e longo prazo o programa é uma política pública que gera um efeito positivo sobre a economia, desde que melhorando os elementos estruturantes

**Palavras-chave:** devem aparecer de duas a cinco palavras-chave, sempre separadas por ponto e vírgula (;), escritas com a primeira letra maiúscula.

### 1 . Introdução

Nos últimos anos a economia angolana tem se ressentido dos efeitos políticos e económicos externos, mormente conflitos, corte de produção e manipulação do preço do petróleo. Contudo, a problemática da dependência excessiva do petróleo data de há mais de quarenta anos, apesar da situação ser mais perceptível com o fim da guerra civil (2002).

O orçamento geral do estado (OGE) angolano, enquanto instrumento económico de administração da política macroeconómica do país, tem sofrido sucessivos impactos negativos face à oscilação (redução) do preço do petróleo, em detrimento da fraca diversificação das fontes de receitas.

Evidências apontam que países dependentes da *commodity* de petróleo têm desperdiçado muito mais tempo na adopção e implementação de medidas concretas, que permitem acelerar o processo de diversificação da economia. Em parte, se conjectura, pelo facto de o sector propiciar rápidas entradas de fluxos financeiros — receitas — devido à alta demanda deste produto.

O mercado de *commodity* assume-se como sendo de alto risco, face a sua exposição à oscilação, portanto, o sector petrolífero não está imune deste risco. Este fenómeno, do qual Angola (re)vive, é conhecido como “doença holandesa” [Cordeu e Neary, 1982] e tem gerado malefícios na *performance* da economia.

O crescimento da economia angolana está estritamente ligado ao sector petrolífero [OPEP, 2023; AGT,2021], ou seja, trata-se do principal dinamizador da economia, pelo que uma contracção do preço gera uma forte pressão cambial, tornando muito mais dispendiosas as importações — cria condições para agravar a inflação. O sector petrolífero contribui aproximadamente com 60% no OGE, o que deixa o Estado constantemente apreensivo, tendo em conta a volatilidade do preço, por via de cortes da produção ou de outra natureza (conflitos, por exemplo). Ademais evidências [Mehlum *et al.*, 2006]; Mulwa e Mariara, 2016)] apontam que economias centradas em *commodity* estão mais propensas em ter instituições públicas menos eficientes e mais burocráticas.

Atrasos na implementação de uma política que acelere a diversificação da economia comprometem a execução de certos programas sociais. Por esta razão, o executivo aprovou em 2018 o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das importações — PRODESI (Decreto Presidencial n.º 169/18 de 20 de Julho). Um programa que visa dar maior protagonismo ao sector não petrolífero, fomentando a produção doméstica. O PRODESI visa: (1) aumentar as fontes de receitas; (2) reduzir a pressão cambial com importações de bens, cuja capacidade interna de produção se apresenta competitiva; (3) melhorar o ambiente de negócio e atrair mais Investimento Direito Estrangeiro (IDE). Assim, o presente trabalho visa captar os efeitos do programa sobre os seus propósitos e o aumento da riqueza nacional por parte dos produtos/ramos (agricultura, pescas, turismo, têxtil, vestuário e calçado e recursos geológicos) ora seleccionados, no período de 2015 a 2022.

## **2. PRODESI: uma política pública para conter a dependência excessiva do petróleo**

Estrangeiro (IDE). Assim, o presente trabalho visa captar os efeitos do programa sobre os seus propósitos e o aumento da riqueza nacional por parte dos produtos/ramos (agricultura, pescas, turismo, têxtil, vestuário e calçado e recursos geológicos) ora seleccionados, no período de 2015 a 2022

Uma economia diversificada é sinónimo de menor vulnerabilidade aos choques externos, sobretudo por via das commodities, dando maior resposta às oscilações dos preços, que, mesmo quando afectados, recuperam muito mais rápido em relação a economias mais concentradas em recursos naturais.

O país sempre viveu da dependência crónica do petróleo, pelo que uma redução da sua produção por via dos custos e/ou pela queda do preço asfixia significativamente as finanças públicas, inviabilizando a realização de alguns programas de cariz social, por exemplo.

O debate sobre a diversificação da economia angolana tem vindo a ganhar cada vez mais espaço, a nível das academias, organizações filantrópicas, organizações empresariais privadas e inclusive em instituições do Estado. O governo sempre soube da importância de múltiplas fontes de geração de receitas para o país. Entretanto, face ao “bum” do petróleo (2002–2012), o executivo tardava na adopção de uma política estratégica<sup>2</sup> económica que efectiva a implementação de um programa de diversificação das fontes de receitas, dando assim uma maior relevância em outros segmentos de actividades não petrolíferas.

O período de 2014–2020 indicou uma vez mais na necessidade de formulação de uma estratégia para economia, e entre 2016 e 2020 a economia registou crescimentos negativos, sendo a mais grave em 2020 (-5,6%), obrigando o executivo a reconsiderar alguns gastos.

Face a inúmeras pressões negativas sobre a economia, como a queda do preço do sector petrolífero, surgiu a necessidade de tornar a economia menos dependente e de elevar à produção do país.

Assim sendo, o governo aprova o PRODESI, através do Decreto Presidencial n.º 169/18 de 20 de Julho, bem como o Decreto Presidencial n.º 23/19 de 14 Janeiro, como instrumento

regulatório da Cadeia Comercial de Oferta de Bens da Cesta Básica e Outros Bens Prioritários de Origem Nacional, de aceleração da substituição das importações, agravando as taxas aduaneiras a certos bens cuja capacidade produtiva interna se revela.

O PRODESI enquadra-se no âmbito de uma política governamental que visa atender determinadas necessidades específicas da economia angolana, alterando o quadro recente, da participação do sector não petrolífero no PIB, através das exportações. Assim a economia se torna menos dependente do petróleo. O PRODESI dá prioridade a certos sectores e produtos internos que justificassem receber a política (tratamento), pois um aumento na oferta destes produtos traduzir-se-á num aumento da renda nacional, e, por conseguinte, numa melhoria, embora ténue, das condições sociais da sua população.

O programa tem a sua coordenação, o Ministério da Economia e Planeamento, no formato de comissão interministerial de coordenação transversal e suporte de outras entidades públicas e privadas. O PRODESI (Decreto Presidencial n.º 169/20 de 20 de Julho), tem como objectivo principal, único:

1. Aceleração da diversificação da economia.

Já os objectivos, secundários passam por:

1. Aumentar a produção e o volume de vendas das produções e fileiras prioritárias, acelerando a diversificação e potenciando as vantagens comparativas nacionais;
2. Reduzir os dispêndios de recursos cambiais com a cesta básica;
3. Aumentar a entrada e diversificar as fontes cambiais;
4. Aumentar as fontes de investimento externo, volume de investimento direito estrangeiro realizado nas produções e fileiras produtivas;
5. Melhorar o ambiente de negócios nacional.

O PRODESI assenta a sua prioridade sobre os seguintes sectores (alimentação e agro-industrial, recursos minerais, petróleo e gás, florestal, têxtil, vestuário e calçado, construção e obras públicas, tecnologia de informação e telecomunicação, saúde, educação, formação e investigação científica, turismo e lazer) e produtos: Arroz; Soja; Milho, Massambala e Massango; Cevada; Trigo; Leite; Carnes; Ovos; Feijão; Girassol; Cana-de-açúcar; Mandioca; Batata-rena; Batata-doce; Diversos produtos hortícolas; Diversas frutas; Café; Chá; Cacau; Palmeira de dendém; Produtos derivados da extracção da madeira; Produtos derivados da apicultura; Algodão; Produtos de sementes; Sal; Produtos da pesca; Ginguba; Caju; Flores; Asfalto; Produtos da aquacultura; Produtos de origem no couro; Diversos produtos das bebidas; Produtos da indústria da construção e reparação naval; Artigos para suporte direitos a actividade da pesca; Produtos de higiene e limpeza; Produtos de metais de base; Produtos com origem na extracção de bauxite; Produtos com origem na extracção das areias naturais; Produtos com origem na extracção de calcário e gesso natural; Produtos com origem na industrialização de minerais não metálicos; Produtos de adubos organo-minerais; Produto obtido na refinação do petróleo; Produtos obtidos na exploração das rochas ornamentais; Produtos obtidos na exploração do diamante; Produto obtido na produção do vidro; Extracção do ouro; Extracção de quartzo; Produtos de origem petroquímica; Produção de farmacêutico; Produção de pesticidas e agro-químicos; Produção de gases industrial; Produto resultante de montagens em regime SKD/CDK; Produtos de alfaias, equipamentos e instrumentos e implementos agrícolas; Produção de pneus e recauchutagem; Produtos reciclados; Serviço de hotelaria, turismo e lazer, especialmente nos polos turísticos de Cabo Ledo, Calandula e Okavango; Serviço de hotelaria, turismo e lazer, especialmente no Cuito Cuanavale, projeto Kaza, e no triângulo Namibe, Huila e Cunene.

Os produtos descritos incorporam, inclusive a sua fileira industrial, nos doze sectores estratégicos de aceleração da diversificação da economia, e sua implementação obedecerá a

um conjunto de etapas, desde disponibilidade de caixa a fases próprias da produção do bem e/ou serviço.

O programa prevê cinco instrumentos para assegurar o alcance dos objectivos:

1. Formalizar e organizar o funcionamento da comissão interministerial de coordenação transversal e a sua equipa técnica de execução e fortalecer a capacidade institucional do executivo na execução do PRODESI;
2. Melhorar o funcionamento dos serviços de apoio ao exportador, capacitando-o para melhor realização da sua função;
3. Concluir a concepção, aprovação e posterior implementação de iniciativas de fomento de diversificação das exportações nas fileiras definidas como prioritárias;
4. Conceber, aprovar e implementar, faseadamente iniciativas de substituição de importações nos sectores da agricultura, pecuária, agro-indústria, pesca, indústria alimentar indústria ligeira, indústria pesada, saúde, formação técnica e profissional e educação;
5. Criar e ajustar incentivos fiscais, e cambiais à diversificação das exportações e substituição das importações.

Estes instrumentos visam orientar, incentivar e dinamizar o próprio processo de execução, envolvendo pequenos, médios e grandes investidores nos sectores e /ou produtos importantes e urgentes para o aumento do PIB e melhor substancialmente a qualidade de vida da população.

E, para melhor aferir o efeito da política, o programa em si estabelece metas ligadas aos objectivos em cada sector e/ou produto.

**Quadro 1.** Macro-objectivos, Indicadores e Metas do PRODESI

Objectivo	Indicador	Métrica	Metas face a 2017		
			2018	2020	2022
Aumentar a produção nas fileiras prioritárias	Produção anual nas empresas existentes a 31/12/2017 nas fileiras prioritárias (valor desagregado bem a bem)	Ton.	15%	25%	50%
	Vendas totais das fileiras prioritárias	Akz	15%	25%	50%
Reduzir o dispêndio cambiais com a cesta básica	Recursos cambiais despendidos anualmente com bem da cesta básica	Usd	15%	30%	50%
	Produção nacional anual de bens de cesta básica (valor desagregado bem a bem)	Ton.	15%	30%	50%
Aumentar a entrada e diversificar as fontes Cambiais	Valor das exportações das fileiras prioritárias	Usd	15%	30%	50%
	Números de licenças de exportação emitidas por ano	Qt.	10%	20%	30%
Aumentar fontes de investimentos externos	Investimento direito estrangeiro anual <sup>3</sup>	Usd	15%	30%	60%
Melhorar o ambiente de negócio	Posição de Angola no indicador Doing Busines (BM)	Ranking	5 p	10 p	15 p
	Posição de Angola no indicador Global Competitiveness Index	Ranking	5 p	10 p	15 p

### 3 Metodologia

A questão da diversificação da economia angolana, passa necessariamente pela expansão de suas actividades económicas, apoiadas por um conjunto de políticas públicas que visam dar suporte e garantir estabilidade à produção. Assim sendo, no âmbito desta preocupação, foi criado e aprovado o Programa de apoio à Produção, Diversificação das exportações e substituições das importações.

O programa listou as principais áreas e/ou produtos estruturantes da economia, contendo sensivelmente 56 itens ( $\Sigma X_1+\dots X_{56}$ ). Visando dar maior sustentabilidade da economia, aumentando as receitas do país, assim como reduzir as importações implicando menor pressão sobre as reservas líquidas internacionais (RLI), na aquisição de bens, sobretudo de primeira necessidade, o governo contemplou neste programa os 24 produtos que compõem a cesta básica angolana, e outros de relevadas vantagens competitivas nacionais.

O PRODESI tem o suporte de outros decretos, principalmente o Decreto Executivo n.º 36/20 de 5 de Fevereiro, onde agrega uma multiplicidade de sectores, ministeriais<sup>4</sup>, estratégicos do aparelho do Estado, a fim de tornar exequível o programa, dado que implica que o país sai da alta dependência única e exclusiva do petróleo.

O período da base de dados utilizada nesta pesquisa compreende 2015 a 2022, exceptuando os anos de 2018 e 2019, uma vez que a base não os contempla. Deduz-se que seja por ter sido aprovado a meio do ano de 2018 e por ter tido mais um ano para a criação de condições mínimas estruturais de suporte ao programa.

No período de 2015 a 2022, a balança comercial angolana apresentou cerca de 97 tipologias de produtos transaccionados, centrada em diversos sectores estruturantes da sua base económica. E no intuito de avaliar o impacto desta política pública, através do PRODESI<sup>5</sup>, fez-se, por um lado, recurso a uma narrativa da comparação na base de um suporte comum, entre a variável que recebeu tratamento (tratado) em relação a variável que não recebeu (contrafactual).

De acordo com Gertler *et al.* (2011 *apud* Batista e Domingos, 2017), “Para avaliar esse impacto seria necessário observar variação. Isto é, para afirmar que a mudança observada foi causada pela política seria preciso observar o que aconteceria [...] caso a política não existisse. Esse é o chamado contrafactual”. E para o efeito, dos 97 itens que constam na base de dados (balança comercial), usou-se a técnica da Diferença em Diferença, seleccionando os itens que compõe os produtos do PRODESI (tratado) e os que não receberam o tratamento (contrafactual). Batista e Domingos (2017) consideram esta técnica estatística (DD) como:

“A diferença-em-diferença tem por base a comparação entre indivíduos participantes e não participantes da política antes e depois do programa [...]. Essa técnica parte do pressuposto de que características não observáveis existem e podem afetar a propensão de participar do programa.”

Esta técnica estatística simples incidirá na diferença entre as médias para apurar o efeito da política pública, antes e depois, entre as variáveis de tratamento e as variáveis que não receberam o tratamento na mesma dedução lógica, e, de acordo com Batista e Domingos (2017), essa dupla diferença é justamente o impacto da política.

As variáveis de tratamento — PRODESI — (X)<sup>6</sup> são: X1(Açúcar); X2 (Arroz); X3(Carne de vaca seca); X4(Farinha de Trigo); X5(Fuba de bombó ); X6(Farinha de Milho); X7(Massas Alimentícias); X8(Feijão); X9(Leite); X10(Óleo alimentar soja + palma + girassol); X11(Sabão); X12(Sal comum); X13(Ovos); X14(Carne Frango + porco + cabrito + vaca); X15(Grão de milho + massango); X16(Mandioca); X17(Batata doce); X18(Batata rena ); X19(Tomate); X20(Cebola); X21(Alho); X22(Cenoura); X23(Pimento); X24(Repolho ); X25(Alface); X26(Banana); X27(Manga); X28(Abacaxi); X29(Tilápia); X30(Carapau ); X31(Sardinella aurita & Sardinella maderensis); X32(Mel ); X33(Varão de

Aço); X34(Cimento Cola, argamassa, rebocos, gesso e afins + Portland + clínquer); X35( Vidros ); X37(Tintas para construção); X38(Guardanapos, papel higiênico, rolos de papel de cozinha + fraldas descartáveis + pensos higiênicos); X39 (Detergentes sólidos em pó + líquidos + lixívia); X40(Cerveja); X41(Água de mesa); X42(Sumos e refrigerantes); X43 (Medicamentos).

Quanto às variáveis não tratadas (nX)<sup>7</sup>, compreendem os seguintes produtos: nX1 (Malte e Ind. Moagem); nX2(Tabaco e seus sucedâneos manufacturados); nX3 (Produtos químicos inorgânicos + orgânicos); nX5( Pólvoras, explosivos, fósforos, etc.); nX6(Cortiça e suas obras); nX7 (Obras de espartaria ou de cestaria); nX8(Livros, jornais, gravuras e outros prod. gráficos); nX9(Seda); nX10(Tapetes e outros revestimentos, de matérias têxteis); nX11(Tecidos especiais, rendas, tapeçarias, etc.); nX12(Tecidos de malha); nX13(Vestuário e seus acessórios, excepto de malha); nX14(Outros artefactos têxteis confeccionados, etc.); nX15(Calçados, polainas, etc. e suas partes); nX16(Chapéus e artigos de uso semelhantes, suas partes); NX17(Guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, etc.); nX18(Penas e penugens preparadas, e suas obras, etc.); nX19(Ferramentas, artefactos de cutelaria, talheres); nX20(Reactor nuclear, caldeiras, máquinas, aparelhos, instrumentos. mecânicos); nX21(Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos etc.); nX22(Veículos e material para vias férreas etc.); nX23(Aeronaves, outros ap. aéreos/espaciais e partes); nX24(Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia etc.); nX25 (Artigos de relojoaria); nX26(Instrumentos musicais; suas partes e acessórios); nX27(Armas e munições, suas partes e acessórios); nX28(Brinquedos, jogos, artigos para divers. e desportos); nX29(Obras diversas); nX30(Objectos de arte, de colecção e antiguidades); nX31(Fins Específicos autorizados)

**Tabela n.º 1:** Variáveis antes e depois da política.

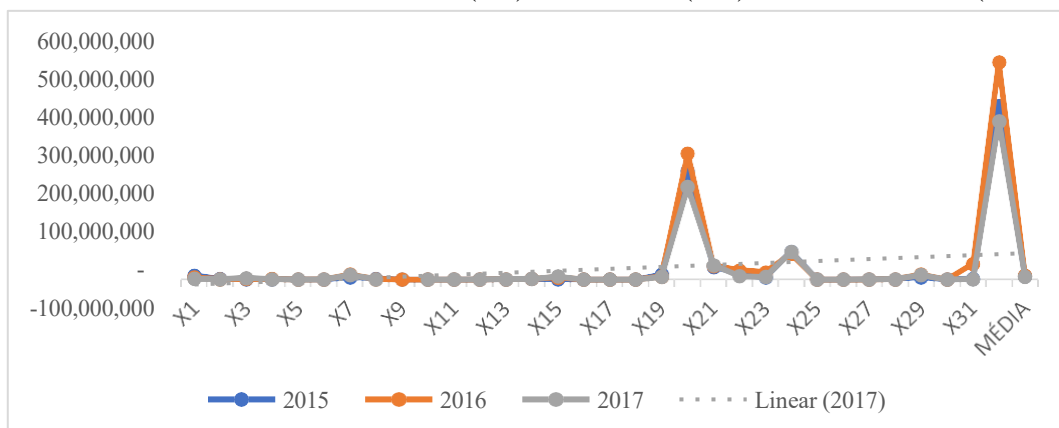
<b>Variáveis</b>	<b>Antes da política</b>	<b>Depois da política</b>
Tratada (PRODESI-X)	36	43
Não Tratada (nX)	31	31
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>74</b>

**Fonte:** Autor.

O programa apresenta sensivelmente 56 produtos, porém, alguns deles, dada a sua origem (derivados) uniu-se, tal como se refere (X10, X14, X15, X34, X39 e X39), que contendo mais de um dos produtos e/ou derivados, o que totalizou na tabela 43 itens (X).

#### 4 Uma análise empírica do efeito da política pública via PRODESI

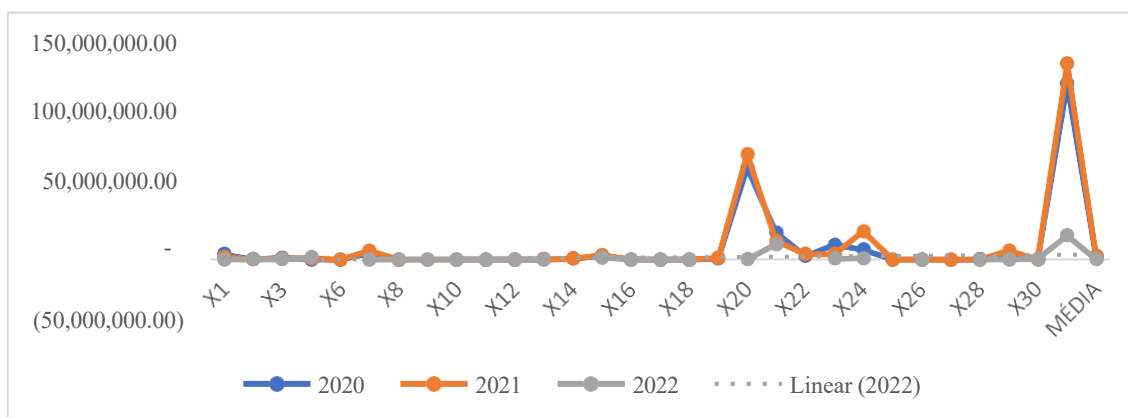
**Gráfico n.º. 1 :** Variável não tratada (nX) em dólares (usd) antes da Política (2015–2017)



Fonte: Autor.

De acordo com o gráfico, em referência, de notar que o ano de 2016 foi o período de maior exportação, com destaque para as seguintes classes de produtos: nX7 (Obras de espartaria ou de cestaria); nX19 (Ferramentas, artefactos de cutelaria, talheres); nX20 (Reactor nuclear, caldeiras, máquinas, instrumentos mecânicos); nX21 (Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos etc.); e nX22 (Veículos e material para vias férreas etc.). Entretanto, o ano de 2017 mostrou uma tendência para o aumento das exportações, sendo o volume total da exportação de 396.212.267,00 de dólares americanos.

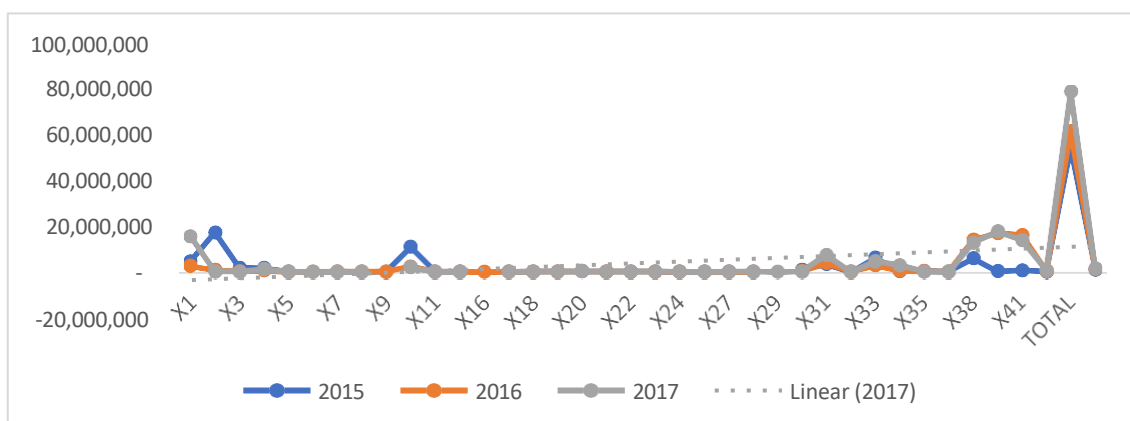
**Gráfico n.º.2 :** Variável não tratada (nX) em dólares (usd) antes da política (2020–2022)



Fonte: Autor.

Após implementação da política, o volume de exportação da variável não tratada indica uma tendência decrescente, bastante acentuada, quando comparada com 2015 a 2017. As classes de produtos que mais influenciaram esta tendência foram nX20 (Reactor nuclear, caldeiras, máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos); nX21 (Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos etc.) e nX24 (Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia etc.). O volume da exportação no ano de 2022 foi de 16.510.536,00 dólares americanos.

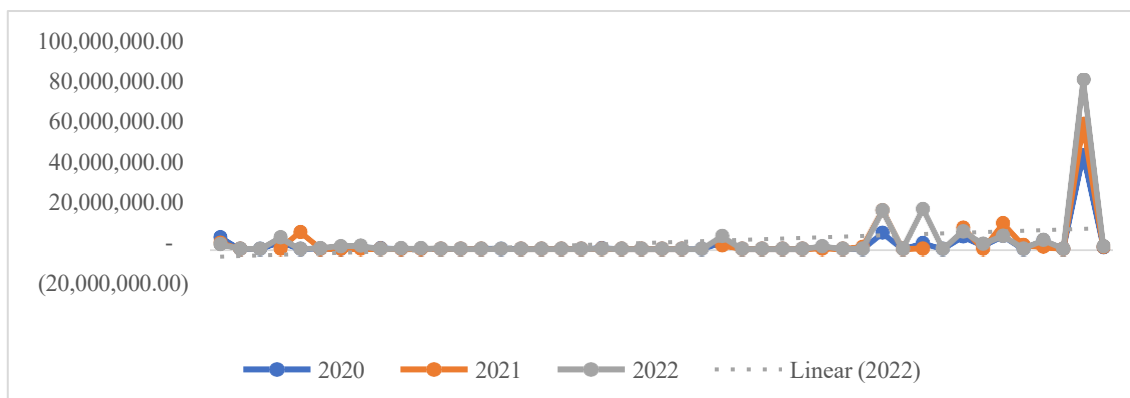
**Gráfico n.º.3:** Evolução da variável tratada (X) antes da política (2015–2017)



Fonte: Autor

A variável tratada indica uma tendência de crescimento, embora se tenha verificado uma redução do volume das exportações para determinados produtos comparando com os anos 2016 e 2016 dos produtos X2 (Arroz); X10(Óleo alimentar soja + palma + girassol) e X33(Varão de Aço). O volume total da exportação no ano de 2017 foi de 78.158.251,00 dólares americanos.

**Gráfico n.º.4:** Evolução da variável tratada “PRODESI” (X) depois da política (2020–2022)



Fonte: Autor

Após a implementação da política pública PRODESI, nota-se uma tendência crescente no ano de 2022, destacando os produtos X4(Farinha de Trigo); X34(Cimento Cola, argamassa, rebocos, gesso e afins + Portland + clínquer); X37(Tintas para construção); X38(Guardanapos, papel higiênico, rolos de papel de cozinha + fraldas descartáveis + pensos higiênicos ); e X42(Sumos e refrigerantes). O volume total da exportação no último foi de 80.628.498,27 dólares americanos.

Recorrendo à técnica de estatística Diferença em Diferença, de avaliação do impacto da política, observam-se os seguintes pormenores:

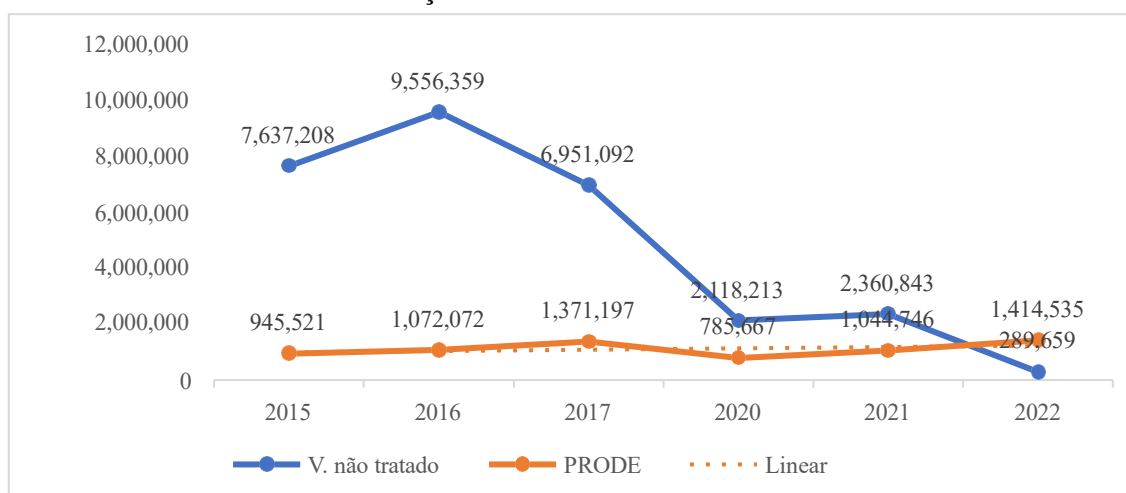
**Tabela n.º 2:** Análise do impacto da política

Período	Variável não tratada (nX)		Variável PRODESI (X)		D-D
	Total	Média	Total	Média	
<b>Antes da Política</b>					
2015	435.320.837	7.637.208	53.894.696	945.521	<b>-6.691.687</b>
2016	544.712.468	9.556.359	61.108.123	1.072.072	<b>-8.484.287</b>
2017	396.212.267	6.951.092	78.158.251	1.371.197	<b>-5.579.895</b>
<b>Depois da Política</b>					
2020	120.738.166	2.118.213	44.782.996,95	785.667	<b>-1.332.546</b>
2021	134.568.038	2.360.843	59.550.515,22	1.044.746	<b>-1.316.097</b>
2022	16.510.536	289.659	80.628.498,27	1.414.535	<b>1.124.876</b>

Fonte: Autor

A tabela em referência indica um impacto negativo da política pública, nos anos 2020 (-46%) e 2021 (-39%). Todavia, no último ano (2022), teve um efeito positivo na ordem de 83%, indicando que o PRODESI no médio e longo prazo poderá registar um desempenho satisfatório para acelerar o processo de diversificação da economia.

**Gráfico n.º 5:** Análise da evolução do PRODESI



Fonte: Autor

O gráfico espelha a tendência do programa PRODESI, sendo satisfatório no ano de 2022, embora em termos absolutos bastante reduzido no valor das exportações. Todavia, indica que se trata de um programa merecedor da atenção do governo, para uma análise mais minuciosa sobre os possíveis factores que minimizam o seu impacto em termos de valores absolutos.

### Conclusão

O programa PRODESI surge como política pública, que visa assegurar a produção e diversificação das exportações em substituição das importações, e, alcançado este propósito, ficará assegurada no médio e longo prazo uma menor pressão sobre as reservas internacionais líquidas, principalmente na importação de bens alimentares.

O programa deverá dar maior atenção e protecção aos pequenos e médios produtores, pois são os que mais sofrem com as questões burocráticas junto das instituições financeiras (bancárias e não bancárias) durante o processo de concessão de crédito.

A criação de infra-estrutura faz-se mais do que necessário para assegurar a redução dos custos de produção e de transacção. Todavia, para estudos futuros, o PRODESI deve identificar os sectores mais dinâmicos que o governo se comprometa em intensificar nas trocas comerciais, permitindo no longo prazo um crescimento económico mais diversificado e estável.

## Bibliografia

**AGT**, Ministério das Finanças. Estatística do Comércio Externo (balança comercial). Disponível em: <https://agt.minfin.gov.ao/PortalAGT/#!/estatisticas/estatistica-do-comercio-externo>

**AGT** — Plano de Desenvolvimento (2021). Disponível em <https://prodesi.ao/sobre>

**Augusta**, Conchiglia (2009). Angola, o petróleo da Reconstrução. Revista Lemond Diplomatique Brasil. Edição 22. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-petroleo-da-reconstrucao/>

**BNA**. Estatísticas Externas. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-externas/dados-anuais>

**Batista**, Mariana e Domingos, Amanda (2017) “Mais Que Boas Intenções: Técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas”.

**Corden**, W. M., e **Neary**, P. J. (1982). “Setor em expansão e desindustrialização em uma pequena economia aberta”. Economic Journal, 92, 825–848. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(czeh2tfqyw2orz553k1w0r45\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1038255](https://www.scirp.org/(S(czeh2tfqyw2orz553k1w0r45))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1038255)

**Decreto Presidencial n.º 169/18 de 20 de Julho**. Programa de apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações.

**Decreto Presidencial n.º 23/19 de 14 de Janeiro**. Regulamento da Cadeia Comercial de Oferta de Bens da Cesta Básica e Outros Bens Prioritários de Origem Nacional

**INE (2016)**. Projecção da População da Província de Luanda 2014–2050. Ed. INE.

**Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET)**. Plano de desenvolvimento Nacional 2018–2022 (revisto). Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://mirempet.gov.ao/fotos/frontend\\_11/gov\\_documentos/mirempet\\_pdn\\_20182022\\_revisto\\_objectivos\\_e metas\\_1672910019603cdca5e46ae.pdf](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://mirempet.gov.ao/fotos/frontend_11/gov_documentos/mirempet_pdn_20182022_revisto_objectivos_e metas_1672910019603cdca5e46ae.pdf)

**MONTEIRO, Vítor, e PENNA, Christiano (2021)**. “Diagnóstico para Industrialização do Brasil: Doença Holandesa ou Custo Brasil?”. Brazilian Journal of Development. ISSN:2525-8761.

Disponível em: [chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61073/1/2021\\_art\\_vbmontei](chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/61073/1/2021_art_vbmontei)



## Investimento Directo Estrangeiro (IDE) no sector industrial em Angola na criação de novos postos de trabalho. Período de 2020–2022

Conceição Silva

[sanyafaria2014@gmail.com](mailto:sanyafaria2014@gmail.com)

Professora e pesquisadora da ULA

ORCID: 0000-0002-9056-6563

### Resumo

Esta pesquisa traz como objectivo geral “Investimentos Directos Estrangeiros (IDE) no Sector Industrial em Angola na Criação de Novos Postos de Trabalho. Período de 2020–2022”. Sustentado pelo objectivo geral que é o de analisar os impactos do IDE no sector industrial, os postos de trabalho criados pelo IDE no sector industrial, as actividades de actuação das indústrias, as regiões de alocação dos IDE no sector. Os dados foram colectados a partir de fontes primárias e secundárias. Quanto à metodologia, optou-se pelo método descritivo, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, e, como ferramenta de tratamento de dados, usou-se o Microsoft Excel. Os resultados mostraram que o IDE no sector industrial no período em análise foi razoável, destacados em algumas actividades industriais como: a construção e operacionalização de uma refinaria de conversão de 100.000 barris dia, que obteve um valor de IDE considerável, na sequência das actividades de fabrico de insumos agrícolas, incluindo fertilizantes, pesticidas e outras substâncias necessárias à agricultura, com IDE considerável, seguido de indústrias; quanto à criação de novos postos de trabalho, o sector ainda é inexpressivo para que se possa considerar uma das soluções da redução do desemprego. Para o período em análise, o IDE no sector industrial criou postos para nacionais. Observe-se que o IDE no sector continua focado no sector petrolífero, que pode significar o não avanço considerável dos outros sectores de actividade não extractiva, e, quanto às regiões do país que continua registando volume de IDE para o sector, a preferência vem sendo a capital, Luanda.

**Palavras-chave:** Investimento Directo Estrangeiro (IDE), Indústria, Trabalho

### Abstract

This research has as its general objective “Foreign Direct Investments (FDI) in the Industrial Sector in Angola in the Creation of New Jobs. Period 2020-2022”. Supported by the general objective of analyzing the impacts of FDI on the industrial sector; the jobs created by FDI in the Industrial sector; Industrial activities; The regions of FDI allocation in the sector. Data was collected from primary and secondary sources; As for the methodology, we opted for the descriptive method with a quantitative and qualitative approach, and as a data processing tool, Microsoft Excel was used. The results showed that FDI in the industrial sector in the period under analysis was reasonable, highlighted in some industrial activities such as: The construction and operationalization of a 100,000 barrels per day conversion refinery, which obtained a considerable FDI value, following the Manufacturing activities of agricultural inputs including fertilizers, pesticides and other substances necessary for agriculture, with considerable FDI, followed by industrial activities; As for the creation of new jobs, the sector is still insignificant, so it can be considered one of the solutions for reducing unemployment, for the period under analysis FDI in the industrial sector created around jobs for Nationals. Note that FDI in

the sector continues to be focused on the oil sector, which could mean that other non-extractive sectors of activity do not advance considerably, and as for the regions of the country that continue to record volume of FDI for the sector, the preference has been more for the capital Luanda.

**Keywords:** Foreign Direct Investment (FDI), Industry, Labor

## 1. Introdução

O IDE constitui uma ferramenta no processo de diversificação tanto para governos como para empresas. Ao adquirir uma participação de controlo em activos estrangeiros, as empresas podem adquirir rapidamente novos produtos e tecnologias, bem como vender seus produtos existentes para novos mercados. Quanto aos governos, ao encorajar o IDE, podem criar empregos e melhorar o crescimento económico dos seus países.

O actual cenário da fraca diversificação dos sectores na economia suscitou o interesse de fazer um estudo abrangente baseado nessa problemática sobre: os impactos do IDE no sector industrial em Angola na criação de novos postos de trabalho, no período de 2020–2022, num período em que a economia tem se debatido com fraca participação de receitas do sector não petrolífero, e o nível elevado de desemprego juvenil. O aumento dos investimentos directos estrangeiros neste sector de actividade pode ser um instrumento de resolução para reduzir estes paradigmas. Assim, para tal, foi formulada como problema de pesquisa a seguinte questão, que pensamos conduzir essa pesquisa alinhada com os seus objectivos científicos específicos:

***Como o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) no sector industrial contribuiu para a criação de novos postos de trabalho?***

O tema define-se no âmbito do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), no sector industrial em Angola, na criação de novos postos de trabalho, limitado no período de 2020–2022

### 1.1. Referencial Teórico

Cavulsgil, Knight e Riesenberger (2010) definem o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) como uma estratégia de internacionalização em que a empresa estabelece uma presença física no exterior através da posse de activos produtivos, tais como capital, tecnologia, trabalho, terra, plantas e equipamento.

Ainda Cavulsgil, Knight, e Riesenberger (2010) relatam que:

“O IDE é a estratégia de entrada mais avançada e complexa, e envolve o estabelecimento de fábricas, subsidiárias de marketing ou outras instalações no exterior, o IDE, exige o uso de recursos substanciais, presença local, operações nos países de destino e eficiência a uma escala global.” (p. 25)

Para Zheng & Sheng (2017), a entrada de IDE expande a escala de produção dos países anfitriões de certo modo. De acordo com a teoria da vantagem competitiva, o IDE pode ser investido naquilo que é a vantagem comparativa do país anfitrião, e depois, no mercado internacional, o país anfitrião pode especializar-se na produção de recursos abundantes, ou seja, o IDE expande a escala de produção e muda a estrutura de produção, o que é chamado efeito de escala e efeito de estrutura, respectivamente.

Cardoso e Faletto (1984, p.125) consideram que, para uma situação de desenvolvimento:

“Nas economias industrial-periféricas após o esgotamento do processo de substituição de importação, assim como na relação destas com as economias centrais. Esse novo modelo seria responsável por relações entre centro e periferia que iriam além do sistema de importações-exportações, agora as ligações se dão também através de investimentos industriais directos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais.”

Segundo (Kunietama, 2014), quanto aos efeitos sobre o desemprego, o IDE gera emprego, quer directa quer indirectamente. Assim, quando as Empresas Multinacionais (EMN) empregam os trabalhadores nas suas fábricas, incrementam a diminuição do desemprego, potenciando o nível de vida das populações e impulsionando a procura nacional, o que acaba por acarretar um aumento da produção nos outros mercados e uma diminuição das tensões sociais entre os países receptores, caso as empresas utilizem mão-de-obra intensiva.

Segundo Nhumaio e Lazzarini (2020) entendem que:

“O crescimento do IDE na indústria extractiva e a fraca redistribuição dos proveitos nos locais de extracção, entre outros factores, tendem a gerar um potencial de conflito no seio das populações directamente afectadas. Entre as causas destes conflitos estão a fraca absorção da força de trabalho local, os reassentamentos, os conflitos de terra, o acesso aos meios de sobrevivência, e a depreciação das condições de vida das populações devido às condições impostas pelos projectos extractivos.” (p. 286).

E, numa abordagem quantitativa, os efeitos directos do IDE sobre o aumento dos níveis de emprego são resultantes de investimentos *greenfield* ou de *joint-ventures* por parte das empresas multinacionais na economia receptora. Se uma empresa que antes não existia é criada, os novos empregos directamente relacionados com essa nova empresa são evidentes, (Barata, 2014).

Coutinho (1997) argumenta que o programa de estabilização económica resultou no aumento das importações para o sector da indústria de transformação e, conseqüentemente, na redução da participação desse sector no PIB. De forma que os sectores com maior coeficiente de penetração das importações (importação sobre a produção), que são resultado da forte substituição de insumos locais por importados, foram aprofundando o processo de desindustrialização, com o encerramento de linhas de produção e fábricas inteiras.

## **2. Materiais e métodos**

Para essa pesquisa optou-se pelo método descritivo, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, com estudo exploratório, por se tratar de um tema com certa escassez de estudo, e, como ferramenta de tratamento de dados, usou-se o Microsoft Excel para a organização dos dados obtidos a partir da recolha documental.

### **2.1. Resultados**

Neste capítulo, toda intenção está voltada para os resultados da pesquisa. Para melhor explicar o objectivo geral e específico, o tema propõe analisar os Investimentos Directos Estrangeiros no sector industrial em Angola. Assim passamos à descrição:

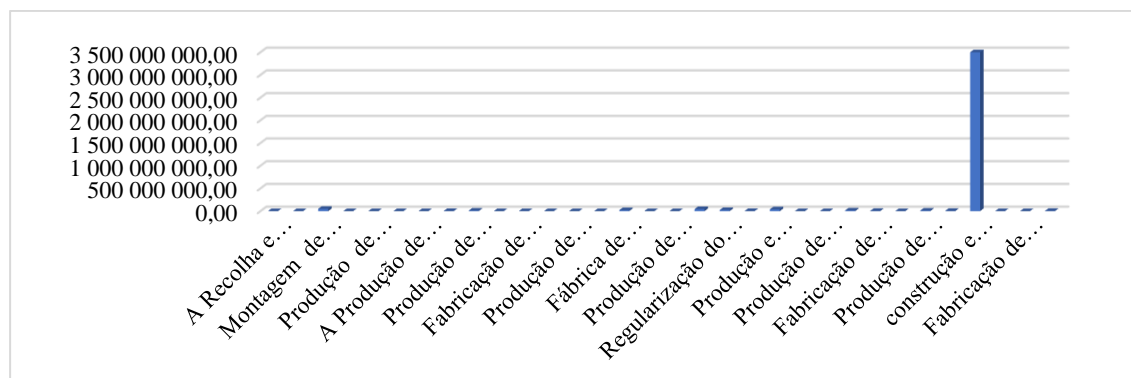
**Tabela n.º 1:** Valor do IDE no sector industrial por Actividades

N.º Ord.	Actividade Industrial	Valor do IDE (USD)
1	A Recolha e Transformação de Mel e Frutas	1 000 000,00
2	Fabrico de tubos e tanques plásticos	1 000 000,00
3	Montagem de tractores	50 000 000,00
4	Fabrico de Moldes de Caixilharia de Alumínio	75 725,45
5	Produção de detergente em pó	150 000,00
6	Produção de fuba	200 000,00
7	A Produção de Bebidas Espirituosas, nomeadamente uísque	250 000,00
8	Produção de PET e Rotulos de papel filme	1 485 000,00
9	Produção de Cigarros	11 555 143,00
10	Produção e comercialização de vinagre, molhos, temperos e condimentos alimentares	300 000,00
11	Fabricação de botijas de gás	1 000 000,00
12	Fabricação de Componentes Mecânicos em Aço, Poliecetal, Bronze, Latão e Cobre	100 000,00
13	Produção de casquilharia de alumínio	114 998,35
14	Transformação de fibra de cabelo postiço	100 000,00
15	Fábrica de contadores pré-pagos de energia e de água	20 454 081,00
16	Produção de portas de madeira para residências e outros edifícios	444 916,00
17	Produção de produtos de higiene e limpeza, nomeadamente: lixívia, sabões e sabonetes	500 000,00
18	Fabrico de insumos agrícolas incluindo fertilizantes, pesticidas e outras substâncias necessárias à agricultura	44 500 000,00
19	Regularização do Projecto	24 493 330,00
20	Fabricação de fertilizantes, comercialização, importação e exportação	3 000 000,00
21	Produção e transformação de bens alimentares	39 474 000,00
22	ACTIVIDADE GRÁFICA, produção de cadernos, diversos bens feitos em papel, timbragens e similares	500 000,00
23	Produção de Farinha de Trigo	1 000 000,00
24	Produção e fabrico de bolachas, iogurtes e derivados de leite	14 300 000,00
25	Fabricação de embalagens diversas de plástico PET e embalamento de óleo de soja refinado, azeite e outras gorduras alimentares.	4 000 000,00
26	Fabrico de tubos plásticos	1 000 000,00
27	Produção de massas alimentares e moagem de grãos diversos	11 610 000,00
28	Instalação de uma fábrica de montagem de electro domésticos arcas, geleiras, ares condicionados	5 000 000,00
29	construção e operacionalização de uma refinaria de conversão de 100.000 barris de petróleo por dia	3 500 000 000,00

30	Produção de Sabonete Antibacteriano	720 000,00
31	Fabricação de produtos alimentares (salgadinhos)	250 000,00
32	Comercialização de diamantes lapidados	4 367 201,00

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados de AIPEX, IDE no Sector Industrial, 2020–2022

**Gráfico n.º 1:** Valor do IDE no sector industrial por Actividades, 2020–2022 (em USD)



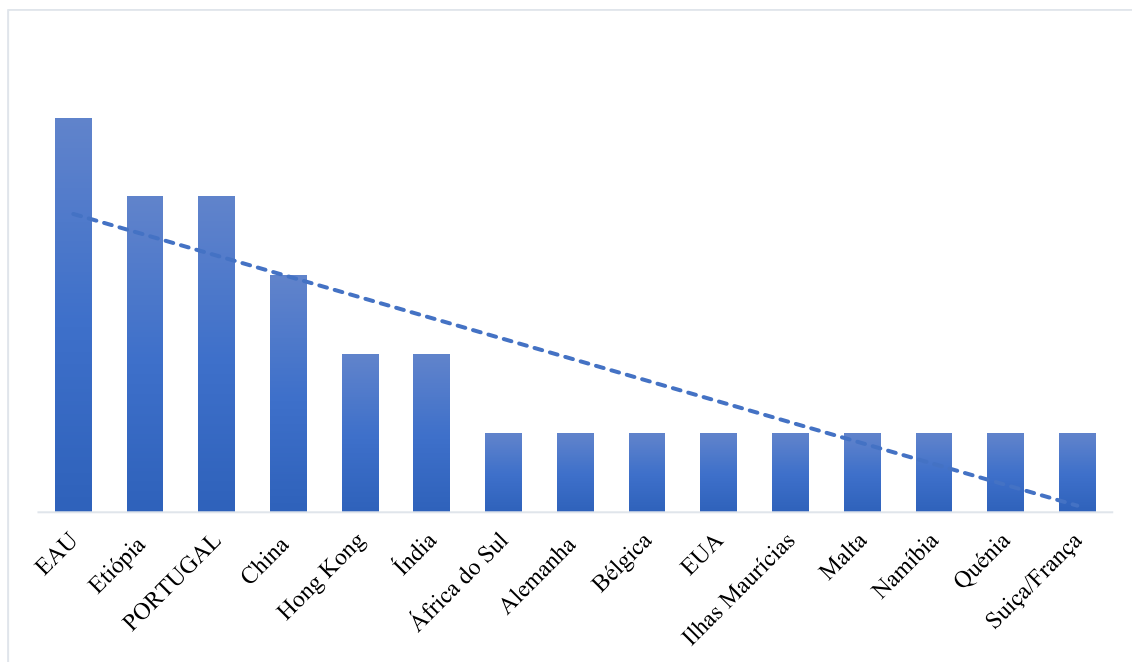
**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados de AIPEX, IDE no Sector Industrial, 2020–2022

**Tabela n.º 2:** Países de origem do IDE no sector industrial em Angola, 2020–2022

Quantidade	Origem do IDE	Localização do IDE
5	EAU	Luanda
1	Namíbia	Cunene
4	Etiópia	Luanda
1	Quénia	Luanda
2	Índia	Luanda
1	Hong Kong	Luanda
1	África do Sul	Luanda
1	Malta	Luanda
3	China	Luanda
4	PORTUGAL	Luanda
1	Ilhas Maurícias	Huambo
1	Bélgica	Luanda
1	Alemanha	Bengo
1	Suíça/França	Luanda
1	EUA	Zaire
1	HONG KONG	Lunda Sul

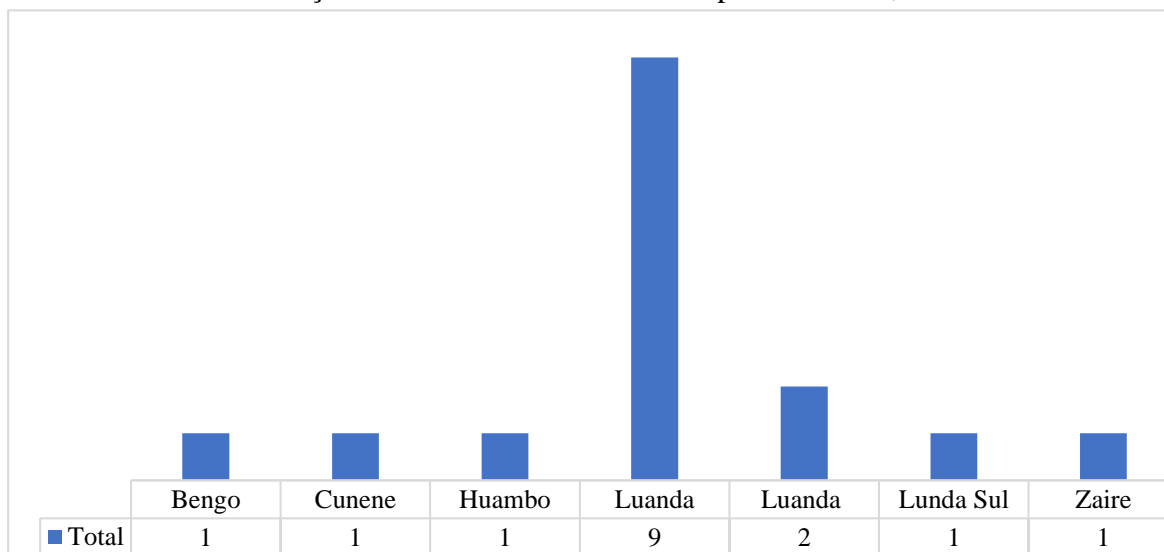
**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados de AIPEX, IDE no Sector Industrial, 2020–2022

**Gráfico n.º 2:** Países de origem do IDE no sector industrial em Angola, 2020–2022



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados de AIPEX, IDE no Sector Industrial, 2020–2022

**Gráfico n.º 3:** Localização do IDE no sector industrial por Província, 2020–2022



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados de AIPEX, IDE no Sector Industrial, 2020–2022

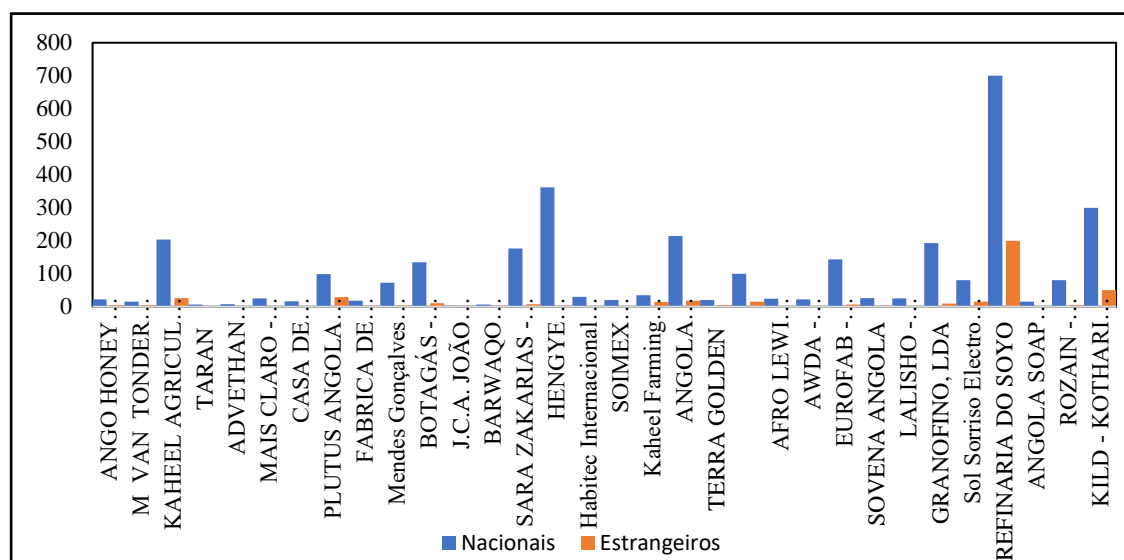
**Tabela nº 2:** Postos de trabalho criados pelo IDE no sector industrial em Angola, 2020–2022

<b>N.º/ORD.</b>	<b>Designação do Projectos</b>	<b>Nacionais</b>	<b>Estrangeiros</b>
1	ANGO HONEY INDÚSTRIA, LDA	22	5
2	M VAN TONDER INDÚSTRIA (SU) LDA	15	5
3	KAHEEL AGRICUL TURA ANGOLA (SU), LDA	204	26
4	TARAN	7	2
5	ADVETHAN COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LDA.	8	2
6	MAIS CLARO — COMÉRCIO E INDÚSTRIA (SU), LDA.	25	1
7	CASA DE BREWERIES, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LDA.	16	2
8	PLUTUS ANGOLA COMERCIAL, LDA. — ALARGAMENTO DO OBJECTO	99	29
9	FABRICA DE CIGARROS AMAGAMALTED, LDA.	18	3
10	MENDES GONÇALVES (MGA)	73	4
11	BOTAGÁS — COMÉRCIO E INDÚSTRIA (SU), LDA.	135	11
12	J. C. A. JOÃO CARVALHO DE ARAÚJO — METALOMECÂNICA — ALARGAMENTO DO OBJECTO	3	1
13	BARWAQO HANSHI-COMÉRCIO GERAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (SU), LDA.	7	3
14	SARA ZAKARIAS — INDUSTRIAL	176	8
15	HENGYE ELETRONICS — INDÚSTRIA SA.	362	3
16	HABITEC INTERNACIONAL E SERVIÇOS, (SU), LDA.*	30	1
17	SOIMEX INVESTIMENTOS, LDA.	20	2
18	KAHEEL FARMING SERVICES ANGOLA, LDA.	35	14
19	ANGOLA POLISHING DIAMONDS — FÁBRICA DE LAPIDAÇÃO (APENAS P/REGISTO)	214	18
20	TERRA GOLDEN	20	5
21	PABIS BORONCZYK SPOLKA JAWNA, LTD. — SUCURSAL EM ANGOLA	100	15

22	AFRO LEWI GRÁFICA-COMÉRCIO E INDÚSTRIA, SU, LDA.	24	2
23	AWDA — COMÉRCIO E INDÚSTRIA (SU), LDA.	22	2
24	EUROFAB — COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LDA.	143	7
25	SOVENA ANGOLA	26	3
26	LALISHO — COMÉRCIO E INDÚSTRIA, (SU), LDA.	25	2
27	GRANOFINO, LDA.	193	10
28	SOL SORRISO ELECTRO DOMÉSTICOS	80	15
29	REFINARIA DO SOYO	700	200
30	ANGOLA SOAP COMPANY.	15	1
31	ROZAIN — COMÉRCIO E INDÚSTRIA, LDA.	80	5
32	KILD — KOTHARI INDÚSTRIA DE LAPIDAÇÃO DE DIAMANTES, LDA.		
<b>Total</b>		<b>3197</b>	<b>457</b>

**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados de AIPEX, IDE no Sector Industrial, 2020–2022

**Gráfico n.º 4:** Criação de novos postos de trabalho pelo IDE no sector industrial por Actividades, 2020–2022



**Fonte:** Elaboração própria com base nos dados de AIPEX, IDE no Sector Industrial, 2020–2022

#### 4. Discussão

O gráfico 1 faz uma resenha do IDE no sector industrial no período em análise, e destacando-se algumas actividades industriais com investimentos em valores consideráveis como: construção e operacionalização de uma refinaria de conversão de 100.000 barris de petróleo por dia, que obteve um total de valor de IDE de 3 500 000 000,00; como consequência, as actividades de Fabrico de insumos agrícolas incluindo fertilizantes, pesticidas e outras substâncias necessárias à agricultura, que teve como valor de investimento de 44 500 000,00

(quarenta e quatro milhões e quinhentos mil Kwanzas). Observe-se que mesmo no sector industrial o maior investimento continua centralizado no sector petrolífero, que pode significar o não desenvolvimento dos outros sectores de actividade não petrolífera.

O Gráfico 2 apresenta o quadro dos principais parceiros para o IDE no sector industrial. Os dados mostram que o EAU são os maiores investidores no sector, seguidos de Portugal, que neste período fez-se representar com quatro indústrias. Dos parceiros a nível do continente, a Etiópia ocupa a primeira posição com IDE no sector, com até quadro indústrias actuando em Angola.

O Gráfico 3 mostra a implementação do IDE por província. Os dados mostram que a maioria da localização do IDE no sector industrial continua sendo na capital do país, Luanda, com um total de 9 investimentos. Apesar de essa preferência ser positiva, é menos vantajosa para outras províncias do país.

No Gráfico 4 fizemos uma análise do volume de IDE no sector industrial e do contributo para a criação de novos postos de trabalho. Os dados mostraram que num total de 32 indústrias foram gerados 3197 para nacionais e 457 para estrangeiros. Mediante a necessidade da redução do desemprego, o número ainda não é correspondente. Entre outros factores que podem ser determinantes para atracção do IDE em Angola, destacam-se os recursos naturais atingíveis e exploráveis que o país tem, como petróleo, diamantes e outros, enquanto produto estratégico no comércio mundial, tal como outros sectores não petrolíferos e extrativos, para alinhar os objectivos da diversificação económica que o país vem procurando alcançar nos últimos anos.

## **5. Conclusão/ considerações finais**

Dados emergidos da pesquisa permitem concluir que no período compreendido entre 2020 e 2022 o IDE no sector industrial é dos mais fortes no processo de diversificação da economia de qualquer país, pelo que para Angola o cenário não é diferente. Contudo, há necessidade de este sector se fazer representar de forma mais expressiva, porque Angola apresenta altos níveis de desemprego e fortemente na camada juvenil. O sector industrial pode ser um dos instrumentos de resolução evolutiva deste problema e garantir empregos duradouros, bem como salários atraentes para garantir o poder compra das famílias e a satisfação das necessidades da população.

Quanto à localização do IDE pelos parceiros, Angola deve criar mecanismos de melhoria do ambiente de negócio nas restantes províncias, para garantir que as mesmas possam atrair IDE para essas regiões. Conforme os dados apresentam, existe uma elevada preferência dos investidores por Luanda, a capital do país, o que acaba por criar uma espécie de lotação no centro e escassez em outros grandes centros comerciais que o país tem nas restantes dezassete províncias.

De realçar que os objectivos específicos desta pesquisa foram alcançados, não ao nível desejado, tendo em conta que dos dados que foram tratados estariam mais completos se tivéssemos acesso à tabela salarial destes postos de trabalhos criados pelo IDE de origem, para os nacionais, para validarmos as citações dos diversos autores como garante de serem investimentos muitas vezes bem remunerados. Assim, em pesquisas científicas futuras, pensamos que pode ser levantada essa hipótese e outras relacionadas.

## **Bibliografia**

AIPEX. (2020-2022). Fonte: <http://www.aipex.gov.ao/PortalAIPEX>.

Cavusgil, S., Knight, G., e Riesenberger, J. (2010). Negócios Internacionais: Estratégia, Gestão e novas realidades.

Hymer, S. H. (1970). The Efficiency (Contradictions) of Multinational Corporations. *American Economic Review* Vol. 60, n.º 2, Maio, pp. 441–48.

Kunietama, H. N. (Julho de 2014). O Impacto do Investimento Direto Estrangeiro no Crescimento Económico de Angola. Porto.

Zheng, J., e Sheng, P. (6 de Março de 2017). O Impacto do Investimento Directo (IDE) sobre o Meio Ambiente: Prespectiva de Mercado e Evidências da China.

(INE), I. N. (2020). Indicadores de Emprego e Desemprego: Inquérito do Emprego em Angola.

Coutinho, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: Velloso, J. P. R. *Brasil: Desafios de um País em Transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997, pp. 81–106.



## O impacto da variação da taxa de câmbio nas importações angolanas de bens

Périkles Facata, Estanislau Santos, Irineu Simões e Isaac Somaconjamba

Sem vinculação institucional

ORCID:0009-0006-6794-2213

[pfacata@gmail.com](mailto:pfacata@gmail.com);

ORCID:0009-0007-7693-1003

[estanislau.bsantos@ucan.edu](mailto:estanislau.bsantos@ucan.edu);

ORCID: 0009-0005-9444-0430

[irineu2016cunha@gmail.com](mailto:irineu2016cunha@gmail.com);

ORCID: 0009-0001-8831-3022

[somaconjamba@hotmail.com](mailto:somaconjamba@hotmail.com).

### Resumo

Deve A variação da taxa de câmbio é um assunto sempre presente no processo de definição das políticas económicas em Angola, seja na elaboração e aprovação do Orçamento Geral de Estado (OGE), na aprovação do Plano Anual de Endividamento (PAE) ou na planificação financeira das famílias e empresas. Uma vez que Angola importa a maior parte dos bens consumidos, espera-se que as decisões dos agentes económicos públicos e privados seja fortemente influenciada pela variação da taxa de câmbio. Neste sentido, o presente artigo científico teve como objetivo avaliar em que medida a variação da taxa de câmbio impacta o nível de importações de bens. Através da estimação de uma Regressão Linear Simples por via do Excel, considerando 48 meses (2019–2022), foi possível constatar que, ao contrário do que a teoria económica tradicional defende, a flutuação da taxa de câmbio pouco ou nada tem afetado o nível das importações de bens em Angola. Os resultados obtidos demonstram que o nível de importações é praticamente inelástico em relação às variações cambiais, ou seja, o nível médio de importações tende a manter-se inalterado ao longo do tempo. Verificou-se também que esta disrupção entre a realidade observada em Angola e a teoria económica clássica pode ser explicada por vários factores, nomeadamente a inexistência de bens substitutos produzidos internamente, o sustento do nível de importação através da utilização das Reservas Internacionais Líquidas (RILs) bem como a entrada constante de divisas por meio de empréstimos bilaterais ou multilaterais concedidos ao Governo angolano.

**Palavras-chaves:** Taxa de câmbio; importação; variação cambial; Angola.

### Abstract

The fluctuation of the exchange rate is a constantly present subject in the process of defining economic policies in Angola, whether in the elaboration and approval of the General State Budget (OGE), the approval of the Annual Debt Plan (PAE), as well as in the financial planning of families and companies. Since Angola imports most of the goods and services consumed, it is expected that the decisions of public and private economic agents will be strongly influenced by the variation of the exchange rate. In this sense, the present scientific

article aimed to assess to what extent the variation of the exchange rate impacts the level of imports of goods and services. Through the estimation of a Simple Linear Regression via Excel, considering 48 months (2019-2022), it was found that contrary to what traditional economic theory suggests, the fluctuation of the exchange rate has little or no effect on the level of imports of goods and services in Angola. The results obtained demonstrate that the level of imports is practically inelastic with respect to exchange rate variations, meaning that the average level of imports tends to remain unchanged over time. It was also found that this disruption between the observed reality in Angola and classical economic theory can be explained by several factors, namely, the absence of domestically produced substitute goods, the sustenance of the import level through the use of Net International Reserves (NIRs), as well as the constant influx of foreign exchange through bilateral or multilateral loans granted to the Angolan government.

**Keywords:** Exchange rate; import; exchange rate variation; Angola.

## 1.Introdução

O Banco Nacional de Angola implementou em 2019 o sistema de câmbio flutuante, em que a taxa nominal de câmbio seria livremente definida pelo mercado. De lá para cá, a taxa de câmbio tem apresentado uma tendência crescente. Embora algumas vezes interrompida por pequenas oscilações negativas, atingiu picos históricos nunca verificados no presente século. Sendo Angola um país cuja maioria de bens que consome são importados, o aumento da taxa de câmbio — aqui definida como a depreciação da moeda nacional em relação à moeda estrangeira — torna os bens externos mais caros e pode comprometer a capacidade de consumo dos agentes, na medida em que, para a mesma quantidade de bens, será necessária uma quantidade maior de Kwanzas e pelo facto de a produção interna ser insuficiente para responder à procura.

Ora, num país em que o nível de pobreza monetária aumenta a cada dia que passa, a subida de preço dos bens estrangeiros tende a agravar o nível de dificuldades dos agentes económicos de terem acesso a produtos básicos e indispensáveis para a sua subsistência.

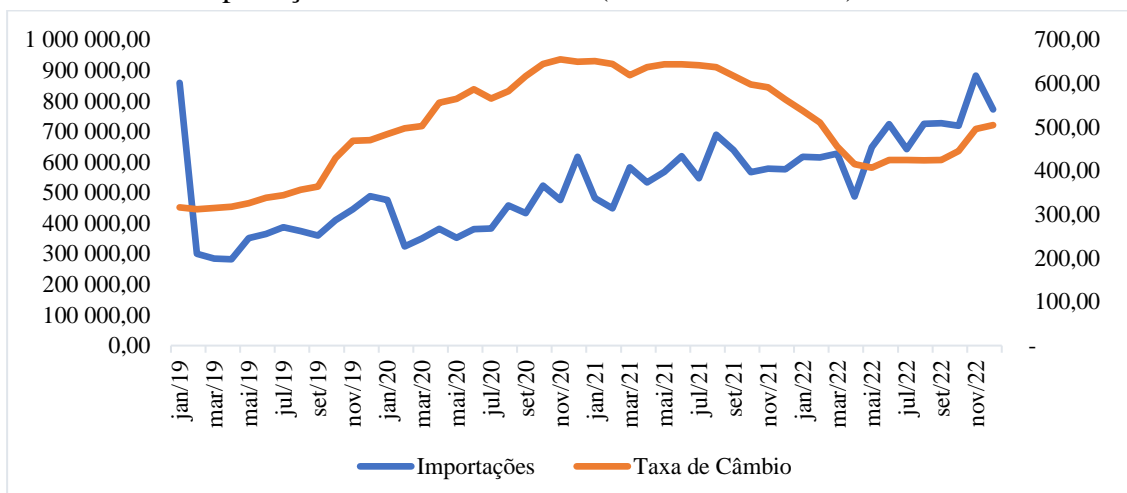
Neste sentido, a variação da taxa câmbio (o preço de bens importados) constitui uma temática de extrema importância na definição das políticas económicas governamentais, bem como no processo de tomada de decisões dos agentes privados.

Portanto, considerando a pertinência do assunto, o presente artigo procura avaliar em que medida a variação da taxa de câmbio afecta o grau de importação de bens em Angola.

O restante deste artigo está repartido da seguinte forma: o segundo capítulo apresenta uma breve revisão de literatura, apresentando as teorias económicas tradicionais sobre a relação importação/câmbio, e o terceiro apresenta a estimação econométrica do modelo e os resultados obtidos.

No quarto capítulo, procuramos apresentar alguns factores que, na nossa opinião, podem explicar os resultados obtidos e, no quinto, apresentamos as nossas conclusões.

**Gráfico nº.1:** Importação vs. Taxa de câmbio (em milhões de KZ)



**Fonte:** BNA/MINFIN (elaborado pelos autores)

### 1.1. Apresentação das hipóteses

H0 = A variação da taxa de câmbio é insignificante para explicar o nível de importações de bens.

H1= A variação da taxa de câmbio afecta significativamente o nível de importações de bens.

### 1.2. Metodologia e base de dados

O presente artigo foi elaborado com base em análises quantitativas de dados mensais provenientes de fontes secundárias. Foi estimada uma regressão linear simples usando o Excel do pacote *Office 365*. O modelo foi construído usando o Método dos Mínimos Quadrados.

Os dados analisados reportam-se ao período de Janeiro de 2019 a Dezembro de 2022, totalizando 48 meses, que foi o número máximo da amostra considerada razoável para a nossa observação.

Definiu-se a Taxa de Câmbio como variável independente e as Importações como variável dependente. Os dados da taxa de câmbio foram extraídos do *site* oficial do BNA, e os dados referentes às importações extraídos do *site* oficial do Ministério das Finanças (MINFIN).

Os valores das importações estavam originalmente expressos em milhões de dólares norte-americanos (o valor absoluto dividido por  $10^6$ ) e foram convertidos em milhões de Kwanzas, multiplicando cada valor mensal das importações pela taxa de câmbio oficial do mês de referência.

Procuramos focar a nossa análise num período recente. A escolha do ano 2019 deve-se ao facto de ter sido implementado neste ano o sistema de câmbio flutuante; quanto a 2022, foi seleccionado pelo facto de ter os dados finais concluídos pelo BNA e pelo MINFIN, uma vez que o ano de 2023 apresenta apenas dados preliminares sujeitos a alterações.

Adicionalmente, o ano 2022 é atípico em Angola por se tratar de um período eleitoral marcado por medidas governamentais populistas tendentes a conquistar o eleitorado. Por outro lado, pela eclosão do conflito no Leste Europeu e consequente aumento do preço do petróleo. Portanto, tendo se verificado uma diminuição da taxa de câmbio neste ano, é importante fazer parte da análise para entender o comportamento das importações.

## 2. Revisão da literatura

A relação entre a taxa de câmbio e o nível de importações é um assunto que reúne consenso entre os economistas.

A teoria económica tradicional define uma relação inversa entre as duas variáveis, na medida em que o aumento da taxa de câmbio, aqui definido como a depreciação da moeda nacional em relação à moeda estrangeira, diminui a quantidade de bens importados.

Blanchard (2011, pp. 340 a 357, versão traduzida) define que as importações aumentam em função do incremento da renda nacional e diminuem quando aumenta a taxa de câmbio.

Quando a moeda de um país deprecia, os estrangeiros percebem que suas exportações são mais baratas, e os residentes nacionais percebem que as importações do exterior são mais caras. Uma valorização tem os efeitos opostos: os estrangeiros pagam mais pelos produtos do país, e os consumidores nacionais pagam menos pelos produtos estrangeiros. (Paul R. Krugman Maurice Obstfeld Marc J. Melitz, 2015, p. 273, versão traduzida).

Mankiw (2015, p. 227, versão traduzida) chega às mesmas conclusões. Quanto mais baixa a taxa de câmbio, mais baratos serão os bens estrangeiros em relação aos bens nacionais e, portanto, menores serão as exportações líquidas.

Para Baptista, Lucinda (2017, p. 15), a taxa de câmbio desvalorizada induz ao aumento das importações, conseqüentemente, o preço dos bens finais importados será relativamente baixo. No entanto, isso pode estimular a competitividade interna, dado que as matérias-primas e bens intermédios poderão ser importados a um custo mais baixo, reduzindo o custo de produção das empresas. Uma taxa de câmbio desvalorizada implica gastar menos unidades de moeda nacional para adquirir uma unidade de moeda estrangeira, o que certamente levaria à compra de maior quantidade de bens importados. Um câmbio valorizado desestimula as importações.

Na dinâmica do comércio internacional, as importações se configuram como um elemento crucial para o desenvolvimento das nações. Através da aquisição de bens de outros países, as empresas e os consumidores podem cessar produtos inovadores, tecnologias de ponta e insumos essenciais para a produção local. A compreensão da teoria das importações e da balança comercial se torna fundamental para entender as várias oportunidades e desafios.

A concorrência com produtos importados pressiona as empresas nacionais a buscarem maior eficiência e inovação, elevando a qualidade dos produtos oferecidos no mercado interno. As importações podem ser essenciais para suprir a demanda interna por produtos que não são produzidos ou não são produzidos em quantidade suficiente no país. Santos, Julyan (2010, pp. 16–17).

### 3. Estimação do Modelo Econométrico

**Tabela nº. 1:** Dados

Obs	Data	Importações	Taxa de Câmbio
		(Yi)	(Xi)
1	jan-19	859 014,01	316,47
2	fev-19	300 163,54	312,08
3	mar-19	284 495,12	314,65
4	abr-19	282 218,04	318,04
5	mai-19	351 476,98	325,79
6	jun-19	365 219,31	338,56
7	jul-19	387 088,89	344,51
8	ago-19	374 983,30	356,5
9	set-19	359 699,42	364,06
10	out-19	409 998,82	428,85
11	nov-19	445 738,42	468,72
12	dez-19	488 604,22	470,6
13	jan-20	476 156,72	484,46
14	fev-20	323 891,11	497,69
15	mar-20	350 546,55	502,49
16	abr-20	382 046,86	555,78
17	mai-20	352 081,50	564,42
18	jun-20	380 690,70	586,92
19	jul-20	382 964,58	565,16
20	ago-20	458 366,64	582,53
21	set-20	432 696,10	616,81
22	out-20	522 906,55	644,59
23	nov-20	475 696,39	655,16
24	dez-20	617 135,63	650,05
25	jan-21	482 804,19	651,32
26	fev-21	449 139,62	644,89
27	mar-21	582 508,09	619,2
28	abr-21	533 690,02	637,59
29	mai-21	567 666,63	644,09
30	jun-21	619 871,72	643,78
31	jul-21	547 729,31	641,81
32	ago-21	689 558,63	637,06
33	set-21	639 759,38	617,33
34	out-21	567 056,68	597,76
35	nov-21	578 615,56	591,07
36	dez-21	576 636,68	563,12
37	jan-22	617 588,21	537,4
38	fev-22	614 935,22	510,18
39	mar-22	627 964,86	455,89
40	abr-22	487 632,46	415,35
41	mai-22	648 582,30	406,97
42	jun-22	724 237,59	425,08
43	jul-22	642 788,49	424,87
44	ago-22	725 052,00	423,84
45	set-22	726 813,72	424,62
46	out-22	718 948,82	444,99
47	nov-22	882 817,32	495,9
48	dez-22	771 845,91	504,46

### 3.1. Estatística Descritiva:

**Tabela n.º. 2:** Estatísticas descritivas

<i>Importações</i> ( <i>Yi</i> )		<i>Taxa de Câmbio</i> ( <i>Xi</i> )	
Média	522669,2256	Média	504,6555088
Erro-padrão	21951,50114	Erro-padrão	16,40686463
Mediana	505755,3844	Mediana	503,4772611
Moda	#N/D	Moda	#N/D
Desvio-padrão	152084,4611	Desvio-padrão	113,6700925
Variância da amostra	23129683300	Variância da amostra	12920,88994
Curtose	-0,547708225	Curtose	-1,246045436
Assimetria	0,383561352	Assimetria	-0,253125206
Intervalo	600599,2791	Intervalo	343,0771253
Mínimo	282218,0368	Mínimo	312,0789
Máximo	882817,3159	Máximo	655,1560253
Soma	25088122,83	Soma	24223,46442
Contagem	48	Contagem	48

**Fonte:**  
Excel,  
Office  
365.

### 3.2.

#### Interpretações:

**Média de Y:** o valor médio mensal das importações é de aproximadamente 522 mil milhões de AKZ.

**Média de X:** o valor médio da taxa de câmbio (USD/AKZ) para o período compreendido é de aproximadamente 504,65. Dito de outra forma, para o período compreendido, em média, 1 USD custou 504,65 AKZ.

**Mediana de Y:** o mês que se encontra no centro da distribuição possui um valor de importação igual a 505 mil milhões AKZ.

**Mediana de X:** este valor indica que metade das taxas de câmbio observadas durante esse período foram inferiores a 503,477 AKZ e a outra metade superior a esse valor.

**Moda:** não existe moda para esta distribuição, uma vez que nenhum valor foi observado (repetido) em pelo menos dois meses, seja de importações ou da taxa de câmbio.

**Tabela n.º.3:** Correlação

	<i>Importações</i> ( <i>Yi</i> )	<i>Taxa de Câmbio</i> ( <i>Xi</i> )
Importações ( <i>Yi</i> )	1	
Taxa de Câmbio ( <i>Xi</i> )	0,173647261	1

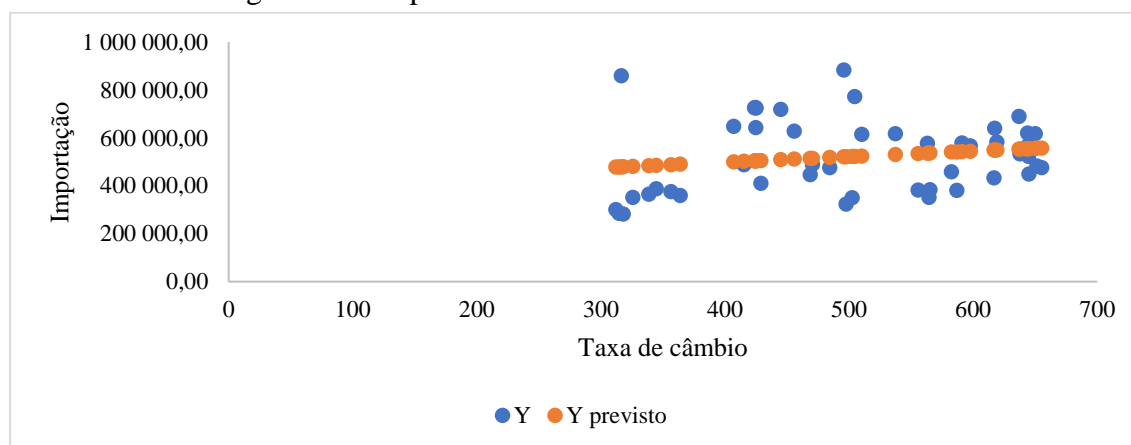
O valor do coeficiente de correlação (0,173) sugere uma relação linear, positiva e fraca entre as variáveis Importações e Taxa de Câmbio.

Dada a relação positiva existente entre as duas variáveis, ou seja, as variáveis caminham no mesmo sentido, à medida em que a taxa de câmbio aumenta, as importações também

aumentam ligeiramente e, à medida em que a taxa de câmbio diminui, verifica-se uma redução ligeira no nível de importações.

Tendo em conta a teoria económica, esperava-se que as variáveis apresentassem uma relação linear, negativa e forte, visto que uma mudança do preço relativo dos bens, resultando na depreciação cambial (do AKZ), normalmente conduz a uma diminuição do valor das importações, visto que os bens expressos em moeda estrangeira ficam mais caros em relação aos bens expressos em moeda nacional, ou seja, produzidos internamente.

**Gráfico n.º 2:** Diagrama de dispersão



Ora, observando a recta ajustada no gráfico acima e a dispersão dos dados, podemos facilmente identificar a quase inexistência de interacção entre as variáveis, razão pela qual a inclinação da recta ajustada é próxima de horizontal, apresentando um declive extremamente baixo e próximo de zero. Só pelo diagrama de dispersão já se consegue ter uma ideia dos resultados que serão obtidos na realização dos outros testes de qualidade do modelo.

**Tabela n.º.4:** Sumário dos resultados

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,173647261
Quadrado de R	0,030153371
Quadrado de R ajustado	0,009069749
Erro-padrão	151393,2062
Observações	48

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	1	32779582650	32779582650	1,430179823	0,23786344
Residual	46	1,05432E+12	22919902879		
Total	47	1,0871E+12			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro-padrão</i>	<i>Stat</i>	<i>valor P</i>	<i>95% inferior</i>	<i>95% superior</i>	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>
Interceptar	405422,2671	100446,3568	4,036206788	0,000203432	203234,2376	607610,2965	203234,2376	607610,2965
Taxa de Câmbio (Xi)	232,330682	194,272462	1,19590126	0,23786344	-158,7195017	623,3808658	-158,7195017	623,3808658

### 3.4 Resultados

Intercepto = 405 422, 27 milhões de AKZ é o valor médio mensal das importações quando a Taxa de Câmbio é igual a zero.

Coefficiente da Taxa de Câmbio = 232,33 mil AKZ é o aumento ou diminuição verificado no nível de importação de bens por cada 1 AKZ adicional ou a menos na taxa de câmbio.

Coefficiente de Determinação ( $R^2$ ): 0.030153371

O modelo ajustado define que apenas 3,02% da variação das importações pode ser explicado pela variação da taxa de câmbio. Isso indica um ajustamento fraco do modelo aos dados, ou seja, o impacto da taxa de câmbio sobre as importações é praticamente insignificante.

Coefficiente de Correlação ( $R$ ): 0.173647261

Os dados apontam para uma correlação linear, positiva e fraca entre a Taxa de Câmbio e o nível de Importações.

Estatística F de significância: 0,23786344

Considerando um intervalo de confiança de 95%, as hipóteses definidas para o teste do nível de significância global do coeficiente angular (da taxa de câmbio) são as seguintes:

**H<sub>0</sub>** = O modelo ajustado apenas com o intercepto é igual ao modelo ajustado com a taxa de câmbio;

**H<sub>1</sub>** = O modelo ajustado apenas com o intercepto é diferente e insignificante em comparação com o modelo estimado com a taxa de câmbio.

Sendo o p-valor de F superior a 5% ( $24\% > 5\%$ ), o nosso teste F cai dentro da região de aceitação da hipótese nula, ou seja, o modelo ajustado apenas com o intercepto é igual ao modelo ajustado com a taxa de câmbio, logo, podemos considerar o coeficiente da variável explicativa insignificante e igual a zero.

Ora, relativamente ao teste de significância individual de cada parâmetro (intercepto e coeficiente angular), consideramos de igual modo um grau de confiança de 95% e estabelecemos as hipóteses seguintes:

**H<sub>0</sub>** = o parâmetro é insignificante e igual a zero.

**H<sub>1</sub>** = o parâmetro é significativo e igual a zero.

P-valor do Intercepto: 0,000203432

O p-valor é inferior a 5% e cai dentro da região crítica, a zona de negação da hipótese nula. Significa que aceitamos a hipótese alternativa e que o intercepto é estatisticamente significativo e diferente de zero. O intercepto é um bom explicador do nível de importações.

P-valor do coeficiente angular: 0,23786344

O p-valor é superior a 5% e cai fora da região crítica, a zona de aceitação da hipótese nula, significa que a variável Taxa de Câmbio é estatisticamente insignificante para explicar as variações nas importações e o seu coeficiente igual a zero.

Relativamente à Estatística **t**, os resultados individuais são os mesmos para o nível de significância dos parâmetros. Considerando o mesmo grau de confiança e consequentemente o valor **t** crítico de **1,678** ( $n-1 = 47$ ), temos o seguinte:

**Intercepto**: 4,036206788

Valor  $t > t_c$ , logo, cai dentro da zona de negação da hipótese nula, ou seja, podemos dizer com 95% de confiança que o intercepto é estatisticamente significativo.

**Estatística t de X**: 1.19590126

Valor  $t < t_c$ , logo, cai dentro da zona de aceitação da hipótese nula, ou seja, podemos dizer com 95% de confiança que a Taxa de Câmbio é estatisticamente insignificante.

**Conclusão**: Podemos concluir que a Taxa de Câmbio é insignificante para explicar as variações das importações de bens. Neste sentido, investigações são necessárias para

identificar outras variáveis que possam explicar a variabilidade das importações. É importante notar que a significância estatística não é o mesmo que relevância prática. Um resultado pode ser estatisticamente significativo, mas ter pouco impacto no mundo real.

#### **4. Justificação dos resultados**

Os dados econométricos observados demonstram de forma clara que, ao contrário da teoria económica estabelecida, em Angola, a variação da taxa de câmbio não tem resultado na diminuição ou no aumento contínuo do nível de importação. As conclusões vão totalmente na contramão daquilo que é o senso comum e desperta a necessidade de se compreender o fenómeno.

Ora, olhando para as características peculiares da economia angolana, identificamos alguns factores que podem (na nossa opinião) explicar esta contrariedade entre a teoria e prática.

##### **4.1 Inexistência de bens substitutos**

Em condições normais, as decisões dos agentes económicos entre consumir bens produzidos localmente ou bens importados dependem não só do preço de cada um dos bens mas também da existência de oferta interna suficiente para colmatar a demanda. No caso de Angola, uma economia cuja produção petrolífera reponde por mais de 90% das exportações, mais de 60% das receitas fiscais e cerca 40% do PIB, a quantidade de bens produzidos localmente afigura-se insuficiente para cobrir a ausência de bens importados.

Isto significa que os angolanos não têm opções, na medida em que não importar significa não consumir ou não produzir (grande parte dos insumos são importados também), ou seja, se, por exemplo, não importarmos alimentos, passamos fome.

Portanto, importar é sobreviver, e, quando a taxa de câmbio aumenta, os agentes não têm opção a não ser encontrar novas formas de continuar a importar.

##### **4.2 Sustentação das importações em detrimento das Reservas Internacionais Líquidas (RIL)**

Havendo uma desaceleração da economia em função dos choques no sector petrolífero, numa fase em que a produção diária de barris de petróleo se reduziu nos últimos anos, a quantidade de moeda externa (divisas) que entra em Angola também diminuiu significativamente, logo, para se manter o nível de importação num cenário de escassez de divisas é necessário que seja por meio de fontes alternativas.

Ao observarmos o comportamento das Reservas Internacionais líquidas nos últimos 10 anos, é evidente a redução drástica quase pela metade, tendo passado de cerca de 32 mil milhões de USD em janeiro de 2014 para cerca de 14,7 mil milhões de USD em Dezembro de 2023. Tal situação pode ser explicada pela necessidade de colmatar o desequilíbrio no mercado cambial, de forma a garantir o sustento contínuo do nível de importações

**Gráfico 2:** Reservas internacionais líquidas 2014—2022



Fonte: BNA

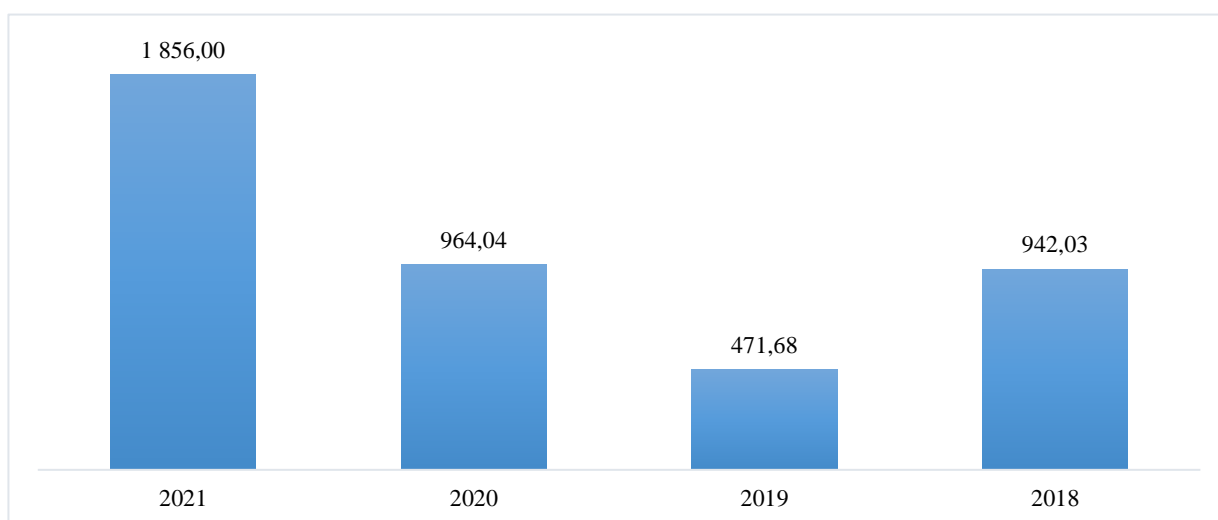
#### 4.3 Empréstimos obtidos em moeda externa através de parceiros internacionais:

Além da utilização das reservas internacionais líquidas, outro factor que permite o sustento contínuo das importações é facto de Angola receber regularmente empréstimos bilaterais e multilaterais concedidos por entidades externas.

Os montantes recebidos de órgãos como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e principalmente da China têm permitido um desafogamento do mercado cambial, pelo menos no curto prazo, aumentando a oferta de divisas e, conseqüentemente, garantindo o sustento de mais alguns meses de importação.

A título de exemplo, apresentamos a seguir o histórico de empréstimos concedidos pelo FMI e pelo Banco Mundial nos últimos anos:

**Gráfico nº. 3:** Desembolsos do FMI (em milhões de USD)



Fonte: FMI, Angola 2023 Article IV Consultation (gráfico feito pelos autores. Valores originalmente expressos em SDR e convertido ao USD pela taxa oficial).

**Gráfico n.º 4:** Financiamentos aprovados pelo Banco Mundial



Fonte: Banco Mundial (gráfico feito pelos autores).

## 5. Conclusão

Após análise dos dados, concluímos que, ao contrário do que se defende na teoria económica clássica, o nível de importação em Angola é inelástico em relação às variações da taxa de câmbio.

Os resultados obtidos da regressão estimada apontam que mais de 90% das variações do nível de importação não dependem da variação da taxa de câmbio.

Verificou-se também que, dos parâmetros estimados, apenas o intercepto é estatisticamente significativo, ao contrário da Taxa de Câmbio que se revelou estatisticamente insignificante. Neste sentido, aceitamos a hipótese nula, ou seja:

$H_0$  = A variação da taxa de câmbio é insignificante para explicar o nível de importações de bens em Angola.

Para explicar esta disrupção entre a teoria económica e a prática, identificamos três factores principais, nomeadamente:

A inexistência de bens substitutos, na medida em que não há oferta interna suficiente para substituir as importações;

A sustentação das importações em detrimento das Reservas Internacionais Líquidas, como resultado da insuficiência de divisas para garantir a continuidade das importações;

Os empréstimos obtidos em moeda externa por parceiros internacionais, que garantem o aumento da oferta de divisas no mercado e, conseqüentemente, o sustento das importações no curto prazo.

## Bibliografia

1. Blanchard, Oliver (2011), “*Macroeconomia*” 5.<sup>a</sup> ed., trad. de Luciana do Amaral Teixeira.
2. Mankiw, Gregory (2015), “*Macroeconomia*” 8.<sup>a</sup> ed., trad. de Ana Beatriz Rodrigues. Krugman, Paul R; Obstfeld, Maurice; Melitz, Marc J.; (2015), “*Economia Internacional*”, 10.<sup>a</sup> edição, trad. de Ana Julia Perrotti-Garcia.
3. Baptista, Lucinda (2017), “*Impacto da Taxa de Câmbio Real do Euro em Relação ao Kwanza nas Importações de Bens Provenientes de Portugal*”, Dissertação de Mestre em Economia Monetária e Financeira, Lisboa, ISCTE-IUL, pp. 15.
4. Santos, Julyan (2010), “*A tributação na importação de bens destinados a consumo próprio por pessoa física*”, Trabalho de Iniciação Científica Comércio Exterior do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Itajaí, UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, pp. 16–17.
5. Dados FMI — 2023 ARTICLE IV CONSULTATION-PRESS RELEASE; STAFF REPORT; AND STATEMENT BY THE EXECUTIVE DIRECTOR FOR ANGOLA. <https://www.imf.org/en/countries/ago?selectedfilters=Article%20IV%20Staff%20Reports#whatsnew>.
6. Banco Mundial, Lista dos financiamentos aprovados para Angola. [https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects/list?countrycode\\_exact=AO&title=Angola&os=0](https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects/list?countrycode_exact=AO&title=Angola&os=0).
7. BNA, Histórico de Taxas de Câmbio, <https://www.bna.ao/#/pt/mercados/mercado-cambial/taxas-cambio>.
8. BNA, Histórico das Reservas Internacionais Líquidas, <https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/consultar-dados/evolucao-reservas-internacionais/evolucao-diaria>.
9. Dados Anuais de Importação de Bens, <https://agt.minfin.gov.ao/PortalAGT/#!/estatisticas/estatistica-do-comercio-externo>.



## Observatório da banca angolana: análise da performance dos bancos (privados e públicos) e o processo de consolidação da diversificação da economia (2020 a 2023)

Paulo Vica

[Paulo.vica23@hotmail.com](mailto:Paulo.vica23@hotmail.com)

Sem vinculação institucional

ORCID: 0009-0005-6497-2305

### Resumo

O OBSERVATÓRIO analisou a performance dos bancos no processo de diversificação e sustentabilidade do crescimento económico de Angola nos últimos quatro anos. Para o efeito, utilizaram-se algumas métricas [Índice de Concentração (IC) e Vantagem Competitiva Relevada (VCR)] que analisam o desempenho das actividades em economias abertas. Os resultados apontam que, apesar da percepção de que o sector bancário angolano é altamente lucrativo (**BFA e BAI**), a contribuição dos serviços de intermediação financeira e de seguros para a economia tem sido negativa, com uma taxa média de crescimento de -10,36% entre 2020 e 2022. Isso sugere que, embora os bancos estejam lucrando, eles não estão gerando um impacto positivo proporcional na economia real, especialmente em termos de criação de emprego. Ademais, o actual padrão de concessão de crédito favorece actividades que geram pouco valor agregado na economia local e reforçam a dependência de importações, o que pode estar contribuindo para a destruição de empregos no país e aumentando a vulnerabilidade económica. Por outro lado, os dados indicam que, embora bancos como o **BIC, BAI e Atlântico Millennium** dominem o mercado em termos de concessão de crédito, o **BPC e o Banco de Investimento Rural (BIR)** se apresentam como os mais competitivos quando submetidos à análise da Vantagem Competitiva Revelada (VCR) no crédito concedido a particulares. Além disso, o **Banco Comércio do Huambo (BCH)** e o **BDA** mostraram-se como os mais autónomos financeiramente, com índices superiores a 50%, o que indica uma gestão eficiente sem a necessidade de recorrer a capitais de terceiros. Esses resultados não apenas destacam os bancos que lideram em termos de volume de crédito mas também revelam que instituições estão mais bem posicionadas para enfrentar desafios económicos futuros. A intervenção da banca angolana, portanto, mostra-se vital para o desenvolvimento económico do país, especialmente considerando os bancos que têm demonstrado uma performance robusta em termos de concessão de crédito e gestão financeira.

### 1. Introdução

Caracterização O processo de consolidação da política económica angolana, no quesito da diversificação e asseguramento de um crescimento económico sustentável no longo prazo, põem à prova os mais profundos limites de resiliência e de sapiência sobre as leis da teoria económica, das quais dois cenários possíveis se apontam: (1) ou saímos de vez desta <<ilusão de crescimento conduzido pelas exportações do petróleo>> e caminhamos para um crescimento equilibrado e sustentável (ciclo virtuoso), condizente com o desenvolvimento económico ou então (2) continuaremos neste ciclo vicioso, adiando cada vez mais os milhares de sonhos. Creio que o primeiro cenário seja o mais sensato, a julgar pelos interesses de todos

os envolvidos. Porém, é preciso reduzir urgentemente a dependência excessiva dos recursos naturais na economia.

De acordo com Vica e Silva (2024), nos últimos vinte dois anos, o grau de concentração do sector petrolífero na economia angolana foi de 0,9 (ICP)<sup>2</sup>, o que revela extrema dependência deste sector na dinâmica económica do país (submetido à publicação). O sector petrolífero tem sido objecto de vários estudos [Cordeu e Neary (1982); Sachs e Warner (1995); Mehlum *et al.* (2006); Rabah *et al.* (2012); Mulwa e Mariara, (2016)], que indicam a vulnerabilidade de uma economia que tenta sobreviver apenas das exportações deste recurso. Vica (2024a e 2024b), ao identificar os determinantes das exportações angolanas, conclui que os sectores que determinam as exportações são simultaneamente os mesmos que determinam o crescimento da economia angolana, preço do petróleo bruto, taxa de câmbio, juros, investimento estrangeiro directo e crescimento das importações externas (submetido à publicação). E, portanto, a economia se revela bastante vulnerável, na medida em que a política económica interna não tem qualquer controlo sobre tais variáveis. Contudo, o governo tem gizado um conjunto de programas económicos (políticas) que visam atenuar o impacto conjuntural e estrutural.

A diversificação económica se apresenta como a melhor alternativa, para que a volatilidade gerada por estes determinantes se atenuar e permita que o país emergja na superfície do crescimento económico com equilíbrio e sustentabilidade, obtendo distribuição de riqueza no longo prazo. Todavia, este processo é complexo e lento, podendo mesmo apresentar resultados opostos, caso o país se perpetue na paixão do crescimento liderado pelos recursos naturais [características dos países subdesenvolvidos].

Segundo Furtado (2002), dificilmente países pobres serão “bem-sucedidos” caso a sua política industrial esteja direccionada simplesmente na exportação de bens primários. Estudos mais recentes [Summers (2003); Hausmann (2006); Hausmann e Hidalgo (2009); Caldarelli *et al.* (2012); Hidalgo *et al.* (2017)] evidenciam que quanto mais os governos direccionarem a sua política industrial para sectores que empregam menos recursos naturais mais rapidamente a economia cresce. Ou seja, identificaram uma relação positiva entre os sectores de maior complexidade tecnológica e o PIB *per capita*. Alguns países compreenderam que a solução dos seus problemas, económicos e sociais estava, essencialmente, atrelada a uma mudança da estrutura produtiva da economia. Redesenharam as suas prioridades, investiram massivamente no capital humano, o que permitiu dinamizar o sector industrial, mormente a transformadora. Estes países [Japão, China, Coreia do Sul, Taiwan, Malásia, Singapura, Tailândia...], iniciaram a sua jornada de inversão, caminho oposto de muitas economias pobres, na década de cinquenta a setenta e mais tarde nos finais da década de noventa. A partir dos estudos empíricos, Hausmann e Hidalgo (2009) demonstram que países que investem mais em sectores de alta complexidade tecnológica não só crescem mais como também apresentam maior resiliência económica. Contrastando com economias concentradas em recursos naturais que na maioria das vezes são menos reativas a tríplice da política económica. A vasta literatura económica [clássica (1776), marxista (1867), keynesiana (1936), neoclássica (1950) e pós-keynesiana (1971)] reconhece a poupança como uma variável impulsionadora da actividade económica, atribuindo assim o papel importante do circuito financeiro na economia real. No entanto, é crucial que as instituições financeiras estejam alinhadas com a administração económica do governo para que seja possível a execução dos planos micro e macro da dinâmica económica.

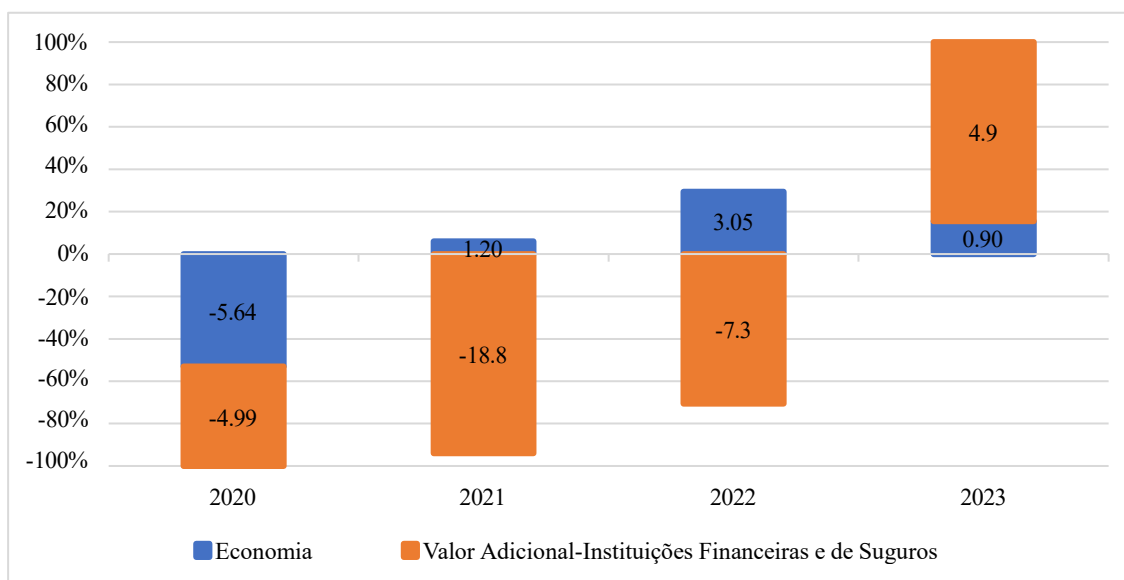
De acordo com a LRGIF n.º 14/21 de 19 de Maio, processada pelo BNA (2021), consideram-se Instituições Financeiras Bancárias “Empresas, cuja actividade principal consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os aplicar por conta própria, mediante a concessão de crédito”.

Até 2017 operavam em Angola, sensivelmente, vinte e seis instituições bancárias.

Actualmente este número se aproxima a um recuo de 8%.<sup>3</sup>

Entre 2020 e 2022, os dados do INE apontavam que os Serviços de Intermediação Financeira e de Seguros agregaram menos valor à economia, com uma taxa média de crescimento de -10,36% (BNA, 2023).

**Gráfico 1** — Evolução da Economia Real e do Valor Acrescentado Gerado pelo Serviço de Intermediação Financeira e de Seguros (%)



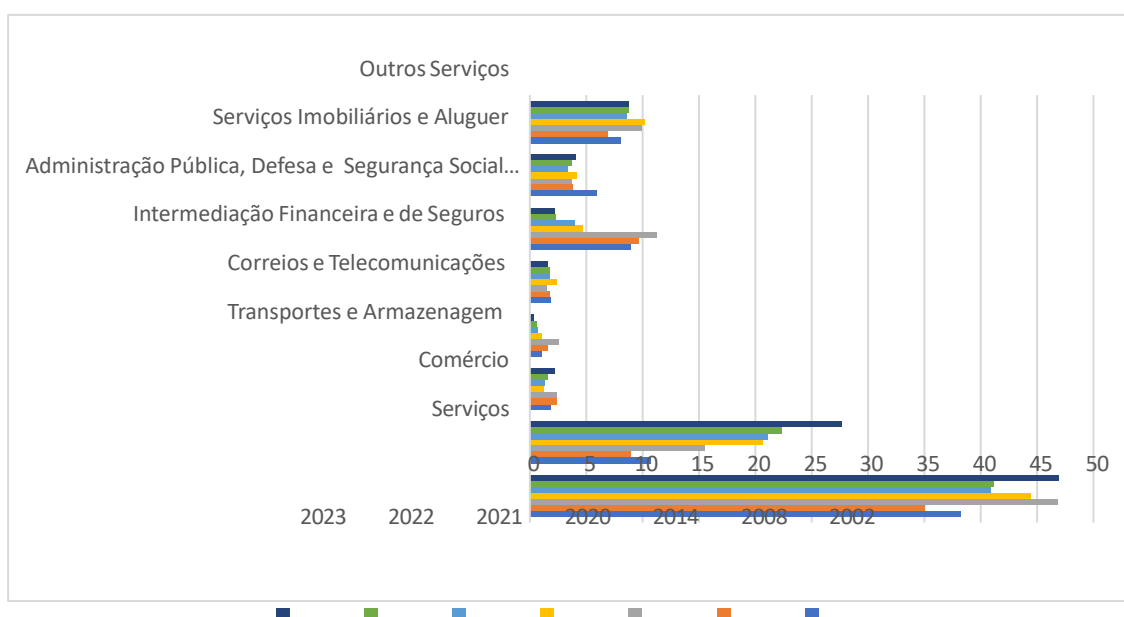
**Fonte:** Elaboração própria. Dados do INE, extraídos do *site* do BNA (2023).

O gráfico 1 indica uma pioria do serviço de intermediação financeira e de seguros em -23,79 pontos percentuais entre o ano de 2020 a 2021, essencialmente na criação de valor novo para economia angolana. Entretanto, neste mesmo intervalo de tempo, a economia doméstica registou uma evolução positiva de 1,20%. Esta situação pode ter correlação (positiva) com o tipo de crédito mais ofertado pelos bancos, que repousa sem sombras de dúvidas no sector de serviços.

Uma concessão relativamente maior de créditos ao sector de serviços, em detrimento do industrial, pode comprometer toda uma política económica, gizada pelo governo, no tocante a diversificação e sustentabilidade do crescimento económico. Lamfalussy (1963) identificou que o lento crescimento da economia do Reino Unido estava associado ao fraco investimento das indústrias transformadoras. No mesmo intento, Kaldor (1966) evidenciou que o crescimento lento da economia está positivamente correlacionado com a lenta expansão industrial. No entanto, esta abordagem é baseada no papel determinante das indústrias transformadoras sobre a economia. Esta caracterização sectorial é sustentada pela alta produtividade na medida em que se expande a produção. Porquanto países com maiores produtividades, advindas do sector industrial, tendem a exportar cada vez mais produtos manufacturados promovendo um círculo virtuoso na economia. Logo, a prossecução dos PDI das instituições financeiras bancárias, não devem de maneira alguma inviabilizar, ou se sobrepor, à materialização dos PDN. Todavia, devem se aferir, de forma conjunta, os principais pontos de estrangulamentos que limitam a concepção de créditos a este sector (indústria transformadora).

Num período de vinte anos (2002 a 2022), a intermediação financeira, propriamente dita, a banca angolana, contribui para o PIB em média cerca de 2% (gráfico 2). Este valor não está muito aquém da realidade da África Subsariana (2 a 3%), porém diferente das economias avançadas [EUA (7 a 8%), Europeia (3 a 5%)].

**Gráfico 2** — Evolução da Participação (%) das actividades do Sector de Serviço



**Fonte:** Elaboração própria. Dados do INE, extraídos do *site* do BNA (2023).

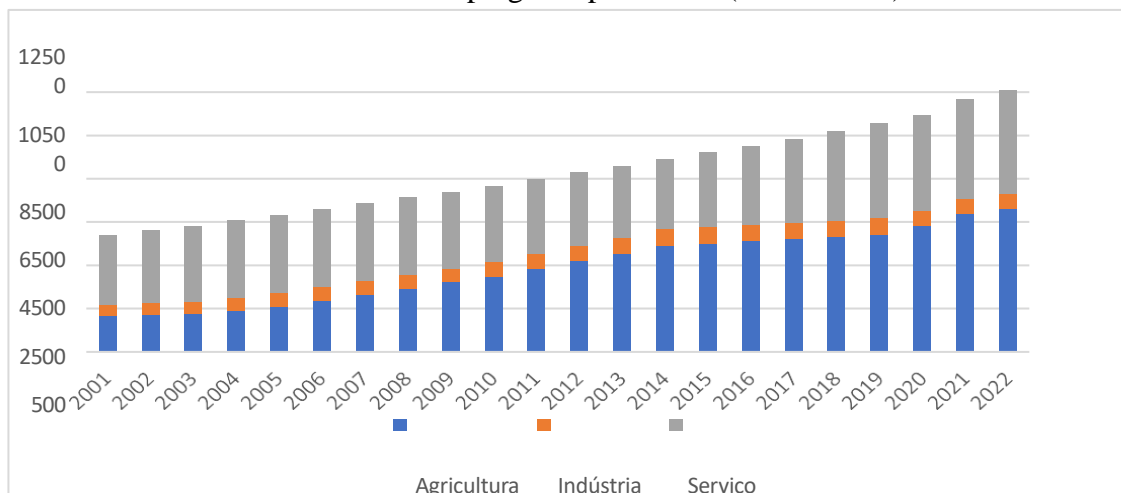
Nota: Os dados do ano de 2022 a fonte apresenta como sendo preliminares (até ao momento actual).

E, no âmbito da formulação de políticas macroeconómicas para o fomento do emprego no mercado de trabalho, é comum observar teorias que discutem a problemática do crescimento e desenvolvimento económico [clássico-marxista e neo-keynesiana], realçarem que o número de empregos está condicionado ao capital, assumindo este como a variável de ajuste. Contudo, algumas teorias evocam um *trade off* sobre determinadas condições, concernente à distribuição dos lucros e salários na economia. Ou seja, uma maior participação dos lucros implica uma redução da participação dos salários (maior empregabilidade). Porém, condiciona o crescimento da economia pelo lado da demanda, já que os trabalhadores se assumem como os principais consumidores. Neste quesito, estas teorias na década de setenta incorporaram a produtividade, resgatada das discussões dos seus proeminentes autores, como mecanismos de ajuste do conflito distributivo (salários *versus* lucros).

OIT (2023) indica que as economias pobres oferecem mais empregos em sector de baixa produtividade (agricultura), o que limita a sua capacidade de crescimento económico e consequentemente menos criação de postos de trabalho (círculo vicioso).

Esta é uma das realidades da economia angolana [Vica (2024)]<sup>4</sup>: cerca de sete milhões de indivíduos estão empregados no sector agrícola, enquanto cinco milhões estão empregados no sector de serviços. A indústria concentra pouco menos de 8% da força de trabalho (gráfico 3).

**Gráfico 3 – Número de Pessoas Empregadas por Sector (em milhares)**



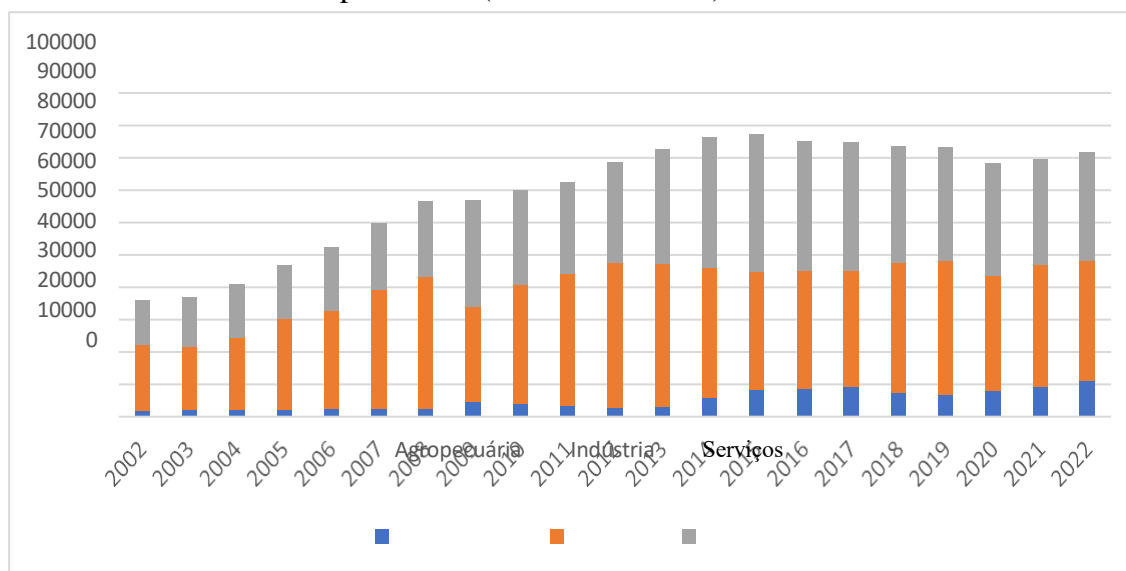
**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos da base da OIT (2023).

A partir do gráfico sobre empregabilidade na economia angolana, é possível observar que o sector bancário não faz parte do sector que mais concede emprego na economia angolana, contudo, mais adiante analisaremos o peso da sua participação.

A partir do gráfico sobre empregabilidade na economia angolana, é possível observar que mais concede emprego na economia angolana, contudo, mais adiante analisaremos o peso da sua participação.

Quando analisada a produtividade  $[P(l) = \frac{y}{L}]$ , observa-se que o sector industrial é o mais produtivo, isso por via do sector extractivo - petrolífero.

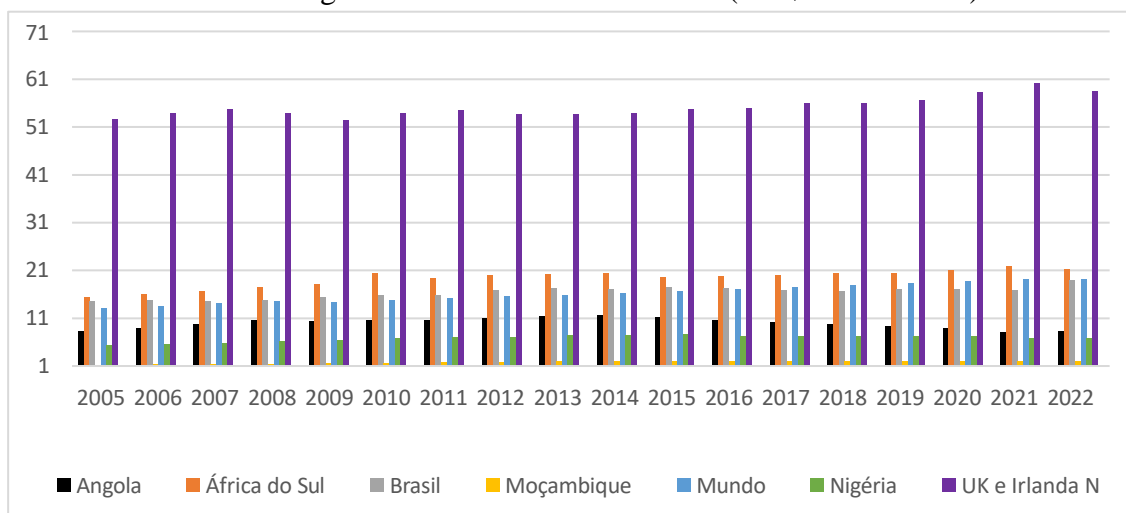
**Gráfico 4: Produtividade por Sector (US \$ em milhões)**



**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos da base da OIT (2023).

Embora o sector industrial extractivo se apresente como o mais produtivo, é preciso trazer um estudo comparado da economia angolana com uma realidade próxima e com o resto do mundo, já que o sector do petróleo agrega menos valor adicional na economia. Assim, o gráfico abaixo traz uma análise comparada da produtividade.

**Gráfico 5:** Produtividade angolana *versus* outras realidades (US \$/h trabalhada)



**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos da base da OIT (2023).

O gráfico 5 mostra que a produtividade de Angola está abaixo da média mundial (US \$ 16). Ou seja, por cada hora trabalhada, o país agrega US \$ 10 no PIB. Contudo, a situação angolana é ainda melhor do que a produtividade nigeriana e moçambicana, porém, muito abaixo do Reino Unido (acima dos US \$ 50/h), África do Sul (US \$ 18/h) e do Brasil (US \$ 14/h). Assim, o presente OBSERVATÓRIO visa nesta primeira edição caracterizar a performance dos bancos na economia, mediante sua relevância no processo de diversificação e crescimento desta, assim como servir de suporte analítico (estratégico) para entidades envolvidas no estudo e não só.

## 2. Metodologia

Algumas vezes somos confrontados por situações inusitadas e reiteradas, ao longo do tempo, de utentes dos produtos/serviços bancários que se vêem aflitos todo o final do mês para realizar qualquer operação bancária presencial, seja numa agência ou em uma caixa eletrónica (ATM), face às longas filas e quebras constantes do sistema, além da qualidade precária do atendimento por parte de alguns colaboradores destas instituições. No entanto, é preciso também realçar alguns poucos bancos que têm sabido demonstrar maturidade (qualidade e eficiência) na prestação dos seus serviços, no meio de muita pressão por parte de milhares de clientes “descontextualizados — sem condições legais” para realizar uma determinada operação.

O OBSERVATÓRIO analisou 21 bancos (BFA, BCH, BDA, BIC, BSOL, BAI, BPC, BCI, BYETU, BNI, BCGA, SBA, BCA, BCS, BECON, BIR, BAMILLENUM, BKEVE, BVALOR, SCB, VTB), cujos relatórios e contas foram recolhidos [disponíveis em seus *sites* oficiais], e procedeu aos respectivos tratamentos estatísticos. Em alguns momentos de fórum económico e financeiro, fez-se recurso à certos indicadores dois quais sofreram algumas modificações específicas para atenderem o objecto de estudo em questão, já que parte destes indicadores são utilizados, mormente, para analisar a concentração e competitividade em mercados cujas economias são conduzidas pela demanda externa, nomeadamente o Índice de Concentração (IC) e oportunidade condicional ( $\phiijt$ ) de uma instituição ofertar novos serviços face à sua Vantagem Competitiva Relevada (VCR), num determinado segmento de actividade produtiva (serviços ou produtos).

$$IC = \sqrt{\sum_{\varepsilon_t} [\varepsilon_{it}]^2} \quad (1)$$

$$\varphi_{ijt} = \min \left\{ P\left(\frac{VCR_{\varepsilon_{it}}}{VCR_{\varepsilon_t}}\right), P\left(\frac{VCR_{\varepsilon_{jt}}}{VCR_{\varepsilon_{it}}}\right) \right\} \quad (2)$$

$$VCR_{ij} = \left(\frac{\varepsilon_{ita}}{\varepsilon_t}\right) \left(\frac{\varepsilon_{itz}}{\varepsilon_t}\right) \quad (3)$$

O índice (VCR) visa avaliar a grau de competitividade de actividades dentro do mesmo sector (ofertado/produzido) da economia doméstica ou entre economias. Informa-se ainda que o estudo visava alcançar o máximo de Bancos em activos no país. Porém, devido a uma limitação no acesso a informações, uns poucos bancos foram excluídos. Outrossim, a análise compreendeu o período de 2020 a 2023, face ao novo quadro de classificação das actividades económicas em Angola (CAE REV.2) (INE, 2023). As informações analisadas foram extraídas dos *sites* oficiais de cada instituição, através dos documentos como Relatórios e Contas e/ou balancetes do período observado. O banco Sol até à presente data não tinha em seu *site* oficial o Relatório e Contas do Exercício económico de 2023. Já para o Banco Económico, trabalhou-se para dois anos (2020 a 2023), pela ausência de informações adicionais [desconhecida]. Contudo, os cálculos obedeceram ao critério do período descontinuado. Outra informação, não relevante, por conveniência e padrão do trabalho, alguns nomes das instituições foram abreviados, por não ser possível encontrar de forma fácil, caso existam, suas abreviaturas ou siglas, pelo que peço a vossa máxima compreensão. Todavia, informa-se que tais padronizações não tiveram influência alguma nos resultados obtidos.

**Quadro 1:** Descrição das variáveis, unidades de medidas e fontes

Variáveis	Unidade de medida
Crédito a clientes	AOA (Mil milhões)
Crédito Particular	AOA (Mil milhões)
Crédito Empresa	AOA (Mil milhões)
Recursos de clientes	AOA (Mil milhões)
Totais depósitos à ordem	AOA (Mil milhões)
Fundos Próprios	AOA (Mil milhões)
Totais depósitos a prazo	AOA (Mil milhões)
Crédito Particular	AOA (Mil milhões)
Total de Activo	AOA (Mil milhões)
Juros e Proveitos Recebidos	AOA (Mil milhões)
RLE (Resultado Líquido do Exercício)	AOA (Mil milhões)
N.º Clientes	Milhares de pessoas
N.º Colaboradores	Milhares de pessoas

**Fonte:** Elaboração própria, dado extraídos dos *sites* oficiais das respectivas instituições.

### 3. Análise de dados e apresentação dos resultados

#### a) Créditos Concedidos por Ramos de Actividades

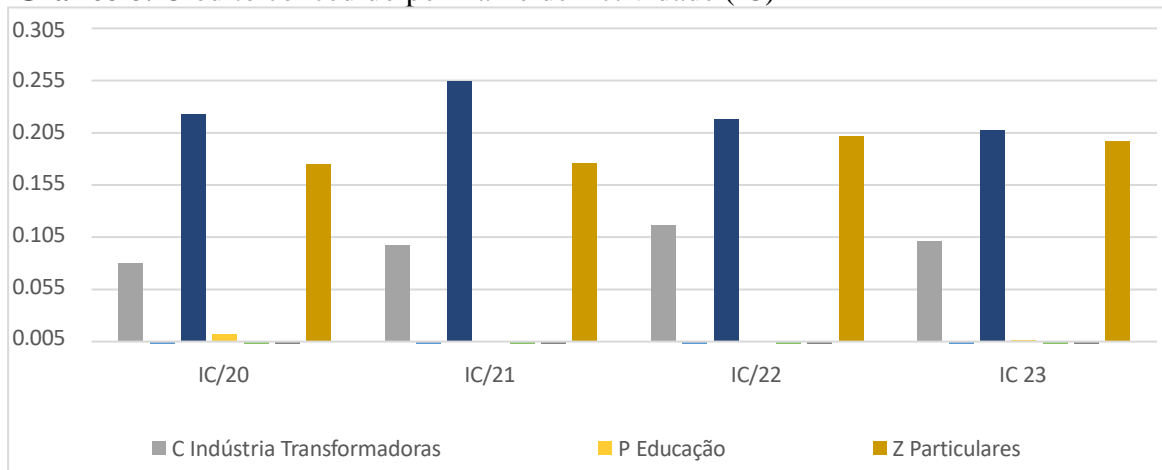
Embora as variáveis não apresentem significantes dispersões (desigualdades) em relação à sua média, ainda assim é possível observar os ramos de actividades Educação e Particulares como os que mantiveram o comportamento padrão no período de análise.

**Quadro 2:** Estatísticas Descritivas das Variáveis (Crédito por ramos de atividades)

Descrição	Número Obs.	Média	Mediana	Desvio Padrão	Valor Máximo	Valor Mínimo
Comércio	4	0.225706	0.220375	0.020368	0.124707	0.082941
Educação	4	0.006973	0.005748	0.003271	0.011740	0.004655
Indústria Transformador	4	0.098855	0.099286	0.015109	0.116774	0.080072
Particular	4	0.187390	0.186419	0.009268	0.036529	0.016587

**Fontes:** Elaboração Própria, dados tabulados no Eviews 12

O gráfico 6 faz referência ao ramo de actividade que mais recebeu créditos por parte dos bancos, sejam estes ligados à actividade económica propriamente dita ou não. De realçar que o sector/ramo do comércio se destaca com um índice de concentração de (IC = 0,223), seguindo-se o crédito particular, consumo (IC= 0,187). Quanto ao crédito concedido às indústrias transformadoras, a principal actividade que promove o crescimento e desenvolvimento de uma economia, referenciada pela literatura económica, não foi além de IC = 0,099, e a situação é ainda mais gravosa, no contexto da nossa economia, quando observamos a concentração do crédito do ramo de educação (IC = 0,007), se considerarmos a importância económica e social destes sectores no desenvolvimento do país. Entretanto, também é possível observar de forma geral um abrandamento do crédito concedido no período de 2022 a 2023. Deduz-se que esta situação esteja associada ao aumento do nível de risco do crédito, o que encarece mais ainda o uso de recursos alheios. Todavia, a situação não melhora também a remuneração dos recursos dos clientes sob a forma de depósitos a prazo. Ou seja, se observa um *gap* enorme entre juros, comissões e proveitos recebidos em relação aos juros, comissões e outros encargos equiparados.

**Gráfico 6:** Crédito concedido por Ramo de Actividade (IC)

**Fonte:** Elaboração própria. Dados do BNA (2024).

#### b) Créditos a Clientes (Bancos privados e Públicos)

Neste seguimento de produtos, o quadro 3 indica baixa dispersão dos dados. Ou seja, registou menor variabilidade em termo de dispersão do volume de créditos concedidos, com médias e medianas muito próximas.

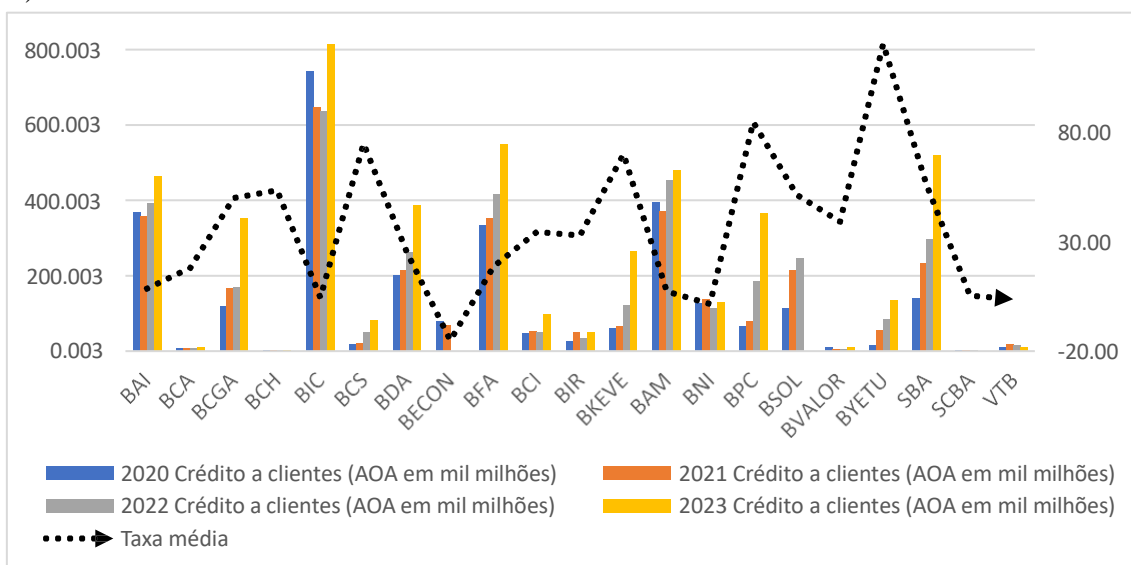
**Quadro 3:** Estatísticas Descritivas por BANCO — Crédito a Cliente (Mil milhões AOA)

Descrição	Número observação	Média	Mediana	Valor Máximo	Valor Mínimo	Desvio Padrão
BAI	4	395,170000	379,380000	465,000000	356,920000	48,841470
BAM	4	424,592500	424,975000	479,110000	369,310000	50,554880
BCA	4	7,157500	7,000000	8,680000	5,950000	1,395180
BCGA	4	202,302500	168,105000	353,000000	120,000000	102,992600
BCH	4	2,050000	2,050000	3,100000	1,000000	0,858293
BCI	4	61,817500	51,275000	98,000000	46,720000	24,233850
BCS	4	42,192500	35,185000	80,800000	17,600000	29,682990
BDA	4	266,440000	238,800000	386,410000	201,750000	84,215630
BECON	2	74,130000	74,130000	80,190000	68,070000	8,570134
BFA	4	413,450000	385,180000	550,100000	333,340000	97,927430
BIC	4	709,052500	693,745000	813,400000	635,320000	84,490500
BIR	4	40,247500	41,825000	50,760000	26,580000	11,345210
BKEVE	4	127,975000	93,100000	264,200000	61,500000	94,807750
BNI	4	126,490000	127,640000	137,200000	113,480000	9,816201
BPC	4	173,267500	132,145000	364,170000	64,610000	138,257100
BSOL	3	191,750000	214,180000	246,900000	114,170000	69,149420
BVALOR	4	6,742500	6,890000	9,820000	3,370000	2,955338
BYETU	4	72,480000	70,005000	134,130000	15,780000	49,915160
SBA	4	297,483800	265,677500	518,270000	140,310000	160,684900

**Fontes:** Elaboração Própria, dados tabulados no Eviews 12.

Os dados do gráfico 7 apontam o BIC como o banco que mais crédito concedeu aos clientes, num valor superior a 600 mil milhões de AOA, seguido pelo banco SBA (Santander Bank Angola), com um valor superior a 500 mil milhões de AOA. Já na última posição esteve o banco SCBA (Standard Chartered Bank Angola). Assim, o Banco BIC apresenta maior disponibilidade de plafonds para atender à procura doméstica neste quesito. Entretanto, é preciso destacar que banco mais cresceu, evidenciando assim a melhor performance. Os dados indicaram o banco YETU, superando todos os bancos com maiores volumes de créditos concedidos. Isto demonstra claramente uma estratégia de penetração deste banco. em contrapartida, o que menos evoluir nesta métrica foi o Banco Económico (BECON).

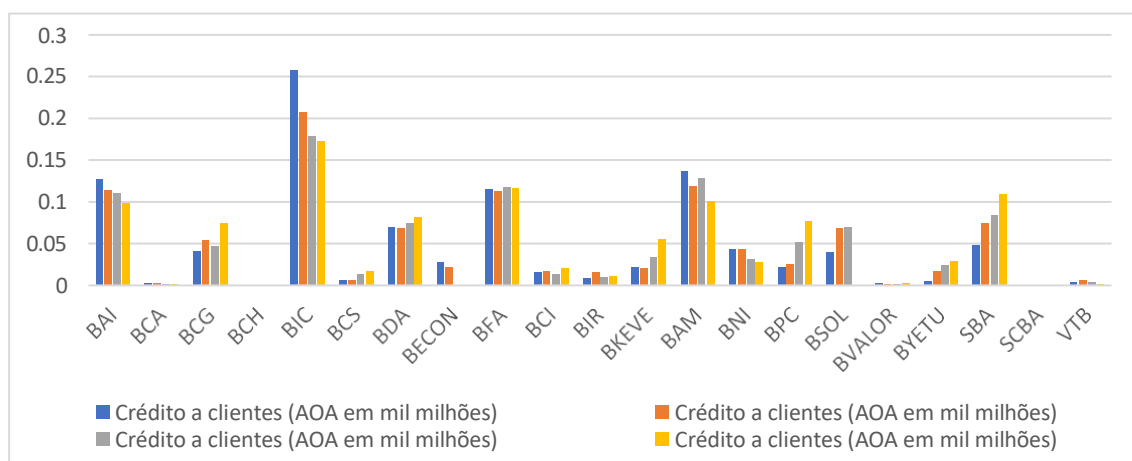
**Gráfico 7:** Volume de Crédito Concedido a Clientes (mil milhões de AOA) e Evolução média (%)



**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

Na sequência, o OBSERVATÓRIO analisou também que os bancos concentram (IC) o mercado de créditos concedidos (particulares e empresas). O BIC, obviamente, continuou a liderar o mercado nos últimos quatro anos (2020 a 2023), enquanto o BAI e o BAM perderam espaço no mercado para este segmento de produtos. Já o BFA manteve o seu padrão (valor médio), o que lhe permitiu ocupar a segunda posição, neste indicador analisado (gráfico 8).

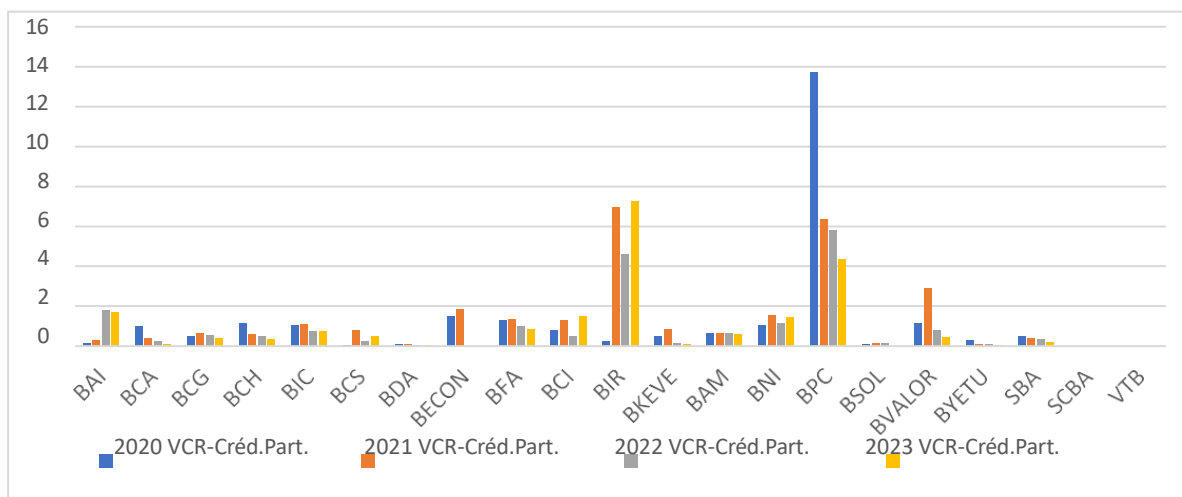
**Gráfico 8:** Poder de mercado dos bancos em termos de Crédito Concedido à Clientes (IC)



**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

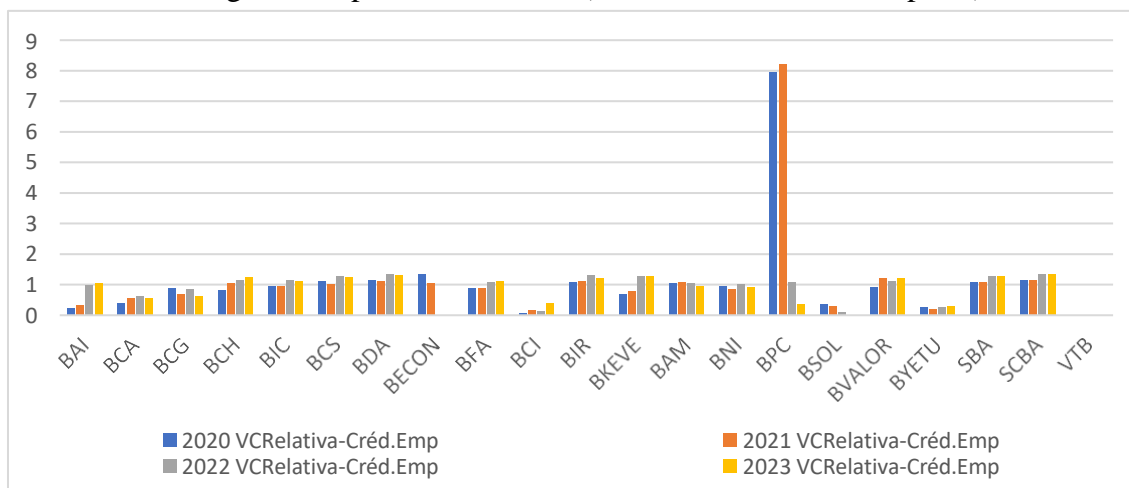
Apesar destes bancos dominarem o mercado (poder de negociação), não são os mais eficientes neste quesito (Crédito concedido a Clientes Particulares). Ora, quando submetidos ao VCR, gráfico 9, o BPC e o Banco de Investimento Rural (BIR) surgem como os mais competitivos.

**Gráfico 9:** Vantagem Competitiva Revelada (Crédito Concedido a Particulares)



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

**Gráfico 10:** Vantagem Competitiva Revelada (Crédito Concedido à Empresa)

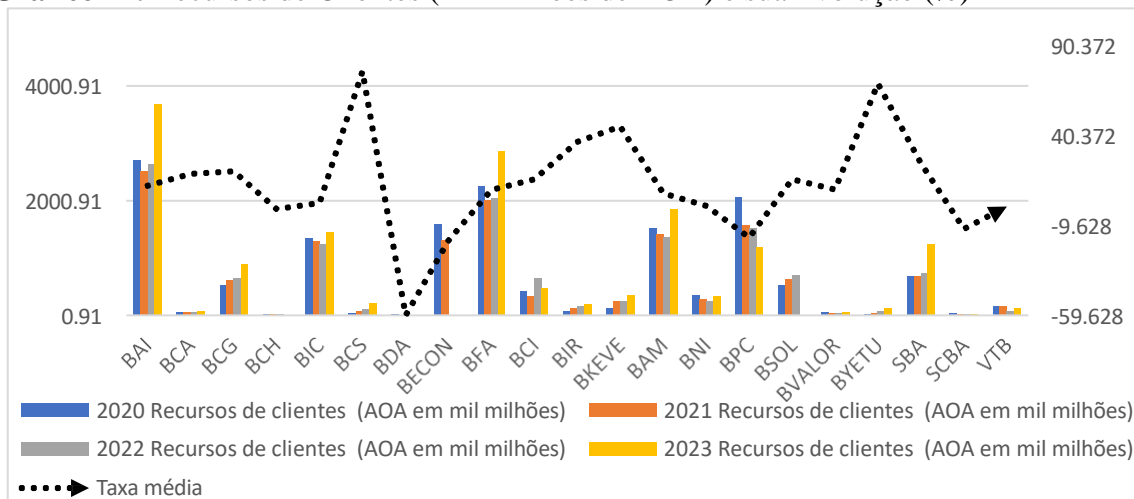


Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

Todavia, ao ser analisada a tipificação do crédito concedido (empresa), o BIR teve a sua vantagem competitiva rebaixada próxima dos demais bancos (caiu o indicador). Por seu lado, o BPC continuou a liderar (2020–21) neste segmento de produto. Se deduz que o resultado esteja motivado pela eliminação de algumas burocracias, o que seguramente aumenta a produtividade na concessão deste crédito.

c) Recursos de Clientes (Bancos privados e Públicos) e Eficiência de Alavancagem de créditos  
De acordo com os dados, gráfico 11, o BAI ocupou o primeiro lugar como o banco que mais captou recursos dos seus clientes. Esta situação é decorrente (dedução) de uma maior fidelização, associada ao menor grau de incertezas (insegurança) por parte dos seus clientes, assim como, possivelmente, à inovação nos produtos/serviços diferenciados colocados à disposição dos seus clientes. E, de seguida, com valores não superiores a 3000 (mil milhões AOA), estiveram os bancos BFA, BPC, BAM e o BIC.

**Gráfico 11:** Recursos de Clientes (mil milhões de AOA) e sua Evolução (%)

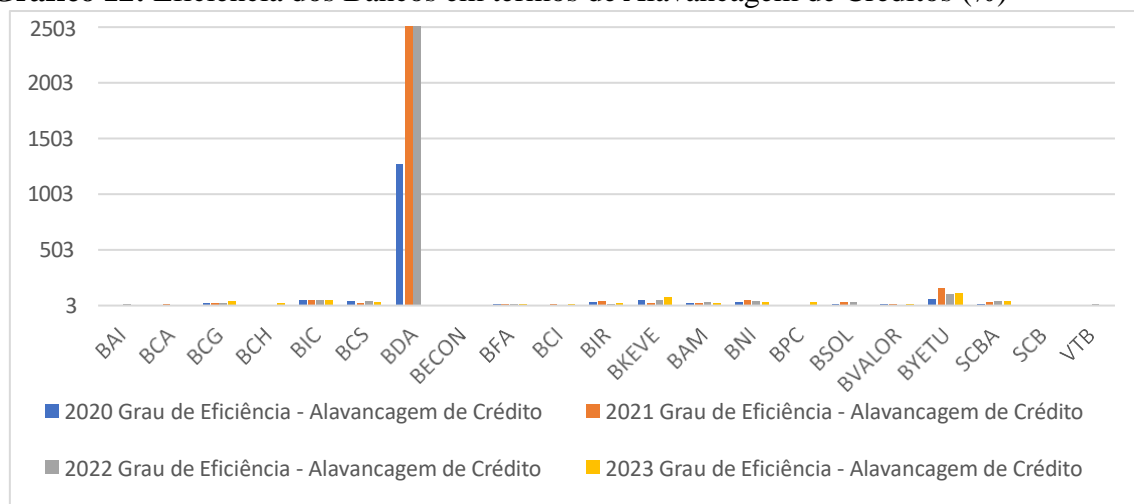


**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

Apesar destes bancos [BAI, BFA e BPC] ultrapassarem uma média de 1.500 mil milhões de AOA por ano de recursos de clientes, não foram os que mais cresceram. Destacam-se aqui os bancos BCS (Banco de Crédito do Sul, 76%), o YETU (69%) e o KEVE (45%). Estes demonstram uma melhor estratégia de captação de recursos dos clientes. Pode estar associada à confiança melhorada dos clientes e potenciais clientes em relação a estes bancos.

O OBSERVATÓRIO averiguou também qual a instituição que melhor aproveita os recursos dos seus clientes para conceder créditos (Grau de eficiência em termos de Alavancagem de créditos). Liderou o BDA (2020–2022), tanto que concede muito mais crédito em relação aos recursos recebidos. E não podia ser diferente, dado o seu foco na economia. Todavia, é possível observar uma ligeira eficiência também do banco YETU, o que lhe conferiu a segunda posição neste indicador (gráfico 12).

**Gráfico 12:** Eficiência dos Bancos em termos de Alavancagem de Créditos (%)



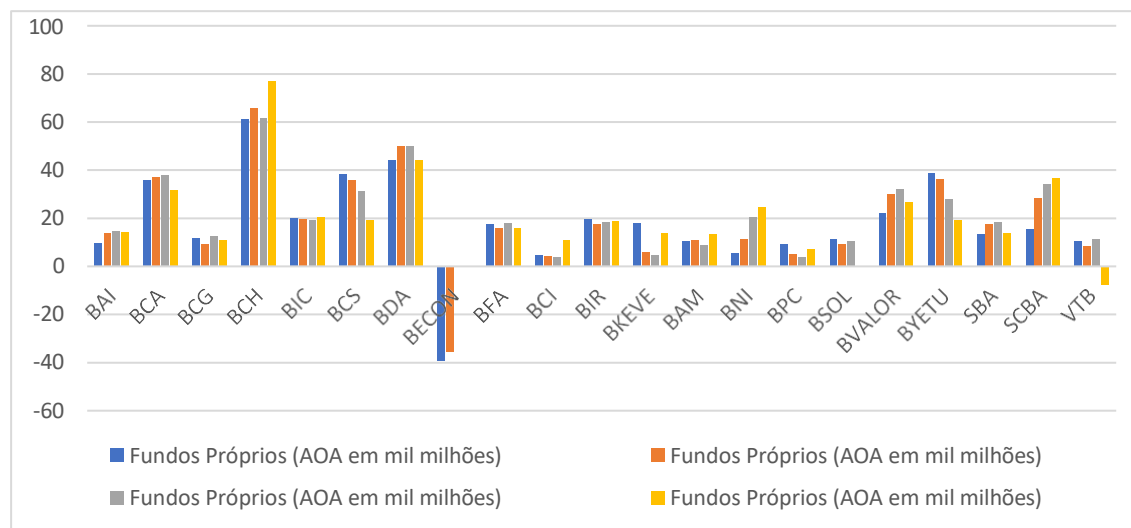
**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

A partir deste gráfico (12), pode-se especular que os bancos BAI, BFA e BPC têm tido dificuldade em utilizar os recursos dos seus clientes para conceder créditos. Ou seja, se apresentam em grandes partes em depósitos à ordem, uma vez que são os maiores captadores do sistema bancário angolano.

**d) Fundos Próprios e Grau de Autonomia Financeira dos Bancos**

Este índice, calculado pela razão fundos próprios e Activos brutos, indica a capacidade do banco em gerir a sua actividade sem que para efeito tenha de recorrer à capitais de terceiros. Os dados sugerem o Banco Comércio do Huambo (BCH) e o BDA como os que mais se destacam, superiores a 50%.

**Gráfico 13:** Grau de Autonomia Financeira dos bancos (%)

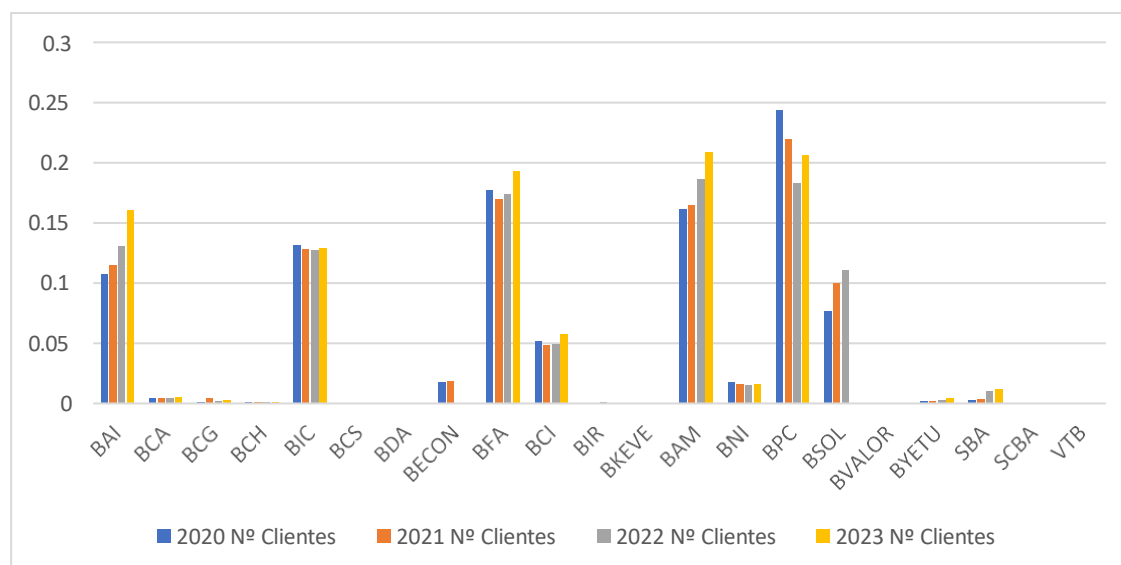


**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

e) Grau de Concentração de Clientes, valor adicionado ao lucro (milhares de AOA) e relação número de cliente e total de pessoas empregados na economia

O índice de Concentração de Clientes indicou os bancos BPC, BAM, BFA e BAI como os maiores concentradores de clientes do mercado ( $IC > 0,1$ ). Foram observadas algumas questões históricas, cumulativas, anteriores ao período de análise, que julgo terem exercido certa influência em alguns bancos. No entanto, o BPC foi o único banco dos que mais concentram clientes que viu a sua quota cair no período de análise, embora se tenha observado uma ligeira recuperação entre 2022 e 2023, porém muito abaixo da quota inicial.

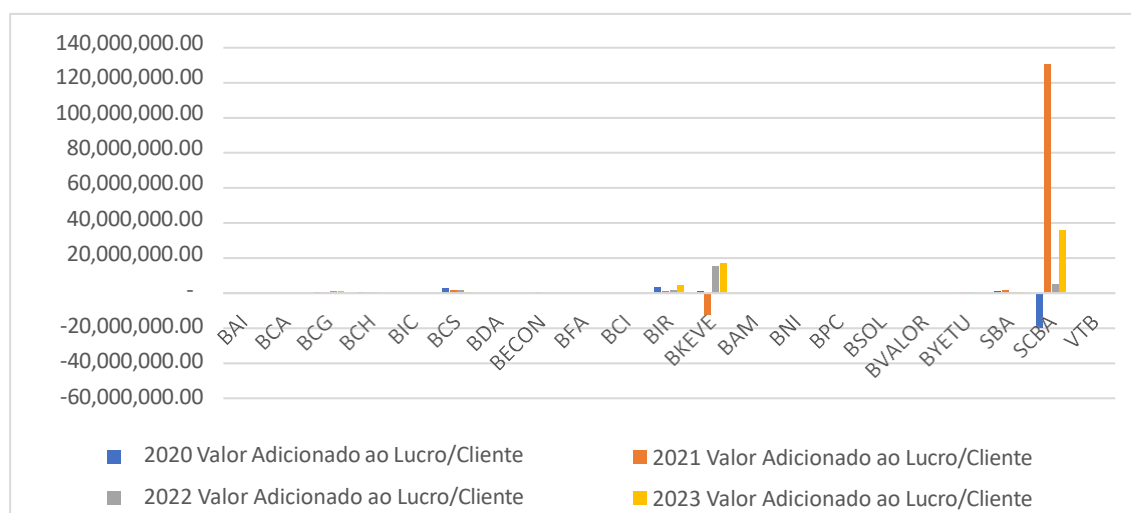
**Gráfico 14:** Número de Clientes activos concentrados (IC)



**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos

O OBSERVATÓRIO relacionou também a influência dos clientes no fomento dos lucros obtidos. Ou seja, quanto contribuiu em média cada cliente na geração de lucro. Os dados indicam o Banco SCBA, que liderou com cerca 37 milhões de AOA/cliente. Por seu lado, o BPC foi o mais prejudicado, com cerca de 51 mil AOA/cliente.

**Gráfico 15:** Valor médio adicionado ao Lucro (AOA/Cliente)



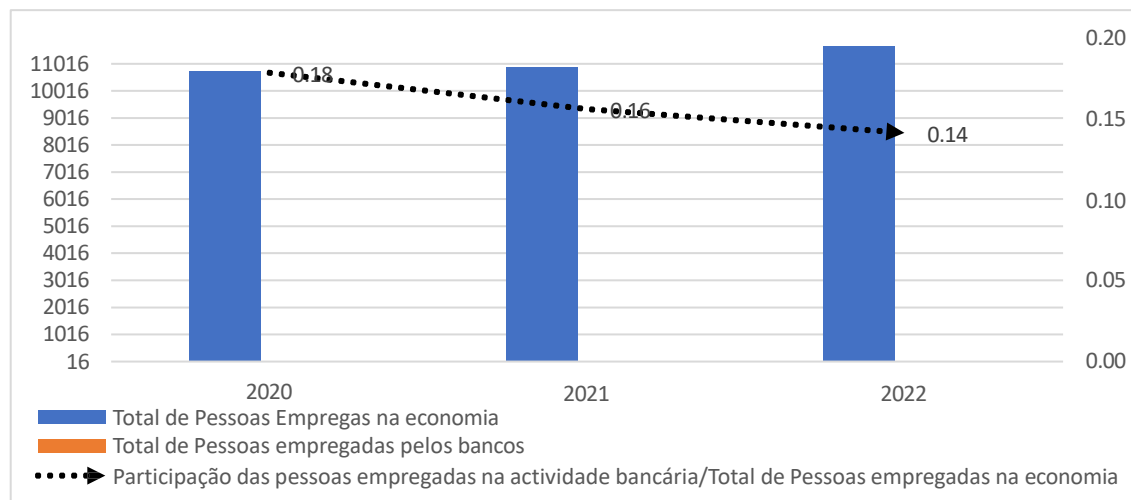
**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

**f) Desempenho dos bancos no mercado de trabalho nacional (Pessoas empregadas pela banca angolana)**

Conforme dados discutidos na primeira parte (introdução), referente ao emprego por sector, referimos que adiante analisaríamos a empregabilidade no sector de serviços, propriamente a banca angolana. Segundo dados do INE (2023), até ao último trimestre de 2022, o número de pessoas empregadas aproximava-se dos 12 milhões, distribuídos nos diversos sectores da economia, com destaque para o da agropecuária. Para o efeito, estabeleceu-se o peso da actividade bancária na economia.

Além da actividade bancária representar cerca de 0,16% (valor médio) do total de pessoas empregadas na economia, é perceptível observar recuo no número de emprego desta actividade no período de análise. Conferidos os relatórios e contas das instituições, para as devidas conciliações, constatou-se de facto que os despedimentos aumentaram, seja por iniciativa do colaborador ou da entidade empregadora. Estes dados devem servir de alerta para a entidade reguladora do sistema bancário angolano, assim como do SNEBA, e, sobretudo, para as respectivas instituições bancárias em estudos.

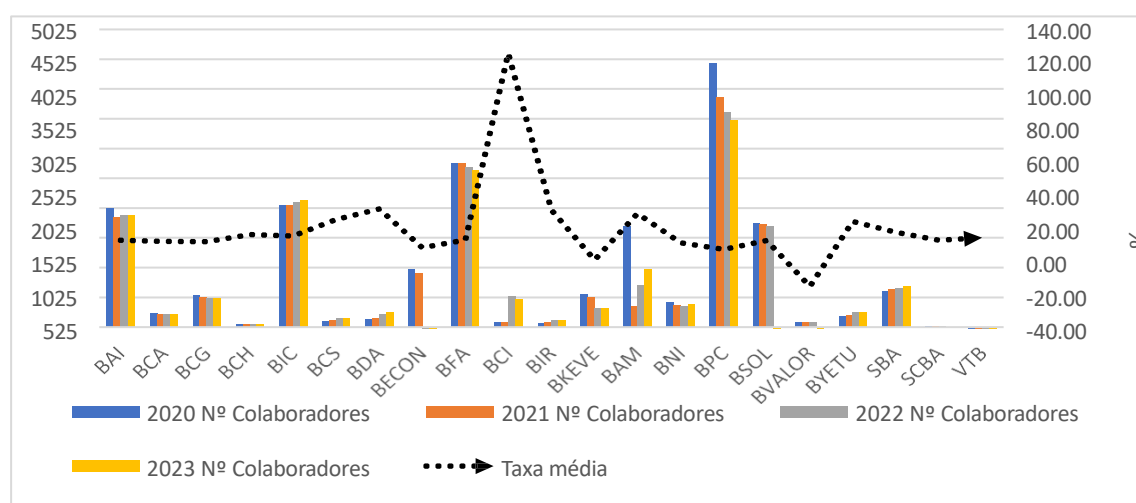
**Gráfico 15:** Total de Pessoas Empregadas na Economia, Total de pessoas empregadas pelos bancos (em milhares) e participação no Total de pessoas Empregadas na economia



**Fonte:** Elaboração própria. Dados do INE e dos bancos.

O gráfico 16, indica o BPC como o banco que mais emprego criou, numa média de 3865 colaboradores/ano no período em análise. No entanto, verifica-se também uma redução da sua força de trabalho (2020–2023). Na sequência, seguem-se os bancos BFA e o BIC, segundo e terceiro colocados, que também fomentam a criação de empregos, com uma média superior a 2000 colaboradores/ano. Todavia, ao analisar a evolução do número de postos de trabalho/banco, destaca-se o banco BCI como o que mais cresceu, com uma taxa média de crescimento superior a 100% no período de análise. No sentido inverso, observa-se o Banco Económico (BECON), com uma queda na ordem de 53%. Ou seja, o BECON, no período de 2020 a 2021, registou um despedimento superior a 50%. Trata-se de uma situação preocupante! No geral, observou-se que mais da metade dos bancos reduziram a força de trabalho, seja por iniciativa própria ou do empregador.

**Gráfico 16:** Número de Colaboradores por banco (em milhares) e sua evolução (%)

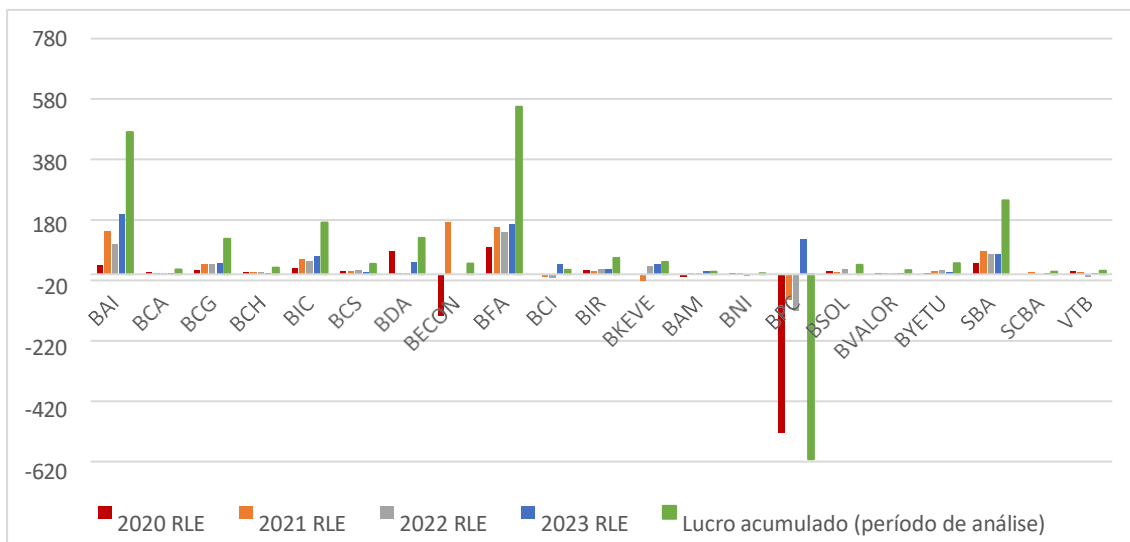


**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

g) Rendimentos obtidos pelos bancos (Lucro líquido do exercício acumulado)

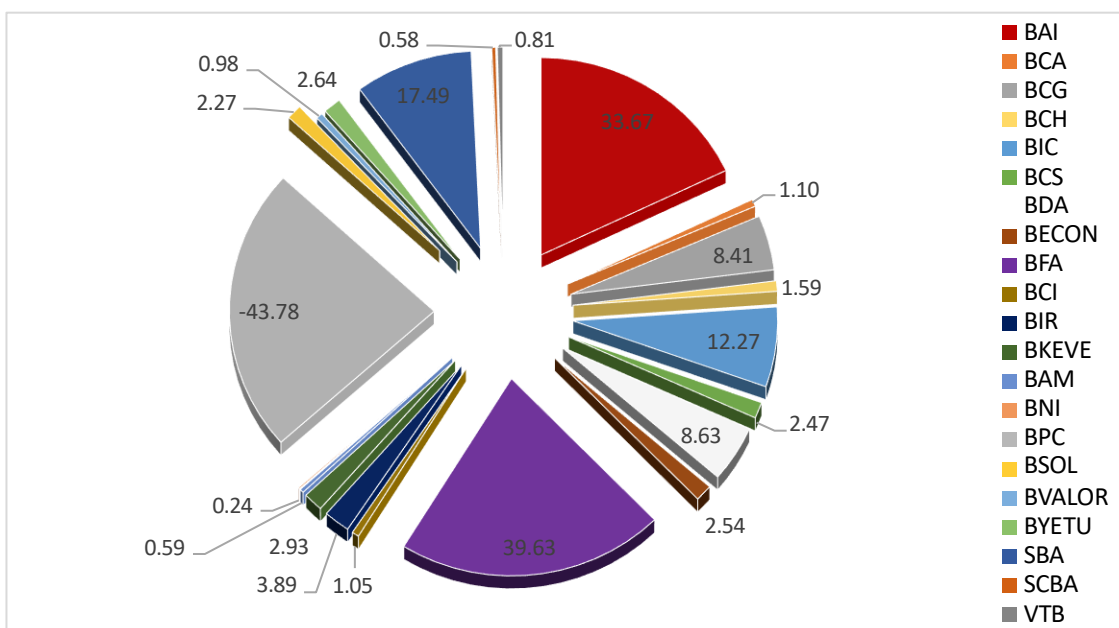
O período em análise indica que os bancos, em conjunto, acumularam mais de 1,3 trilhões de AOA. Parte deste valor coube ao banco BFA, com cerca de 39,63%. Já o banco BPC representou uma perda de 43,78% referente ao total citado.

**Gráfico 17a :** Lucros acumulados — mil milhões de AOA (2020–2023)



**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

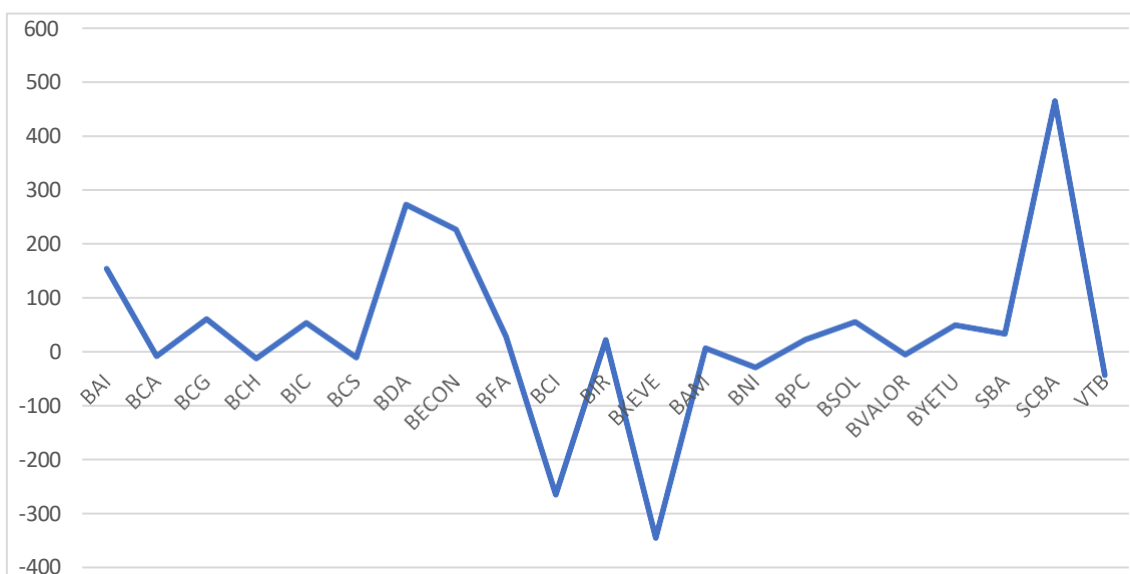
**Gráfico 17b:** Repartição do total do Lucro acumulados pelos bancos (%)



**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

Apesar de os dois primeiros gráficos representarem a grandeza real dos lucros encaixados pelos bancos (BFA e BAI), foram os bancos SCBA e BDA que mais cresceram, muito acima dos 200%. Por outro lado, os mais prejudicados foram os bancos KEVE e BCI, ambos abaixo dos 200%.

**Gráfico 18:** Crescimento médio do Lucro no período em análise (%)



**Fonte:** Elaboração própria. Dados extraídos dos R&C dos referidos bancos.

Embora seja demasiado cedo para o afirmar, podemos especular que o sistema bancário angolano é uma das actividades económicas do país que mais lucra. Todavia, o sector também se apresenta como complexo e de elevados riscos.

#### 4. Breves Considerações Finais

A economia angolana enfrenta um *trade off*, crescimento concentrado pela exploração dos recursos naturais e pela política económica. Ou seja, um crescimento conduzido pela produção de recursos naturais torna insustentável qualquer administração de uma política económica pelo facto de a mesma não ter controlo sobre os determinantes deste tipo de crescimento económico. Deste modo, a diversificação se assume como alternativa para dirimir o conflito observado. Porém, o processo de diversificação da economia angolana se apresenta como complexo e lento, dado que o processo para inversão da estrutura produtiva tem sido cada vez mais lento e na direcção inversa. Isto porque que a poupança na forma de investimento tem sido cada vez mais canalizada, sob a forma de créditos, para sectores que agregam menos “valor novo” a economia. Por outro lado, a economia angolana apresenta baixa produtividade quando comparada com a média mundial, pelo facto da força de trabalho estar maioritariamente concentrada no sector da agropecuária. O observatório identificou que o comércio apresenta  $IC=0,223$ . Logo, o fluxo gerado por esta actividade certamente tem beneficiado cada vez mais os “principais” parceiros económicos de Angola, face à característica económica do país – vive muito da importação. Em contrapartida, os ramos de actividade [Indústria transformadora e Educação], que podem dirimir e acelerar o processo de diversificação económica concentram pouco menos de 1% do crédito concedido. Deste modo, é quase impossível o país inverter a actual situação sem recorrer, constantemente, ao agravamento da dívida pública. O sector do comércio é altamente benéfico para países que apresentam VCR, fruto da expansão industrial. Deste modo, a economia angolana tende a destruir cada vez mais postos de trabalho, porque este sector, na condição em que se encontra a economia, serve maioritariamente para alimentar os parceiros comerciais, criando lá mais postos de trabalho, maior encaixe de receitas fiscais e estabilidade das suas moedas.

## Bibliografia

BNA (2021). Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras. N.º 14/21 de 19 de maio.

PDF.

(2023). Contas Nacionais. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/consultar-dados/estatisticas-preco-contas-nacionais> (2024). Boletim Estatístico do 1.º Trimestre de 2024. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/publicacoes-e-media/relatorios/boletins>

Corden, WM, e Neary, PJ (1982). “Setor em expansão e desindustrialização em uma pequena economia aberta”. *Economic Journal*, 92, 825–848. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(czeh2tfqyw2orz553k1w0r45\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1038255](https://www.scirp.org/(S(czeh2tfqyw2orz553k1w0r45))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1038255)

CALDARELLI, G., Tacchella, A., Cristelli, M., Gabrielli, A., e Pietronero, L. (2012). Economic complexity: Conceptual grounding of a new metrics for global competitiveness. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 37(8), 1683-1691. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0047278>

FURTADO, Celso (2000). INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO. Enfoque Histórico-estrutural. 3ª Edição. Paz e Terra. ISBN 85-219-0373-. Rio de Janeiro.

HARTMANN, D., Guevara, M. R., Jara-Figueroa, C., Aristarán, M., & Hidalgo, C. A. (2017). Linking economic complexity, institutions, and income inequality. *World Development*, 93, 75-93. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.12.020>.

HAUSMANN, R. “Economic Growth: Shared Beliefs, Shared Disappointments?” CID Working Paper No. 125 June 2006. Disponível em: <https://www.hks.harvard.edu/sites/default/files/centers/cid/files/publications/faculty-working-papers/125.pdf>.

HAUSMANN, R., e HIDALGO, C. A (2009). The Building Blocks of Economic Complexity. *Science* 106(26):10570-5. DOI: 10.1073/pnas.0900943106. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26314327\\_The\\_Building\\_Blocks\\_of\\_Economic\\_Complexity](https://www.researchgate.net/publication/26314327_The_Building_Blocks_of_Economic_Complexity).

ILO — International Labour Organization. Dataexplorer. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/data/>. Consultado a 15.06.2023.

KALDOR, Nicholas. Causes of the Slow Rate of Economic Growth of the United Kingdom. An Inaugural Lecture. London, Cambridge University Press, 1966, 40 p., 5/- nets in U.K. (1968). *Recherches Économiques de Louvain*, 34(2), 222–222. doi:10.1017/S0770451800040616.

LAMFALUSSY, A. (1963). “The meaning and implications of export-led growth”. In: *O Reino Unido e os Seis*. Palgrave Macmillan, Londres. [https://doi.org/10.1007/978-1-349-81717-7\\_9](https://doi.org/10.1007/978-1-349-81717-7_9).

MEHLUM, H., Moene, K., e TORVIK, R. (2006), “Institutions and the Resource Curse”, *The Economic Journal*, 116 (January), 1-20. Royal Economic Society.

MULWA, R., e MARIARA, J. (2016), “Natural Resource Curse in Africa: Dutch Disease and institutional explanations”, AGRODEP Working Paper 0029, jun.

RABAH, A., T Gylfason., AN Sy (2012). “Beyond the curse: policies to harness the power of natural resources”. Washington, DC: International Monetary Fund, 2011. November, 4-5, 2010 p. 55-78. ISBN 978-1-61635-145-8.

SACHS, J. D., e WARNER, A. M. (1995). “Natural Resource Abundance and Economic Growth”, National Bureau of Economic Research, NBER Working Paper 5398. December.

VICA, Paulo (2024). O Up and Down da Economia angolana: uma análise dos determinantes das Exportações do Petróleo Bruto (1996–2022). Em fase de Publicação Pelo Cinvestec.

VICA, Paulo, e Silva, Guilherme Jonas (2024). The Great Illusion of Growth Driven by Crude Oil Exports *The Paradox of Prosperity* in the Angolan Economy. Submetido ao 52º Encontro da ANPEC-Regional Natal.

## Documentos Consultados

Relatórios e Contas, assim como Balancetes de exercício económico de 2020, 2021, 2022 e 2023 dos bancos em estudo.

*Sites* oficiais das respectivas instituições.



## Modelo SIR (Susceptible-Infected-Recoved) para estimativa do número básico de reprodução ( $R_0$ ) aplicado à covid-19 em Angola

Nelson Cândido

[inefavel48@hotmail.com](mailto:inefavel48@hotmail.com)

Sem vinculação institucional

ORCID: 0009-0003-5886-9526

### Resumo

Este estudo visou avaliar o avanço dos casos confirmados de covid-19 em Angola, através do modelo SIR. Os dados foram obtidos a partir dos boletins oficiais da Direcção Nacional de Saúde Pública e da Organização Mundial da Saúde (OMS) disponível em várias plataformas da

Internet. O objectivo foi descrever e calcular o  $R_0$  através do modelo SIR. O método sugere o uso da base de dados disponível com as notificações dos casos, propondo uma análise simplificada do modelo de compartimento (*compartimental*) dos casos susceptíveis, infectados e removidos. Nesse momento, o modelo SIR sugere que Angola está em curva ascendente de casos.

### Abstract

This study aimed to assess the progress of confirmed cases of Covid-19 in Angola, using the SIR model. The data were obtained from the official bulletins of the National Directorate of Public Health (DNSP) and the World Health Organization (WHO) available on various web platforms. The objective was to describe and calculate  $R_0$  using the SIR model. The method suggests the use of the available database with case notifications, proposing a simplified analysis of the compartment (compartmental) model of susceptible, infected and removed cases. At this point, the SIR model suggests that Angola is on an upward curve of cases.

### 1. Introdução

A pandemia da covid-19, identificada em Dezembro de 2019, atingiu mais de 200 países com graus variados de infecção, mortalidade e recuperação, promovendo diversas pesquisas em várias áreas do saber, para minimizar os efeitos causados. Com objectivo de auxiliar futuras estratégias epidemiológicas e definir prioridades em termoa de saúde pública, apresentamos este artigo sobre o potencial de transmissão nas localidades afectadas pelo vírus. Angola anunciou o surgimento dos primeiros casos a 21 de Março de 2020. No intuito de combater o avanço da pandemia, alguns governos têm adoptado medidas distintas, tais como: higienização, uso de máscara, aumento no número de agentes da saúde, aquisição de insumos, medidas de isolamento social, entre outras, como preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo envolvimento por parte de vários sectores para minimizar a propagação da covid-19. A modelagem matemática é uma parte essencial desse esforço. Um modelo de doença bem projectado pode ajudar a prever o curso provável de uma pandemia e revelar as estratégias mais promissoras e realistas para sua contenção.

Em Angola há actualmente 916 casos catalogados de covid-19 e tem-se demonstrado o seu aumento mesmo após cerca de 127 dias, distribuídos em períodos de estado de emergência e estado de calamidade

pública, observando algumas restrições sociais. Nesse sentido, a avaliação do potencial de transmissão ou número básico de reprodução ( $R_0$ ) com base no modelo SIR pode servir como ferramenta para verificar se as medidas impostas até o momento estão surtindo efeito sobre o avanço de casos confirmados de covid-19, já que este tipo de análise é comumente aplicado em estudos populacionais e a expressão matemática apresenta parâmetros esclarecedores segundo o objecto de avaliação, também podendo deduzir-se a velocidade e aceleração do que se observa ou ainda estimar o surgimento de novos cenários.

## 2. Fundamentação

O número básico de reprodução,  $R_0$ , é uma medida fundamental da eficiência com que uma doença transmissível se espalha. Refere-se ao número médio de pessoas às quais uma pessoa infecciosa transmite o vírus, no início da epidemia ou pandemia, quando não há imunidade acumulada na população.

A base de dados para a estimação do  $R_0$  corresponde à notificação de casos da DNSP, os dados analisados equivalendo ao período desde a data da primeira notificação de covid-19 em Angola, 21 de Março de 2020, a 25 de Julho de 2020, um período de 127 dias, iremos.

Este estudo teve como objectivo dimensionar o  $R_0$  da covid-19 em Angola por meio do modelo SIR dos dados observados até à data de 25 de Julho de 2020.

### 2.1. Aspectos teóricos do modelo SIR

O modelo compartimental SIR (Susceptible-Infected-Removed) foi proposto por Kermack e McKendrick em 1927. Neste modelo SIR, a população é dividida em 3 subgrupos ou classes: Susceptíveis, Infectados e Removidos (recuperados ou mortos):

Susceptíveis (S): É composto por pessoas que podem contrair a doença através do contacto com pessoas infectadas;

Infectados (I): É composto por pessoas que contraíram a doença e podem transmiti-la;

Removidos (R): Representa as pessoas que morreram ou se recuperaram tornando-se imunes.

O fluxo é unidireccional  $S \rightarrow I \rightarrow R$  e baseia-se nas seguintes hipóteses adicionais: a variação da população susceptível é proporcional ao número de contactos populações susceptíveis e infectados. A variação da população de removidos é proporcional à população infectada. E a variação da população infectada é a variação da população removida. A determinação de  $R_0$  é um objectivo fundamental dos profissionais de saúde ligados a epidemiologia, mas o que torna essa variável importante tão útil?  $R_0$  é essencialmente uma métrica de quão contagiosa é uma doença. Simplesmente colocado,  $R_0$  corresponde ao número médio de pessoas numa população susceptível em que uma única pessoa infectada irá espalhar a doença para o curso de infecção. O  $R_0$  pode assumir três cenários básicos:

- Se  $R_0 < 1$ , isso significa que, em média, uma pessoa infectada infecta menos de uma pessoa. Nesse cenário, espera-se que a doença pare de se espalhar.
- Se  $R_0 = 1$ , isso significa que, em média, uma pessoa infectada infecta uma pessoa. Nesse cenário, assume-se que a capacidade de contágio da doença é estável, ou endémica, e não se espera que o número de infecções aumente ou diminua.
- Se  $R_0 > 1$ , isso significa que uma pessoa infectada infecta mais de uma pessoa. Nesse cenário, espera-se que a doença se espalhe cada vez mais na ausência de intervenção.

Importa aqui salientar que as estimativas de  $R_0$  mudam em função de surgimento de novos casos.

## 3. Metodologia

A equação do modelo SIR, para os casos Susceptíveis-Infectados-Recuperados, é dada por:

$$\frac{dS(t)}{dt} = -\frac{\beta S(t)I(t)}{N} \quad (1)$$

$$\frac{dI(t)}{dt} = \beta S(t) \frac{I(t)}{N} - (\mu + \gamma)I(t) \quad (2)$$

$$\frac{dR(t)}{dt} = \gamma I(t) \quad (3)$$

Onde:

$\beta$ : Taxa de contacto

$\gamma$ : Taxa de recuperação

$\mu$ : Taxa de mortalidade

Através deste modelo e com base na manipulação algébrica, é possível achar a razão de reprodução básica ( $R_0$ ) determinada como a média de infecções causada por um indivíduo. A obtenção deste parâmetro é extremamente importante no âmbito da saúde pública, porque descreve a ocorrência da pandemia e seus efeitos.

A estimativa de  $R_0$  pode ser feita de diferentes formas (Dietz, 1993):

Para esse estudo de  $R_0$ , usaremos a estimativa da fase inicial de crescimento da pandemia da covid-19. Para tal defini que:

A equação (2) para os infectados em um modelo SIR é:

$$\frac{dI(t)}{dt} = \beta S(t) \frac{I(t)}{N} - (\mu + \gamma)I(t) \quad (2)$$

$$\text{Com } N(t) = S(t) + I(t) + R(t).$$

A expressão (2) é equação para variação dos infectados ao longo do tempo em SIR.

No início da pandemia, o número de infectado é exíguo, nesse caso, a população susceptível é praticamente a população total, ou seja,  $S(t) \approx N$ , logo, tomamos  $N(t) = N$ .

Substituindo  $S(t) \approx N$  na equação (2), temos:

$$\frac{dI(t)}{dt} = \beta I(t) - (\mu + \gamma)I(t) = [\beta - (\mu + \gamma)]I(t) \quad (4)$$

A equação (4) tem uma solução exponencial:

$$I(t) = I(0)e^{[\beta - (\mu + \gamma)]t}$$

Como apresentado,  $R_0$  pode assumir três cenários básicos. Aqui apresentamos os possíveis, usando o modelo SIR:

- Se  $R_0 = 1$ , temos a igualdade  $\beta - (\mu + \gamma) = 0 \Rightarrow \beta = (\mu + \gamma)$ .
- Se  $R_0 < 1$ , o factor  $\beta - (\mu + \gamma) < 0$ , nesse caso, a doença torna-se controlada ou seja, afigura-se o cenário de diminuição dos casos.
- Se  $R_0 > 1$ , o factor  $\beta - (\mu + \gamma) > 0$ , nesse caso, a doença cresce, ou seja, afigura-se o cenário de aumento dos casos, com

$$R_0 = \frac{\beta}{\mu + \gamma} \quad (5)$$

Onde:

Vamos analisar o tempo em que o número de infecções duplica  $I(t_d) = 2I(0)$  é:

$$t_d = \frac{\ln 2}{\beta - (\mu + \gamma)} \quad (6)$$

A taxa de contacto mede a quantidade média de contactos entre a pessoa infectada e pessoas susceptíveis. A taxa de contactos é um parâmetro difícil de estimar. Para tal, devemos aplicar alguns conhecimentos de álgebra, para que a estimativa de  $R_0$  seja obtida sem que haja necessidade de estimar

$$\beta \text{ considerando } R_0 = \frac{\beta}{\mu + \gamma}.$$

Isolando  $\beta$  na equação (6)

$$\beta = \frac{\ln 2}{t_d} + (\mu + \gamma) \quad (7)$$

Substituindo (7) em (5), temos:

$$R_0 = \frac{\frac{\ln 2}{t_d} + (\mu + \beta)}{\mu + \gamma}$$

$$R_0 = \frac{\ln 2 + t_d(\mu + \gamma)}{t_d} * \frac{1}{(\mu + \beta)}$$

$$R_0 = 1 + \frac{\ln 2}{t_d(\mu + \gamma)}$$

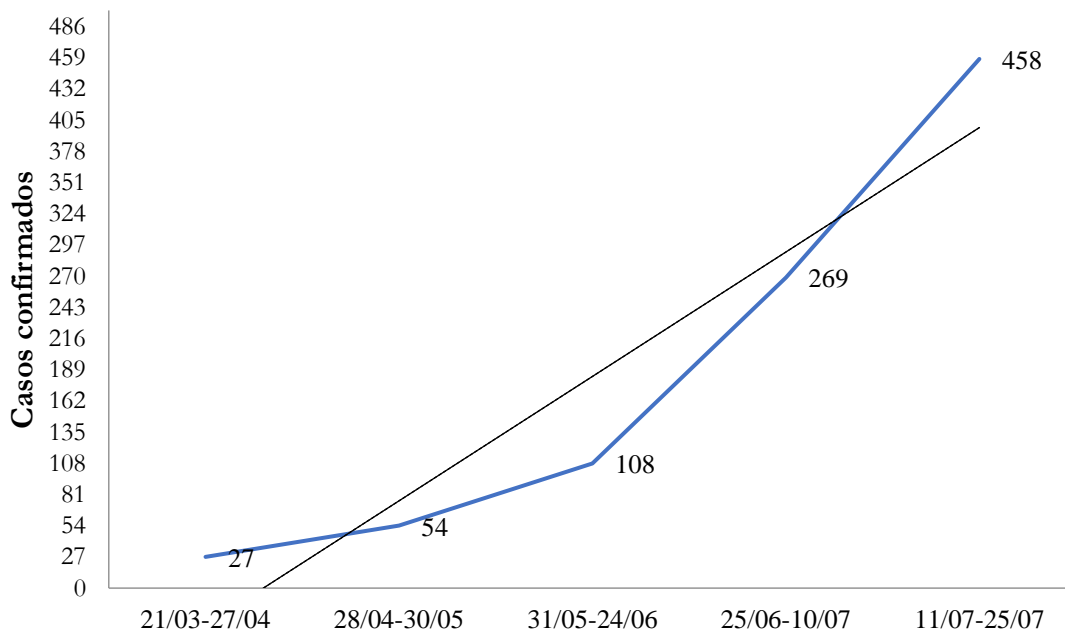
Assumindo a informação disponível desde a data da primeira notificação de casos até a data de 25 de Julho, temos:

$$R_0 = 1 + \frac{0,6931}{38,9636}$$

$$R_0 = 1,02$$

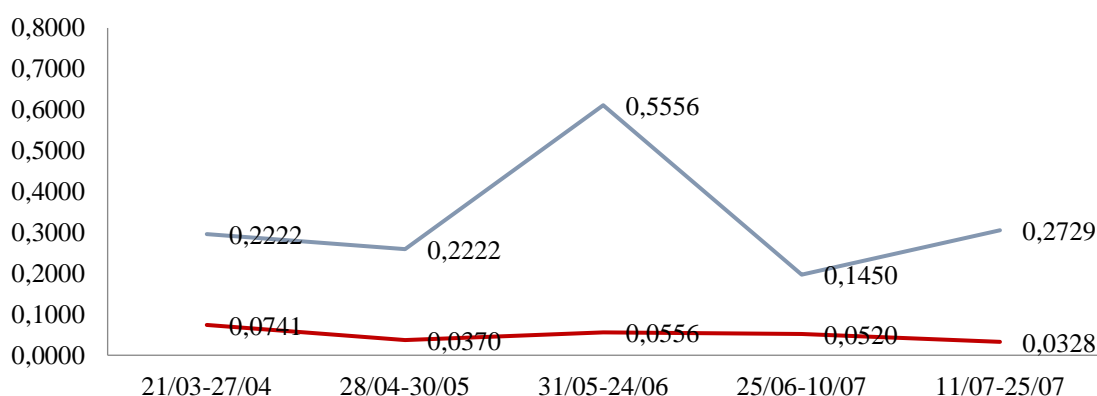
#### 4. Análise do período de duplicação de novos casos desde a data da primeira notificação

**Gráfico n.º 1:** Registo de tempo para duplicação de novos casos



O gráfico n.º 1 mostra a trajetória de surgimento de novos casos. Desde a primeira notificação dos casos de covid-19 em Angola, nos primeiros três intervalos de tempo, os dias necessários para a duplicação dos números de casos variaram de 31 a 25 dias. Observando os dois últimos intervalos, a taxa de duplicação de casos aconteceu num período de 16 dias.

**Gráfico n.º 2:** Mortalidade vs. Recuperação no período de duplicação de casos confirmados



**Gráfico n.º 2** mostra que, em todos períodos onde se registou a duplicação dos casos, as taxas de recuperação são mais altas do que as taxas de mortalidade, sendo este um bom indicador, no período de publicação dos casos, nos primeiros 39 dias de infecção.

## 5. Conclusão

A fim de compreender melhor o contexto e a importância da estimativa do  $R_0$ , devemos ter em consideração que o  $R_0$  é uma medida que pode ser usada para determinar a transmissão de doenças infecciosas dinâmicas e as ameaças que os novos surtos representam para a saúde pública. Trata-se de uma estimativa de contágio que é função do comportamento do ser humano e das características biológicas do agente infeccioso.

O modelo SIR, aplicado aos dados até agora disponíveis, apresenta  $R_0=1.02$ , o que significa que, em média, uma pessoa infectada acaba por infectar uma pessoa susceptível e exposta ao vírus.

O foco dos especialistas em saúde pública, observando o desenrolar da pandemia de covid-19, tem sido a supressão, ou seja, reduzir para menos de 1, isolando as pessoas infectadas, diminuindo o número de casos e mantendo essa situação até que uma vacina esteja disponível.

## 6. Sugestões e Recomendações

- O modelo SIR ora apresentado poderá ajudar a estimativa de novos casos para períodos longos;
- Recomendamos o dimensionamento do número de reprodução efectiva ( $R_e$ ), que mostra de forma consistente como a doença se propagará com  $R_e \geq R_0$ .
- Recomendamos a estimativa do  $R_0$  e  $R_e$  nos municípios afectados com objectivo de direccionar melhor as políticas de combate à covid-19.
- Pela necessidade de compreender a proliferação de doenças do ponto de vista dinâmico, sugerimos a criação da área da epidemiologia matemática, com objectivo de propor modelos que possam ajudar a traçar políticas de controlo de doenças;
- Sugerimos a criação de um centro de modelagem matemática para doenças infecciosas;
- É preciso disseminar informações que concorrem para a educação da população sobre a gravidade da covid-19 e seu papel como agente de prevenção;

## Agradecimentos

Meus agradecimentos à Direcção Nacional de Saúde Pública, pelo desafio, na pessoa da Dra. Helga Freitas.

Ao Dr. Herinelto Casimiro, cientista Jr., pela colaboração científica.

## Bibliografia

- (1) Boletins informativos da Direcção Nacional de Saúde Pública;
- (2) Cândido, Nelson, Modelo matemático para estimativa dos determinantes da propagação, contenção da Covid-19 em Angola (<https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:ee263977-3779-4629-8530-4d73ffe04439>)
- (3) P. R. Zingano, Observações sobre previsões da evolução da Covid-19 por modelos matemáticos, Instituto de Matemática e Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Abril/2020 (disponível em:
- (4) <https://www.ufrgs.br/ime/observacoessobre-previsoes-da-evolucao-da-covid-19-por-modelos-matematicos>)
- (5) Kermack W. O. e McKendrick A. G. (1927). Contributions to the mathematical theory of epidemics. I. Proceedings of the Royal Society, Series;
- (6) K. Dietz, The estimation of the basic reproduction number for infectious diseases. Statistical Methods in Medical Research 2: 23–41 (1994)
- (7) Devore, Jay L. 1945. “Probabilidades e Estatística para Engenharia e Ciências”
- (8) Francis, Andre e Mousley, Ben “Business Mathematics and Statistics”
- (9) Diekmann O. e Heesterbeek J. A. P. (2000). Mathematical epidemiology of infectious diseases: model building, analysis and interpretation. Chichester: Wiley. [The modern theory of epidemic models presented with numerous mathematical exercises and their solution.]
- (10) Lanese, Nicoletta. 2020. “How Far Could the New Coronavirus Spread?” Live Science, January 31, 2020. <https://www.livescience.com/how-far-will-coronavirus-spread.html>.
- (11) <https://www.covid19.who.int/region/afro/country/ao>
- (12) <https://www.cmmid.github.io/topics/covid19/>
- (13) <https://triplebyte.com/blog/modeling-infectious-diseases>
- (14) <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-china-joint-mission-on-covid-19-final-report.pdf>



## Aspectos relevantes para a melhoria do processo de integração económica regional da SADC e do engajamento de Angola

Manuel Neto Costa

[MNLTCST@GMAIL.COM](mailto:MNLTCST@GMAIL.COM)

Sem vinculação institucional

n.º ORCID: 0009-0006-0910-4684

### Resumo

O nível de integração alcançado até hoje pela SADC, sobretudo desde o estabelecimento da Zona de Comércio Livre em 2008, é reduzido, como atestam o índice de integração regional de apenas 0,337, em 2019, para um máximo de 1, um nível de comércio intra-regional de apenas 17,6%, em 2022, o preenchimento dos critérios de Convergência Macroeconómica nos últimos cinco anos por menos de metade dos Estados-membros e uma diferença entre o PIB *per capita* do Estado-Membro mais rico e do mais pobre de cerca de 32 vezes. Com o RISDP 2005–2020 tinham sido estabelecidos como marcos do processo de integração económica a Zona de Comércio Livre, em 2008, a União Aduaneira, em 2010, o Mercado Comum, em 2015, a União Monetária, em 2016, e a Moeda Única, em 2018. Isso posteriormente foi abandonado a favor da industrialização como factor de aprofundamento e de aceleração da integração do mercado, por se entender que as limitadas capacidades de produção e de comércio eficaz e competitivo, além da múltipla filiação a diferentes CER por alguns dos Estados-Membros, prejudicavam um maior progresso. O progresso na diversificação das economias dos Estados-Membros, incluindo a industrialização, entretanto, também continuou limitado, assim como não houve nenhuma decisão firme sobre a múltipla filiação dos Estados-Membros.

Então, na abordagem para a integração económica, a SADC deveria incluir o foco em instituições habilitantes do crescimento económico sustentado de cada Estado-Membro, assegurando a sua harmonização e natureza inclusiva, bem como as infra-estruturas regionais, para as quais deve buscar financiamento sobretudo via PPP, apoiadas por um fundo regional, além de de instituições financeiras multilaterais e do mercado. Deveria também avançar o mais rápido possível para a constituição do mercado comum — passando pela constituição da União Aduaneira (implicando decisão firme sobre as múltiplas filiações) e a garantia da livre circulação dos factores de produção — e estabelecer comércio externo com Estados extracomunitários tendencialmente livre. Os critérios de Convergência Macroeconómica deveriam ser relegados a favor da exigência de estabilidade macroeconómica dos Estados-Membros. Angola, tendo dos piores índices de integração, deveria aderir imediatamente à ZCL e ao RTGS, assim como desfiliar-se da CEEAC, sendo que as preocupações com a garantia da segurança deveriam ser tratadas no âmbito da SADC com os Estados fronteiriços da comunidade.

**Palavras-chaves:** SADC, integração económica regional, crescimento económico, comércio livre.

## 1. Introdução

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) é uma das Comunidades Económicas Regionais (CER) de África, da qual Angola é um dos 16 Estados-Membros<sup>22</sup>. Este artigo procura analisar, de modo crítico, as perspectivas que a SADC tem do processo de integração económica regional e os resultados alcançados até hoje. Então, com fundamento nas teorias dos modelos clássicos do crescimento económico, em determinantes plausíveis do crescimento económico sustentado e desenvolvimento, na abordagem teórica sobre a relevância do comércio livre e em evidências empíricas desses aspectos, sugere alguns aspectos relevantes susceptíveis de melhorar a abordagem do processo de integração económica pela SADC e, em particular, o engajamento que Angola, enquanto Estado-Membro, deve ter.

Depois desta introdução, na secção 2 discorre-se sobre a génese e o percurso da SADC; em seguida, na secção 3, apresentam-se as perspectivas do processo de integração económica assumidas pela organização e os resultados alcançados até hoje, relevando-se o quadro de Angola; na secção 4, faz-se uma apreciação crítica do processo de integração económica regional da SADC e dos resultados. Por fim, e em conclusão, na secção 5, tendo em atenção as implicações da discussão anterior, são apresentados os aspectos relevantes para a melhoria da abordagem pela SADC do processo e da postura esperada de Angola em relação à mesma, no âmbito dos seus objectivos do desenvolvimento nacional.

## 2 . A génese e o percurso da SADC

A SADC nasceu da até então Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), a qual havia sido estabelecida em 1980 em Lusaka, Zâmbia, numa promoção dos países da então designada “Linha da Frente” — Angola, Botswana, Lesotho, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e, depois, Zimbabwe —, com quatro objectivos principais, a saber: (i) redução da dependência dos Estados-Membros, sobretudo em relação à África do Sul do apartheid ; (ii) criação de laços para uma integração regional genuína e equitativa; (iii) mobilização dos recursos dos Estados-Membros para promover a execução das políticas nacionais, interestatais e regionais; e (iv) concertação das acções para assegurar a cooperação internacional no âmbito da estratégia de libertação económica. A Namíbia juntou-se à SADCC em 1990, após a sua independência nesse mesmo ano. Em 1992 formou-se, então, a SADC com Angola, Botswana, Eswatini, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A África do Sul veio a integrar a organização em 1994, após o fim do apartheid. Seguiram-se as Maurícias, em 1995, a República Democrática do Congo (RDC) e as Seicheles, em 1998, o Madagáscar, em 2005, e as Comores, em 2018. As Seicheles, entretanto, haviam-se retirado da organização em 2004, tendo depois retornado em 2008; já o Madagáscar havia sido suspenso em 2009, vindo depois esta suspensão a ser levantada em 2014.

O tratado da SADC é de 1992, mas em 2001 foram aprovadas emendas que levaram a uma reforma das suas instituições, as quais actualmente são: a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo; os Órgãos sobre Cooperação Política e questões de Defesa e Segurança; o Conselho de Ministros; o Secretariado Executivo; o Tribunal; a Troica; o Comité Permanente de Oficiais; e os Comités Nacionais da SADC. A reforma incluiu, também, o estabelecimento do Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento Estratégico (RISDP), que, ao lado do Plano Indicativo Estratégico para o Órgão sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança (SIPO), passou a constituir os principais documentos informadores da agenda comum dos Estados-Membros, contendo as políticas e as estratégias da SADC e cuja operacionalização é feita por meio de protocolos. Até à data existiam 33 protocolos assinados, dos quais 25 entraram em vigor após a sua ratificação por 2/3 do Estados-Membros.

Os principais objectivos declarados da SADC são: “alcançar o desenvolvimento económico, a paz e a segurança, o crescimento, aliviar a pobreza, melhorar o nível e a qualidade de vida dos povos da África

---

<sup>22</sup> Os restantes são África do Sul, Botswana, Comores, Congo Democrático, Eswatini, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos [...] por meio de uma maior integração regional, assente em princípios democráticos e de um desenvolvimento equitativo e sustentável.”

Em 2004 foi adoptado o SIPO I, o qual teria um horizonte temporal de cinco anos, tendo o mesmo sido, entretanto, revisto em 2010, adoptando-se uma nova versão — o SIPO II. Quanto ao RISDP, uma primeira versão cobria o horizonte de 2005–2020, o qual foi, contudo, revisto, tendo dado lugar ao RISDP 2015–2020. Já em 2020 foi adoptado o RISDP 2020–2030, na sequência da adopção da Visão da SADC 2050, que é “ter, até 2050, uma região industrializada pacífica, inclusiva, competitiva, de médio a alto rendimento, onde todos os cidadãos possam desfrutar o bem-estar económico, justiça e liberdade sustentáveis” (SADC, 2020:1).

No RISDP 2005–2020 haviam sido estabelecidos os seguintes marcos para a integração económica regional: implantação da Zona de Comércio Livre (ZCL), até 2008, implementação da União Aduaneira, até 2010; estabelecimento do Mercado Comum, até 2015; estabelecimento da União Monetária, até 2016; e lançamento da Moeda Regional, até 2018. Adicionalmente, considerou-se a integração da SADC na economia global e a diversificação da estrutura de produção e das exportações, ambos até 2015. Como pilares, haviam sido eleitos: liberalização comercial e económica; desenvolvimento de infra-estruturas e serviços regionais para a integração; segurança alimentar sustentável; desenvolvimento humano e social; e questões transversais, nomeadamente género e desenvolvimento, VIH e SIDA, ciência e tecnologia, ambiente e desenvolvimento sustentável, sector privado e estatísticas.

Na versão RISDP revista — o RISDP 2015–2020 —, deixou de se fazer referência aos marcos de integração económica, sendo relevado que a SADC alcançou o estatuto de Zona de Comércio Livre (ZCL) em 2008 mas entendeu prosseguir uma abordagem para a integração centrada na cooperação sectorial, na industrialização e no desenvolvimento de infra-estruturas, abandonando assim a perspectiva dos marcos (SADC, 2019). Por isso, a liberalização económica e comercial foi excluída como pilar, passando estes a serem constituídos por: desenvolvimento industrial e integração de mercado; desenvolvimento das infraestruturas; desenvolvimento do capital humano e social; paz e segurança; e questões transversais, designadamente género, juventude e alterações climáticas.

A perspectiva da abordagem dos pilares no RISDP 2020–2030, enquanto instrumento para a concretização da Agenda 2050 da SADC, foi aprimorada. Assim, consideraram-se três pilares — desenvolvimento industrial e integração do mercado (integrando: o desenvolvimento industrial sustentável, a competitividade da produção e capacidade de oferta; livre circulação de bens e serviços; a convergência macroeconómica orientada para a estabilidade, o aumento da integração financeira e a cooperação monetária; investimento intra-regional, investimento directo estrangeiro; e integração regional aprofundada), desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional (com rede integrada de infra-estruturas e infra-estruturas de qualidade) e desenvolvimento do capital humano e social, assim como questões transversais (género, juventude, ambiente e alterações climáticas e gestão de riscos de desastres), tendo tudo como fundações a paz, a segurança e a boa governação. Portanto, as questões da paz e segurança antes tratadas no SIPO foram integradas no RISDP, deixando assim o SIPO de existir.

Em 2011 a SADC assinou com o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade da África Oriental (EAC) um Memorando de Entendimento para o estabelecimento de uma Zona de Comércio Tripartida (ZCLT). O acordo tripartido veio depois a ser assinado em Junho de 2015, tendo entrado em vigor a 25 de Julho de 2024, depois que se completou o número mínimo exigível de 14 Estados-Membros com ratificação entre um total de 26, na sequência do depósito por Angola do instrumento de ratificação a 25 de Junho de 2024. Entretanto, entre os Estados-membros da SADC, apenas dez o têm ratificado.

É de assinalar, contudo, que 11 dos 16 Estados-Membros da SADC estão filiados também em outras Comunidades Económicas Regionais (CER), a saber: no COMESA, Comores, R. D. Congo, Eswatini, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Seicheles, Zâmbia e Zimbabwe; na EAC, R. D. Congo e Tanzânia; e, na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Angola e R. D. Congo.

### 3 As perspectivas da SADC do processo de integração económica da região e os resultados alcançados

#### 3.1. As perspectivas do processo de integração económica da região

Para a realização dos objectivos de desenvolvimento sócio-económicos da comunidade, melhoria da qualidade de vida das populações da sub-região e erradicação da pobreza, a SADC toma a integração económica regional, assente em princípios democráticos, como um meio. Tal integração económica regional se consubstanciará no estabelecimento de uma União Económica e Monetária (UEM), cujo processo de constituição contempla a ZCL, a União Aduaneira, o Mercado Comum, a União Monetária e a Moeda Única. Após o estabelecimento da ZCL em 2008, com o preenchimento das condições mínimas para o efeito — tarifa zero em 85% dos produtos — e cuja liberalização máxima viria a ocorrer em 2012, a SADC avaliou posteriormente que os progressos moderados registados no processo de integração eram consequência das limitadas capacidades de produção e de comércio eficaz e competitivo, além de ter identificado o problema da filiação a mais de uma Comunidade Económica Regional por 11 Estados-Membros como prejudicando o progresso no estabelecimento da União Aduaneira (SADC, 2017). Daí que a abordagem estratégica que passou a ser reflectida no RISDP é a de, no longo prazo, alcançar-se uma transformação económica sustentável pelo aumento da capacidade de produção, da competitividade e da capacidade comercial da região, sendo que no curto e médio prazo a prioridade seria a aceleração da industrialização, traduzida na promoção de cadeias de valor regionais e no aumento da agregação de valor em sectores prioritários seleccionados, designadamente o agrogénio, a beneficiação de minerais e os produtos farmacêuticos (SADC, 2020:2). O mais recente RISDP 2020–2030 reitera a necessidade do foco na industrialização como factor potenciador da integração económica, pelo que, tomando em conta a Visão da SADC 2050 de ser “uma região industrializada pacífica, inclusiva, competitiva, de média a alta renda, onde todos os cidadãos desfrutam de bem-estar económico sustentável, justiça e liberdade”, elege como prioridade os três pilares de tal visão, nomeadamente: (i) o desenvolvimento industrial e integração de mercado, (ii) o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional e (iii) o desenvolvimento do capital social e humano. Agregam-se aos pilares as questões transversais de género, ambiente e alterações climáticas e gestão de riscos de desastres, tudo tendo como fundações a paz, a segurança e a boa governação. Não há, por isso, qualquer referência a prazos para o alcance dos marcos da União Aduaneira, Mercado Comum, a União Monetária e a Moeda Comum.

Por outro lado, foi estabelecido um entendimento sobre Convergência Macroeconómica, com base num Memorando de Entendimento assinado em 2002, que veio a ser anexado ao Protocolo sobre Finanças e Investimentos de 2006, enquanto elemento para o reforço da agenda de integração e cujo objectivo é promover a estabilidade e o crescimento económico.<sup>23</sup> Assim foram definidos os seguintes critérios de convergência macroeconómica: taxa de inflação acumulada anual de até 3%, em 2018; défice orçamental de 3% do PIB, com variação admissível numa banda de 1% do PIB; *stock* da dívida pública não superior a 60% do PIB; défice da Conta Corrente da Balança de Pagamentos inferior a 9% do PIB; reservas cambiais mínimas equivalentes a uma cobertura de 6 meses de importação de bens e serviços não factoriais; e taxa de crescimento real anual do PIB de pelo menos 7% (Zyuulu, 2009 e Rossouw, 2006, citados por Kumo, 2011).

#### 3.2. Os resultados alcançados

Avaliada a partir do ano de 2008, altura em que se estabeleceu a ZCL, a realidade da integração económica regional da SADC mostra que terá havido pouco progresso no processo: não terá havido alterações substanciais nos índices de integração económica, incluindo o do comércio intra-regional; não houve um visível processo de *catching up* das economias mais pobres em relação às mais ricas,

<sup>23</sup> SADC *Macroeconomic Policy Convergence*, <https://archive.uneca.org/oria/pages/sadc-macroeconomic-policy-convergence> (consultado a 19.08.2024).

conforme dado a perceber pelos níveis respectivos do PIB *per capita*; a aceleração da industrialização, como meio de aceleração da integração é notória; e a convergência macroecômica revela-se distante.

**Tabela 1: Índices de integração regional da SADC, 2019**

País	Pontuação Global e		Pontuação e Classificação por Domínios									
	Integração	Posição	Integração	Posição	Integração	Posição	Integração	Posição	Integração	Posição	Livre	Posição
	Regional		Comercial		Produtiva		Macroeconómica		Infraestrutural		Circulação de Pessoas	
África do Sul	0,667	1	0,542	4	0,993	1	0,630	4	0,893	1	0,224	13
Moçambique	0,422	2	0,348	8	0,245	7	0,656	3	0,110	8	0,797	2
Zimbabwe	0,395	3	0,393	7	0,279	5	0,414	7	0,234	4	0,683	3
Maurícias	0,372	4	0,240	10	0,120	10	0,720	1	0,446	3	0,344	12
Seicheles	0,352	5	0,238	11	0,068	15	0,327	11	0,512	2	0,616	6
Namibia	0,342	6	0,586	1	0,355	3	0,365	10	0,200	7	0,224	13
Comoros	0,338	7	0,012	16	0,086	13	0,527	5	0,105	11	1,000	1
Zambia	0,328	8	0,411	6	0,404	2	0,226	14	0,219	6	0,390	10
Botswana	0,326	9	0,478	5	0,334	4	0,387	8	0,223	5	0,224	13
Lesotho	0,303	10	0,569	3	0,063	16	0,323	12	0,050	14	0,561	7
Malawi	0,299	11	0,278	9	0,119	11	0,365	9	0,109	9	0,656	4
Tanzânia	0,293	12	0,200	13	0,146	9	0,701	2	0,066	13	0,390	10
Madagascar	0,286	13	0,214	12	0,082	14	0,496	6	0,039	15	0,638	5
Eswatini	0,253	14	0,585	2	0,093	12	0,302	13	0,096	12	0,224	13
<b>Angola</b>	<b>0,226</b>	<b>15</b>	<b>0,197</b>	<b>14</b>	<b>0,278</b>	<b>6</b>	<b>0,093</b>	<b>16</b>	<b>0,107</b>	<b>10</b>	<b>0,461</b>	<b>8</b>
R.D. Congo	0,188	16	0,156	15	0,155	8	0,223	15	0,021	16	0,407	9
<b>Média</b>	<b>0,337</b>		<b>0,340</b>		<b>0,239</b>		<b>0,422</b>		<b>0,214</b>		<b>0,490</b>	
<b>Desvio padrão</b>	<b>0,103</b>		<b>0,170</b>		<b>0,223</b>		<b>0,178</b>		<b>0,221</b>		<b>0,223</b>	

Fonte: Africa Regional Integration Index 2019, African Development Bank, African Union Commission, Secretariat of the United Nations Economic Commission for Africa, 2020.

O *Africa Regional Integration Index 2019*<sup>24</sup> indicava, para 2019, um índice de integração da comunidade de apenas 0,337, para um máximo de 1 (cf. a Tabela 1), enquanto o comércio intra-regional passou dos modestos 16,2%, em 2008 — altura em que se estabeleceu a ZCL —, para apenas 17,6%, em 2022 (SADC, 2022) (cf. a Tabela 2). Enquanto isso, para o ano de 2022, os dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento mostravam que o comércio intra-regional, em termos de exportações, era de 68,4%, na Europa, 58,5%, na Ásia, 30,6%, na América Latina, 13,7%, em África, e 4,3%, na Oceânia, o que revela que África está entre as regiões do mundo menos integradas.

---

<sup>24</sup> *Africa Regional Integration Index 2019*, African Development Bank, African Union Commission, Secretariat of the United Nations Economic Commission for Africa, 2020.

**Tabela 2:** Comércio Intra-regional da SADC e por Estado-Membro, 2008–2022 (%)

N. O.	Estados-Membro	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação (2021-2008)	Observação
1	Eswatini	86,4	75,6	79,5	78,1	79,6	78,1	77,1	77,5	78,8	83,8	82,8	82,1	80,4	83,0	82,8	-3,6	SACU, CMA
2	Lesotho	68,9	76,6	78,6	79,9	77,2	78,1	61,7	65,4	71,3	68,0	66,7	63,6	60,8	67,5	72,7	3,8	SACU, CMA
3	Zimbabwe	69,1	78,9	57,2	68,0	62,7	65,4	59,6	59,4	62,3	60,0	54,6	53,5	61,9	55,8	50,4	-18,6	
4	Namíbia	55,3	61,0	57,7	60,4	57,6	60,8	53,5	62,9	59,7	53,3	52,8	50,3	45,7	46,3	42,7	-12,6	SACU, CMA
5	Botswana	59,3	54,3	49,5	46,4	47,9	53,2	50,1	56,3	49,8	41,7	42,9	44,5	47,0	38,3	42,3	-17,0	SACU
6	Zâmbia	39,1	39,6	38,0	37,5	40,5	39,9	40,1	37,4	39,2	34,7	34,9	32,4	28,1	26,7	30,7	-8,4	
7	Malawi	26,9	27,9	21,5	19,8	19,3	36,3	36,6	31,6	30,7	25,3	25,7	24,1	29,8	26,2	24,6	-2,2	
8	R.D. Congp	24,6	22,9	36,6	25,8	52,0	53,1	59,2	22,5	22,5	22,5	22,6	28,1	29,2	24,5	23,3	-1,3	
9	Moçambique	31,6	34,5	50,5	31,2	28,5	33,1	31,8	30,1	31,3	27,4	26,6	28,3	32,2	27,6	18,8	-12,8	
10	África do Sul	12,9	13,4	13,9	13,0	14,5	14,4	14,7	14,3	15,8	15,2	14,9	14,7	13,8	13,2	14,1	1,3	SACU, CMA
11	Maurícias	9,8	10,7	10,6	10,7	10,9	10,3	10,2	12,0	12,9	13,4	13,2	12,6	12,4	13,0	13,6	3,8	
12	Tanzânia	14,5	12,3	13,5	18,1	24,6	21,1	10,6	5,9	12,6	18,6	13,4	14,0	13,7	11,1	9,9	-4,6	
13	Seicheles	7,2	9,4	7,5	7,5	6,1	4,7	4,8	10,0	8,0	5,8	6,2	6,6	7,9	9,7	9,8	2,6	
14	Madagascar	7,5	8,7	9,3	8,5	8,2	8,3	7,7	7,9	8,2	7,7	9,2	8,8	8,3	9,3	8,0	0,5	
15	Comoros	n.d.	8,2	13,5	8,4	10,1	15,3	13,1	10,1	8,9	6,7	8,0	8,7	8,7	6,5	7,6	-0,6	
<b>16</b>	<b>Angola</b>	<b>4,6</b>	<b>5,9</b>	<b>3,8</b>	<b>3,3</b>	<b>5,0</b>	<b>3,4</b>	<b>4,0</b>	<b>4,7</b>	<b>5,4</b>	<b>4,7</b>	<b>3,6</b>	<b>2,3</b>	<b>2,5</b>	<b>3,4</b>	<b>2,3</b>	<b>-2,3</b>	
	<b>SADC</b>	<b>16,2</b>	<b>19,0</b>	<b>18,7</b>	<b>18,0</b>	<b>20,0</b>	<b>20,9</b>	<b>20,9</b>	<b>19,4</b>	<b>21,6</b>	<b>19,8</b>	<b>19,3</b>	<b>19,0</b>	<b>20,1</b>	<b>18,5</b>	<b>17,6</b>	<b>1,4</b>	

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022.

Os Estados-Membros com as taxas mais elevadas de comércio intra-regional eram os pertencentes à União Aduaneira da África Austral (SACU)<sup>25</sup> e da Área Monetária Comum (CMA)<sup>26</sup> — com excepção da África do Sul —, mais o Zimbabwe. O nível relativamente baixo de integração da África do Sul decorrerá tanto do tamanho da sua economia — que é mais de 3,5 vezes maior do que a segunda maior, mais do que 326 vezes do que a menor e mais do que 10 vezes a do conjunto dos países da SACU — como do seu desenvolvimento relativamente superior aos restantes países da região, que o remeterá para a busca de trocas comerciais com economias mais desenvolvidas; já no caso do Zimbabwe, decorrerá das relações históricas, sobretudo económicas, estabelecidas ao longo do domínio dos regimes minoritários brancos no Zimbabwe (então Rodésia do Sul) e na África do Sul do *apartheid*.

A economia da SADC equivalia, em 2022, conforme os dados que constam na Tabela 3, a mais de 840 mil milhões de dólares americanos, o que representava cerca de 29,4% da economia de África, esta calculada em perto de 2,86 bilhões de dólares americanos e representando apenas um pouco mais de 2,7% da economia mundial<sup>27</sup>. A África do Sul era a maior economia da comunidade, com um peso de 48,1%, seguindo-se-lhe Angola, com 13,7%, mas cerca de 3,5 vezes menor que a da África do Sul. A menor economia era a das Comores, com um peso de apenas cerca de 0,1% da economia da comunidade, sendo o fosso em relação à economia sul-africana de um pouco mais de 326 vezes. Comparativamente ao ano de 2008, altura em que se estabeleceu a ZCL, praticamente não houve alteração da posição das cinco menores economias e das cinco maiores, excepto, neste último caso, para a troca de posições entre a Tanzânia e a R. D. Congo na 3.ª posição. A alteração digna de realce é a do Zimbabwe, que subiu cinco posições, da 11.ª para a 6.ª. O fosso entre a maior e a menor economia, entretanto, aumentou um pouco mais de 30 vezes.

---

<sup>25</sup> *Southern Africa Customs Union* (África do Sul, Botswana, Eswatini, Lesotho e Namíbia).

<sup>26</sup> *Common Monetary Area* (África do Sul, Eswatini, Lesotho e Namíbia).

<sup>27</sup> Conforme dados do FMI.

**Tabela 3: PIB dos Estados-Membros da SADC, 2008 e 2022**

N. O.	Estado-Membro	2008			2022			Variação da posição			
		Milhões USD	Peso (%)	Posição	Milhões USD	Peso (%)	Posição	Milhões USD	%	Peso (p.p.)	Posição
1	África do Sul	287.100	56,5%	1	404.817	48,1%	1	117.717	41,0%	-8,34	=
<b>2</b>	<b>Angola</b>	<b>88.539</b>	<b>17,4%</b>	<b>2</b>	<b>115.077</b>	<b>13,7%</b>	<b>2</b>	<b>26.538</b>	<b>30,0%</b>	<b>-3,73</b>	=
3	R.D. Congo	19.143	3,8%	4	86.111	10,2%	3	66.968	349,8%	6,48	+1
4	Tanzania	27.389	5,4%	3	73.560	8,7%	4	46.172	168,6%	3,36	-1
5	Zambia	17.896	3,5%	5	29.831	3,5%	5	11.935	66,7%	0,03	=
6	Zimbabwe	6.451	1,3%	11	29.352	3,5%	6	22.901	355,0%	2,22	+5
7	Botswana	10.945	2,2%	7	20.309	2,4%	7	9.364	85,6%	0,26	=
8	Moçambique	11.555	2,3%	6	18.407	2,2%	8	6.852	59,3%	-0,08	-2
9	Madagascar	9.413	1,9%	9	15.484	1,8%	9	6.071	64,5%	-0,01	=
10	Maurícias	9.984	2,0%	8	12.845	1,5%	10	2.861	28,7%	-0,44	-2
11	Namíbia	8.346	1,6%	10	12.607	1,5%	11	4.261	51,1%	-0,14	-1
12	Malawi	5.322	1,0%	12	12.454	1,5%	12	7.132	134,0%	0,43	=
13	Eswatini	3.337	0,7%	13	4.786	0,6%	13	1.449	43,4%	-0,09	=
14	Lesotho	1.867	0,4%	14	2.223	0,3%	14	356	19,1%	-0,10	=
15	Seicheles	969	0,2%	15	1.702	0,2%	15	733	75,6%	0,01	=
16	Comoros	n.d.	n.d.	n.d.	1.240	0,1%	16	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
<b>SADC</b>		<b>508.256</b>	<b>100,0%</b>		<b>840.805</b>	<b>100,0%</b>		<b>332.549</b>	<b>65,4%</b>	<b>0,00</b>	

n.d. = não disponível

n.a. = não aplicável.

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022

Por seu turno, no que ao PIB *per capita* diz respeito (cf. a Tabela 4), os dados, também de 2022, mostram igualmente uma significativa disparidade da riqueza entre os Estados-Membros da SADC, embora muito menor quando comparada com a do PIB total. Assim, para uma média da comunidade de USD 2.160, as Seicheles apresentaram-se como a economia mais rica, com um PIB *per capita* equivalente a cerca de USD 17.021, o qual corresponde a cerca de 32 vezes o PIB *per capita* da economia mais pobre da comunidade, que era a do Madagáscar, com apenas USD 533. As Maurícias vinham na segunda posição, com USD 10.178, e o Botswana — imediatamente à frente da África do Sul (USD 6.680) —, com USD 8.304, na terceira. Angola posicionava-se no 7.º lugar, com 3.478. Quando comparado com o ano de 2008, nota-se que o fosso entre a economia mais rica e a mais pobre — que na altura era de um pouco mais de 35 vezes — diminuiu apenas cerca de 3 vezes —, o que terá sido consequência de um crescimento real médio anual do conjunto da economia da SADC de apenas 2,5% — e o facto de só Angola ter registado uma redução do seu PIB *per capita* nominal em 15,7%, valendo-lhe a perda de duas posições da 5.ª que ocupava. Entretanto, Moçambique (4), Madagáscar (3) e Lesotho (3) são dos países que mais posições perderam, enquanto o Zimbabwe (4) foi o que mais ganhou, à frente da R. D. Congo (2).

**Tabela 4:** PIB *per capita* dos Estados-Membros da SADC, 2008 e 2022

N. O.	Estado-Membro	2008		2022		Variação da posição		
		USD	Posição	USD	Posição	USD	%	Posição
1	Seicheles	11.405	1	17.021	1	5.616	49,2%	=
2	Maurícias	8.026	2	10.178	2	2.152	26,8%	=
3	Botswana	5.716	4	8.304	3	2.588	45,3%	+1
4	África do Sul	5.793	3	6.680	4	886	15,3%	-1
5	Namíbia	4.042	6	4.856	5	815	20,2%	+1
6	Eswatini	3.233	7	4.076	6	843	26,1%	+1
<b>7</b>	<b>Angola</b>	<b>4.127</b>	<b>5</b>	<b>3.478</b>	<b>7</b>	<b>-649</b>	<b>-15,7%</b>	<b>-2</b>
8	Zimbabwe	532	12	1.934	8	1.402	263,4%	+4
9	Zâmbia	1.456	8	1.521	9	65	4,5%	-1
10	Comoros	n.d.	n.d.	1.457	10	n.a.	n.a.	n.a.
11	Tanzânia	673	10	1.191	11	518	76,9%	-1
12	Lesoto	991	9	1.063	12	72	7,3%	-3
13	R.D. Congo	325	15	793	13	468	143,7%	+2
14	Malawi	407	14	644	14	237	58,1%	=
15	Moçambique	545	11	582	15	37	6,9%	-4
16	Madagascar	494	13	533	16	40	8,0%	-3
<b>SADC</b>		<b>1.982</b>		<b>2.160</b>		<b>178</b>	<b>9,0%</b>	n.d.

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022

Entre os anos de 2012 e 2022, a estrutura da economia da SADC pouco se alterou, de tal modo que a Indústria Transformadora — não obstante a pretensão de se acelerar a industrialização referida na RISDP Revisto 2015–2020 –, com um crescimento real médio anual de cerca de 1,2%, manteve a sua contribuição em torno do 11%, continuando os pesos maiores a ser os dos Serviços (sobretudo os Comerciais) e da Indústria Mineira (cf. a Tabela 5).

**Tabela 5:** Composição sectorial do PIB da SADC, 2012 e 2022

Sector	SADC			
	Composição			Taxa de crescimento real média
	2012	2022	Variação	
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	6,7	8,4	1,7	4,0
Indústrias extractivas	13,6	16,2	2,7	1,7
<b>Indústria transformadora</b>	<b>11,7</b>	<b>11,2</b>	<b>-0,5</b>	<b>1,2</b>
Electricidade, gás e abastecimento de água	2,0	2,2	0,2	0,2
Construção	5,7	4,9	-0,9	n.d.
Comércio a grosso e retalho, transporte e	19,9	20,6	0,8	n.d.
Comunicações	3,1	2,3	-0,7	n.d.
Intermediação financeira	5,4	5,4	0,0	n.d.
Imobiliário	12,2	10,9	-1,3	n.d.
Administração pública, defesa e segurança social, educ	18,5	16,4	-2,1	n.d.
Outros serviços	1,2	1,3	0,2	n.d.
<b>PIB</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>2,2</b>

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022

No que diz respeito à Convergência Macroeconómica, nota-se que mais países cumpriam os critérios na fase mais relaxada dos limites, que correspondeu ao período de 2008 a 2011, sobretudo no que respeita ao Saldo Orçamental (14), ao *Stock* da Dívida Pública (10), ao Saldo da Conta Corrente (10) e às Reservas Cambiais (10). Conforme se foi entrando para as fases mais exigentes (entre 2012 e 2017 e a partir de 2018, sobretudo), o número de países foi-se reduzindo, quase sistematicamente, com excepção dos critérios do Saldo da Conta Corrente e do *Stock* da Dívida Pública, em que o número de Estados-Membros que os preenchiam só veio a baixar para menos de metade a partir dos anos de 2019 e 2022, respectivamente (cf. a Tabela 5).

**Tabela 6:** Número de Estados-Membros que preenchem os critérios de Convergência Macroeconómica, 2008 a 2022

<b>Indicador</b>	<b>Inflação acumulada anual</b>	<b>Saldo orçamental (% do PIB)</b>	<b>Stock da dívida pública (% do PIB)</b>	<b>Saldo da conta corrente (% do PIB)</b>	<b>Reservas cambiais (meses de importação)</b>	<b>Taxa de crescimento real anual do PIB (%)</b>
<b>Critério</b>	<b>Máxima</b>	<b>Défice máximo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Défice máximo</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Mínima</b>
<b>Limites a partir do ano indicado</b>	<b>2008: 10%</b>	<b>2008: 5%</b>	<b>2008: 60%</b>	<b>2008: 9%</b>	<b>2008: 3</b>	<b>2008: 7</b>
	<b>2012: 5%</b>	<b>2012: 3%</b>		<b>2018: 3%</b>	<b>2012: 6</b>	
	<b>2018: 3%</b>	<b>(banda de 1%)</b>				
<b>2008</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>4</b>
2009	11	13	11	9	11	3
2010	10	12	11	11	12	4
2011	13	11	15	10	12	4
<b>2012</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>5</b>
2013	9	11	15	10	5	2
2014	10	10	15	9	5	2
2015	8	8	14	11	7	1
2016	5	7	14	12	7	1
2017	8	10	13	13	7	0
<b>2018</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
2019	5	9	13	8	6	0
2020	4	5	11	9	10	0
2021	0	5	10	8	8	3
2022	1	6	8	8	5	2

Fonte: SADC Macroeconomic Statistical Yearbook 2022.

Não obstante terem sido estabelecidos como marcos do processo de integração a Zona de Comércio Livre (ZCL), em 2008, a União Aduaneira (UA), em 2010, o Mercado Comum (MC), em 2015, a União Monetária (UM), em 2016, e a Moeda Única, em 2018, além da integração da SADC na economia global por meio do reforço da sua competitividade económica e da diversificação da estrutura de produção e das exportações até 2015, a SADC apenas estabeleceu a ZCL em 2008 e lançou, em 2013, o Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real da SADC (SADC-RTGS), uma plataforma operada pelo Banco de Reserva da África do Sul (SARB) para pagamentos e liquidações em Rands da África do Sul pelos bancos centrais e comerciais dos Estados-Membros fora dos respectivos países. E tem em implementação a integração das restantes moedas da SADC e do dólar americano no RTGS e o desenvolvimento do Sistema de Transferência de Compensação Imediata (TCIB) para baixos valores. Por outro lado, no final de 2020 apenas sete Estados-Membros tinham aplicado o Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas (SADC, 2020:2).

### 3.3.A situação de Angola

Com um índice global de 0,226, para um máximo de 1, Angola apresentava-se, em 2019, como um dos dois Estados-Membros da SADC menos integrados, ocupando a 15.<sup>a</sup> posição, à frente apenas da RDC, na 16.<sup>a</sup>, conforme os índices de integração africana publicados conjuntamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão da União Africana e a Comissão Económica para África da Nações Unidas (cf. a Tabela 1). Em domínios específicos, Angola era o pior em Integração Macroeconómica, o antepenúltimo em Integração Comercial, o 10.<sup>o</sup> em Integração de Infra-estruturas, o 8.<sup>o</sup> em Livre Circulação de Pessoas e o 6.<sup>o</sup> em Integração Produtiva.

No que respeita ao Comércio Intra-regional, conforme mostra a Tabela 2, o índice de Angola reduziu-se para metade entre 2008, quando foi de 4,6%, e 2022, em que registou apenas 2,3%.

**Tabela 7:** Composição sectorial do PIB de Angola, 2012 e 2022

Sector	Angola			
	Composição (%)			Taxa de crescimento real
	2012	2022	Variação (p.p.)	
Agricultura, caça, silvicultura e pescas	5,9	13,6	7,7	5,4
Indústrias extractivas	40,1	30,6	-9,5	-1,5
<b>Indústria transformadora</b>	<b>4,6</b>	<b>7,4</b>	<b>2,8</b>	<b>3,1</b>
Electricidade, gás e abastecimento de água	0,4	0,7	0,3	6,7
Construção	10,3	6,1	-4,3	2,2
Comércio a grosso e retalho, transporte e armazenagem, serviços	18,1	26,7	8,6	4,8
Comunicações	2,2	0,6	-1,7	1,2
Intermediação financeira	1,7	1,7	0,0	-1,9
Imobiliário	5,8	7,7	1,9	3,2
Administração pública, defesa e segurança social, educação, saúde	10,7	4,8	-5,9	0,5
Outros serviços	0,0	0,0	0,0	0,7
<b>PIB</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>1,2</b>

Embora a economia angolana se tenha mantido consistentemente, entre 2008 e 2022, como a segunda economia da região (cf. a Tabela 3), com alguma aproximação da R. D. Congo nos anos de 2020 e 2021, o *catching up* das economias mais ricas, conforme medido pelo PIB *per capita*, tem-se mostrado como um desafio para o país. Assim é que, se em 2008 o país ocupava a 5.<sup>a</sup> posição em termos do PIB *per*

*capita*, em 2022 recuou duas posições, sendo a única economia cujo valor nominal do seu PIB *per capita* se reduziu, ao passar de USD 4.127 para USD 3.478 (cf. a Tabela 4).

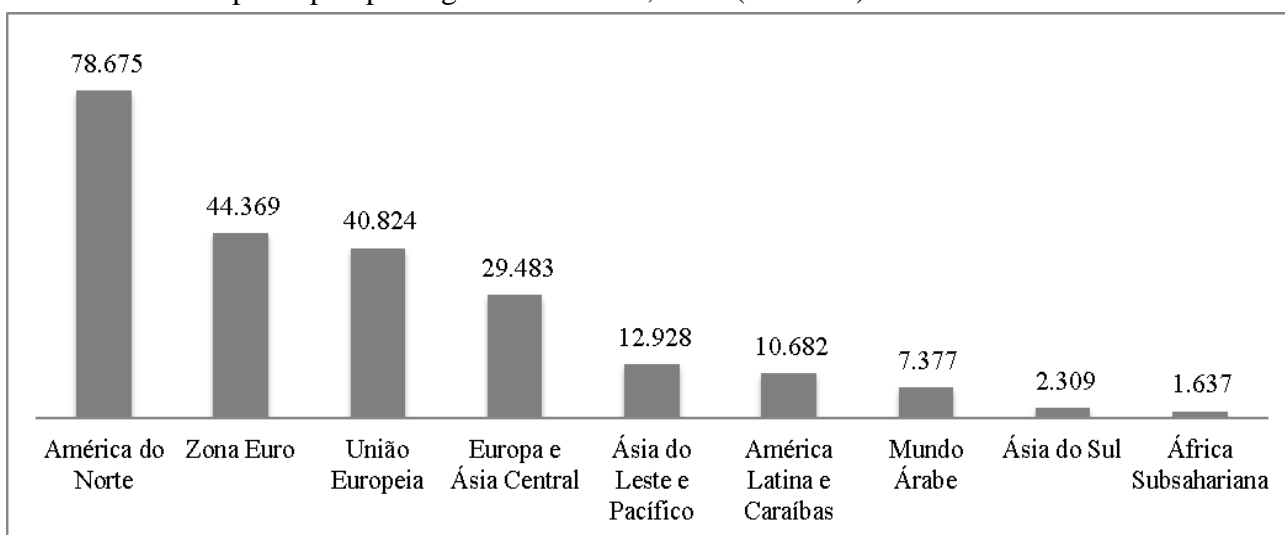
O processo de transformação estrutural da economia angolana mostra-se lento, de tal modo que a diversificação é pouco perceptível. Isso porque o crescimento da Indústria Transformadora e da Agricultura são ainda insuficientes em face do recuo que as Indústrias Extractivas — sobretudo o subsector de Hidrocarbonetos — vêm apresentando (cf. a Tabela 7). Por outro lado, é de notar que entre 2012 e 2022 o PIB Total do país registou um crescimento real médio anual de apenas 1,2%, quando a taxa de crescimento médio anual da população foi superior a 3%, o que justifica que o país não esteja a fazer o *catching up* das economias mais ricas da região.

Em relação aos critérios de Convergência Macroeconómica, em 2022 Angola preenchia apenas metade dos seis. Por outro lado, não era ainda parte da ZCL nem do RTGS, além de que pertencia também ainda à Comunidade Económica dos Estados da África Central.

#### 4. Apreciação crítica do processo e dos resultados da integração económica da SADC

De um modo geral, a África Subsariana continua a ser das regiões mais pobres e menos desenvolvidas do mundo, como atesta o Gráfico 1, que apresenta o PIB *per capita* de 2023 pelas regiões do mundo.

**Gráfico nº.1:** PIB per capita por regiões do mundo, 2023 (em USD)



**Fonte:** <https://www.statista.com/statistics/256413/gross-domestic-product-per-capita-in-selected-global-regions/> (Com dados do Banco Mundial)

Numa apreciação feita sobre o percurso económico de várias regiões e países do mundo, com destaque para o continente africano, tendo como base discussões na literatura económica sobre os principais factores que constituem determinantes plausíveis do crescimento económico, do desenvolvimento e da prosperidade das nações, Neto Costa (2022) assume que tais factores sejam: 1. Político-institucionais: (a) estabilidade política; (b) existência de Instituições Políticas e Económicas Inclusivas (consubstanciada em: (i) o primado da lei, (ii) a separação de poderes e o funcionamento de mecanismos de *checks and balances*<sup>28</sup>, (iii) a garantia dos direitos políticos e civis, (iv) a garantia dos direitos de propriedade, (v) a existência de uma imprensa livre, (vi) a liberdade Económica e (vii) uma administração pública eficiente, eficaz e não corrupta); 2. Estruturais, de política económica e económicos: (a) capital humano; (b) infra-estruturas; (c) estabilidade macroeconómica; (d) adequação das políticas económicas; e (e) investimento privado. E adianta que a presença dos factores estruturais, de política económica e económicos é condicionada pela existência dos factores político-institucionais,

<sup>28</sup> Freios e contrapesos.

de tal modo a falta de estabilidade política e a existência de instituições de natureza extractiva na maior parte dos países da África Subsariana tem condicionado, em última instância, o seu desenvolvimento.

A existência de instituições de natureza extractiva é situada em termos históricos nos processos e tipos de colonização, conforme as perspectivas de Acemoglu *et al.* (2004), dos quais resultaram modos diferentes de estabelecimento da independência, segundo Pimenta (2017). Os primeiros consideraram terem resultado do colonialismo europeu instituições económicas extractivas nas colónias que ofereciam recursos susceptíveis de extracção, como a população (passível de exploração como mão de obra e com contribuinte), os minerais ou produtos de plantações. Isso porque, nesses casos, a colonização não estabeleceria instituições que proovessem direitos civis e económicos à maioria da população. E foi o caso na maioria dos territórios da África Subsariana. O segundo entende que, para esse caso, sendo o colonialismo de povoamento, em alguns territórios os colonos absorveram ou eliminaram parcial ou totalmente as populações indígenas, face à sua força demográfica, económica, política e militar e, conseqüentemente, estabeleceram a independência em seu benefício, transformando a sociedade colonial em Estado independente; noutros, os colonos não conseguiram absorver ou eliminar as populações indígenas, embora estas tenham permanecido em condição de subalternidade económica, social, cultural e política em relação aos colonos, vindo a independência a ser estabelecida pelos colonizados e dando-se a evacuação dos colonizadores; e há ainda, por fim, o caso em que os colonos também não tenham conseguido absorver ou eliminar as populações indígenas, criando para si um Estado independente do Estado metropolitano e, conseqüentemente, sem a emancipação económica e social das populações indígenas, de modo que a independência global veio a ser estabelecida na base da negociação e reconciliação entre colonos e colonizados, sendo que os colonos haviam estabelecido para si instituições inclusivas. Este será o caso da África do Sul e da Namíbia e foi, até certo ponto, o caso do Zimbábwe.

Por outro lado, ao passar em revista pelos modelos de Harrod-Domar (1948–1957), Solow (1956) e Romer (1990), Neto Costa (1997) conclui que a teoria económica clássica sobre o crescimento económico sugere que: (i) a poupança é importante, pois, enquanto fonte de financiamento, níveis elevados de poupança proveem a economia com um alto potencial de investimento; (ii) a inovação tecnológica é, virtualmente, o mais importante factor de crescimento e tem como fonte o processo de pesquisa e desenvolvimento, para o qual a tecnologia disponível e o capital humano são factores cruciais, pois, com incentivos adequados providos pelo mercado e pelas políticas públicas, os indivíduos tenderão a responder com a inovação tecnológica, contanto que o capital humano disponível não seja demasiado baixo, caso em que a inovação tecnológica tenderá a não acontecer; e (iii) taxas de juro baixas constituem um incentivo para iniciativas criativas na pesquisa e desenvolvimento.

No que se refere ao comércio internacional, como discutido no Apêndice I, sob o comércio livre, o equilíbrio geral da economia é um “ótimo de Pareto”, de modo que medidas que introduzam distorções no comércio internacional serão sempre sub-ótimas, por isso é desejável que, quando tenham de ser introduzidas se opte por aquelas que causem o mínimo de distorções, o que passa por afectar directamente as variáveis objecto restrição.

No Apêndice II, por seu turno, sustenta-se a necessidade de se assegurar que a dívida pública permaneça sustentável, o que pressupõe que o défice fiscal real em percentagem do PIB não ultrapasse a taxa de crescimento real do produto. Isso porque, de contrário, representará uma ameaça para políticas fiscal e monetária sólidas, por pressionar o aumento dos impostos e a eventual criação de moeda para suportar o crescente serviço da dívida que tal implicaria. E como consequência disso, a capacidade de a economia gerar riqueza reduz-se pelo efeito *crowding out* do investimento privado e da maior probabilidade de evasão fiscal, além da susceptibilidade do aumento das taxas de juro que também impacta negativamente sobre os investimentos.

Ante a disparidade significativa no tamanho e na riqueza das economias dos diferentes Estados-Membros da SADC, assim como na estrutura das suas economias — embora em menos grau —, a sua integração económica remete-nos para a necessidade de *catching up* das economias mais pobres, sem prejuízo para o processo de *catching up* também das economias mais ricas da região em relação às

economias mais ricas do mundo. Isso significa que as exigências de desempenho de cada uma das economias, para o efeito, serão diferentes, de modo que o estabelecimento de níveis para indicadores económicos seleccionados como critério de Convergência Macroeconómica — designadamente taxa de inflação anual, saldo fiscal, *stock* da dívida pública, saldo da conta corrente da balança de pagamentos, meses de cobertura das importações das reservas cambiais e taxa anual de crescimento real do PIB — apresenta-se como um constrangimento. Então, para o caso, o que parece recomendável é a exigência de necessidade de estabilidade macroeconómica, incluindo a sustentabilidade da dívida pública avaliada nos termos discutidos no Apêndice II, reservando-se os critérios de Convergência Macroeconómica, nos termos actualmente estabelecidos, para uma fase em que a região esteja efectivamente integrada ou que as disparidades tenham diminuído significativamente, tornando tal integração compatível com um Zona Monetária.

O reduzido e lento progresso evidenciado em termos da integração económica e da convergência macroeconómica da SADC pode ser atribuído, entre outros factores, ao também pouco progresso alcançado na complementaridade das economias dos seus Estados-Membros, como pode ser aferido pela moderada alteração da estrutura da maior parte das economias — grandemente dependentes dos subsectores da Agricultura, Silvicultura e Pescas, Indústria Extractiva e Comércio —, o que, consequentemente, se reflecte também no quase inalterado nível baixo do comércio intra-regional. Assim é que, por exemplo, no ano de 2022, conforme a estrutura sectorial do PIB que consta na Tabela 8, excluindo o subsector do Comércio e Serviços Diversos para o qual apenas um Estado-Membro (Lesotho) não foi dos três maiores contribuintes para o respectivo PIB. Os restantes três subsectores que foram dos três maiores contribuintes do PIB dos Estados-Membros foram o da Indústria Mineira (6), o da Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas (6) e o da Intermediação Financeira e Imobiliário (5). E apenas um Estado-Membro (Angola) teve na Indústria Mineira e na Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas dois dos maiores contribuintes do seu PIB, assim como apenas dois Estados-Membros (Eswatini e Lesotho) tiveram na Indústria Transformadora — o subsector que se tornou prioridade na estratégia de integração — um dos seus três maiores contribuintes do seu PIB.

As cinco economias que se apresentaram como as mais ricas da SADC em 2022, conforme avaliado pelo nível do PIB *per capita* (cf. a Tabela 4), são as Seicheles, as Maurícias, o Botswana, a África do Sul e a Namíbia. Por outro lado, Seicheles, Maurícias e África do Sul figuram também entre os cinco Estados-Membros que tiveram na Intermediação Financeira e Imobiliário um dos três subsectores que mais contribuíram para o seu PIB, sendo que dois destes (África do Sul e Maurícias), aos quais se junta o Lesotho (um dos cinco com contribuição relevante da Intermediação Financeira e Imobiliário), tiveram uma contribuição do PIB de dois dígitos da Indústria Transformadora. Isso parece indicar que esses Estados-Membros estarão a mover-se em direcção a uma maior diversificação das suas economias, tanto afastando-se da significativa dependência do sector primário (Seicheles e Maurícias) ou extractivo (África do Sul) como aproximando-se mais de sectores de serviços financeiros e afins e de tecnologias de informação e comunicação (África do Sul e Maurícias)

**Tabela 8:** Composição sectorial do PIB dos Estados-Membros da SADC, 2022

Estados-Membros	Agricultura, silvicultura, caça e pesca	Indústria mineira	Indústria transformadora	Electricidade, gás, água	Construção	Comércio e serviços diversos	Intermediação financeira e imobiliário	Outros	PIB a custo dos factores
Angola	<b>13,6</b>	<b>30,6</b>	7,4	0,7	6,1	<b>27,3</b>	9,4	4,8	100,0
Botswana	1,9	<b>21,4</b>	5,7	1,3	11,0	<b>19,7</b>	9,6	<b>29,4</b>	100,0
Comoros	<b>38,1</b>	0,8	7,1	0,3	1,3	<b>26,4</b>	<b>18,5</b>	7,5	100,0
R.D. Congo	0,8	<b>47,0</b>	9,8	0,7	2,1	<b>21,1</b>	4,3	<b>14,3</b>	100,0
Eswatini	9,0	0,3	<b>29,4</b>	2,2	3,2	<b>25,0</b>	10,0	<b>20,8</b>	100,0
Lesotho	7,1	8,7	<b>17,8</b>	5,2	3,0	14,0	<b>16,7</b>	<b>27,5</b>	100,0
Madagascar*	<b>24,5</b>	4,7	10,1	0,8	7,5	<b>23,0</b>	10,6	<b>18,9</b>	100,0
Malawi	<b>29,4</b>	0,7	11,4	2,6	3,3	<b>23,6</b>	12,9	<b>16,1</b>	100,0
Mauritius	4,1	0,4	13,6	1,6	5,2	<b>27,3</b>	<b>19,0</b>	<b>28,8</b>	100,0
Moçambique	<b>29,7</b>	11,6	9,4	2,9	1,4	<b>20,9</b>	8,1	<b>16,0</b>	100,0
Namibia	9,3	<b>13,3</b>	12,1	3,4	1,6	<b>18,8</b>	13,1	<b>28,5</b>	100,0
Seicheles	3,0	-	7,9	4,1	3,3	<b>31,9</b>	<b>22,0</b>	<b>27,7</b>	100,0
África do Sul	3,2	8,1	13,7	3,2	2,5	<b>21,1</b>	<b>23,3</b>	<b>24,9</b>	100,0
Tanzania	<b>28,4</b>	9,8	7,7	0,7	<b>15,2</b>	<b>18,7</b>	6,6	12,9	100,0
Zambia	3,6	<b>13,5</b>	8,5	2,1	11,4	<b>38,4</b>	9,9	<b>12,7</b>	100,0
Zimbabwe	10,1	<b>13,3</b>	12,6	2,6	5,1	<b>30,7</b>	12,8	<b>13,0</b>	100,0
<b>Média simples</b>	<b>13,5</b>	<b>11,5</b>	<b>11,5</b>	<b>2,2</b>	<b>5,2</b>	<b>24,2</b>	<b>12,9</b>	<b>19,0</b>	<b>100,0</b>

os-Membros da SADC, 2022

Com a visão ora apresentada sobre os determinantes plausíveis do crescimento económico sustentado, há a relevar que a África do Sul e a Namíbia, conforme referido, terão beneficiado de instituições eventualmente inclusivas estabelecidas pelas minorias brancas para si mesmas, no processo de estabelecimento de colónias de povoamento, cujos respectivos Estados se tornaram inicialmente independentes dos respectivos Estados metropolitanos.

No caso do Botswana, é dos poucos países da África Subsariana apontado como um caso de sucesso. Além dos factores de sucesso apontados por Acemoglu *et al.* (2003), conforme citado por Beaulier (2004?) — como sendo “(i) instituições pré-coloniais relativamente inclusivas, impondo restrições às elites políticas, (ii) efeito mínimo do colonialismo britânico no Botswana que não destruiu instituições pré-coloniais inclusivas, (iii) interesse da elite, após a independência, na manutenção e o fortalecimento da instituição da propriedade privada, (iv) ser país rico em diamantes, que proporcionou rendas suficientes que desincentivou que algum grupo desafiasse o *status quo* e (v) decisões críticas tomadas pelos líderes pós-independência, particularmente pelos Presidentes Khama e Masire” —, este revela sobretudo as “boas escolhas de políticas pós-independência”.

As Maurícias são também tidas como outro exemplo de sucesso, que passou de uma economia dependente da cana-de-açúcar, por altura da independência, em 1968, para uma economia diversificada hoje. Nesse período o seu PIB *per capita* passou dos cerca de USD 260,00 para USD 10.178,00, em 2022, de tal modo que evoluiu de país de baixo rendimento para país de rendimento médio alto. Sustenta-se que tal sucesso se terá devido, fundamentalmente, à estabilidade política e qualidade das instituições, à estabilidade macroeconómica e a uma estratégia económica orientada para as exportações, não obstante avaliar-se que nos últimos anos a economia do país tenha dado mostras de ter caído na “armadilha do rendimento médio” (Tandrayen-Ragoobur *et al.*, 2018).

No caso das Seicheles, por altura da independência, em 1976, o país era pobre — com um PIB *per capita* de USD 814,50 — e grande disparidade na distribuição dos rendimentos e da riqueza. Com um regime político de partido único estabelecido pouco depois da independência, na sequência de um golpe de Estado, o país estabeleceu um sistema de economia centralizada, com base no qual o Estado despendeu recursos importantes, inclusive na garantia da gratuidade do ensino e da saúde, assim como em infra-estruturas, o que lhe permitiu ter níveis de crescimento apreciáveis, embora com considerável concentração nos sectores do turismo e das pescas. Isso possibilitou que, pelos anos 2000, o país atingisse o nível de rendimento médio-alto. Entretanto, como as despesas eram financiadas, para além dos impostos, com substancial endividamento, uma crise, entre 2006 e 2007, levou a que o Estado entrasse em *default*, vendo-se o governo forçado a acordar um programa com o FMI em 2008 (Charlier, 2016). A implementação desse programa permitiu abertura para a economia de mercado, embora ainda com um papel substancial do Estado. O sucesso na implementação do programa de reformas com apoio financeiro do FMI relançou a economia, de tal modo que em 2015 já fazia parte dos países de rendimento elevado. Contudo, embora a economia se tivesse diversificado, sobretudo com o aumento da contribuição da Indústria Transformadora e da Intermediação Financeira e Imobiliário — em detrimento da Agricultura e Pescas —, a economia mantém ainda elevada vulnerabilidade a choques externos pelo ainda grande peso do Turismo, além da susceptibilidade a eventos climáticos (UNDP, 2016). Entretanto, apresenta uma elevada estabilidade política, liberdade de imprensa e baixa corrupção.

Então, existem na SADC exemplos de abordagens de Estados-Membros que podem contribuir para a resolução dos problemas identificados pela organização como constringendo um maior progresso no processo de integração, que são as limitadas capacidades de produção e de comércio eficaz e competitivo. Dois desses casos — Botswana e Maurícias — são tidos como eventualmente os únicos de sucesso na África Subsariana. E, conforme se pode perceber, tais abordagens contemplam os determinantes plausíveis do crescimento económico sustentado ora identificados, assim como a abertura ao comércio internacional tendencialmente livre.

Entretanto, a SADC enfrenta também o desafio da mobilização dos recursos financeiros necessários para a implementação da sua agenda de integração, de tal modo que considera que ter um fluxo fiável, previsível e constante de recursos financeiros é dos principais pré-requisitos para uma implementação bem-sucedida e sustentável do RISDP 2020–2030 (SADC, 2022).

## **5.Aspectos relevantes para a melhoria do processo de integração económica e do engajamento de Angola**

Uma vez que a paz, segurança e boa governação foram estabelecidas como fundações para os três pilares do RISDP 2020–2030, a saber desenvolvimento industrial e integração do mercado, desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional e desenvolvimento do capital humano e social, assim como das questões transversais de género, juventude, ambiente e alterações climáticas e gestão de riscos de desastres, torna-se importante assegurar a harmonização das instituições tendo em conta as melhores práticas e experiências de sucesso regionais e extra-regionais. Isso na perspectiva de, no âmbito da governação, assegurar instituições de natureza inclusivas, conforme discutido.

O desenvolvimento industrial pretendido deve ser alavancado sobre as vantagens comparativas potenciais dos Estados-Membros, de modo a aumentar a complementaridade das suas economias, assim como assegurar a sua participação eficiente e eficaz na constituição de cadeias de valor regionais e globais, para atender o mercado comunitário e extracomunitário. E, para o efeito, é fundamental que a organização decida, definitivamente, sobre a múltipla filiação dos 11 Estados-Membros noutras três CER de modo que se avance rapidamente para a constituição do Mercado Comum, o que deverá passar pela formação da União Aduaneira por via do alargamento da SACU. Em suporte a isso, será requerido o investimento em infra-estruturas regionais habilitantes, assim como assegurar a livre circulação dos factores de produção. Com isso, caberá a cada Estado-Membro garantir os investimentos requeridos nas infra-estruturas domésticas e no capital humano capazes de transformar as suas vantagens comparativas intra-regionais em vantagens efectivas, capacitando-se assim a atrair os investimentos requeridos. E espera-se que cada Estado-Membro privilegie trocas comerciais mais intensas com os Estados-Membros que se situem em patamares mais elevados da “escada das vantagens comparativas” ou com Estados extracomunitários, quando aqueles não existam para si na região. Os incentivos nacionais requeridos ao desenvolvimento das actividades económicas sobre as quais os Estados-Membros tenham vantagem comparativa potencial, no quadro da União Aduaneira ou do Mercado Comum, assim como os requeridos para o desenvolvimento de cadeias produtivas regionais em função de vantagens potenciais da região em relação ao mundo, devem privilegiar as actividades-alvo, de modo a minimizar distorções. Assim é que subsídios à produção tenderão a ser mais vantajosos em relação a tarifas sobre importações. Tendo em atenção as dificuldades em assegurar o financiamento dos investimentos em infra-estruturas regionais, a SADC deveria apostar, seriamente, nas Parcerias Público-Privadas, para as quais deveria constituir um fundo regional específico. Por outro lado, conviria otimizar o levantamento de recursos de instituições financeiras multilaterais e no mercado, neste último caso buscando o máximo de garantias possíveis das instituições financeiras multilaterais.

A perspectiva de liberalização da circulação dos factores de produção demanda a harmonização de políticas, legislação, regulamentos e normas e procedimentos relacionados com o desenvolvimento de actividades económicas e o ambiente de negócios, incluindo o funcionamento do sistema financeiro e dos mercados financeiros, assim como as qualificações dos recursos humanos e a certificação da sua formação.

Tendo Angola dos mais baixos níveis de integração, espera-se que revele um maior engajamento para a alteração do quadro. Devem fazer parte desse engajamento: desafilial-se da CEEAC; a adesão imediata à ZCL; e integrar o SADC-RTGS.

A manutenção por Angola da sua filiação à CEEAC é percebida como sendo por preocupações de segurança. Então, no quadro das fundações dos pilares do RISDP 2020–2030 — paz, segurança e boa governação —, a prevenção dos riscos de alastramento dos focos de instabilidade da África Central deve

ser tratada no âmbito comunitário, buscando-se acordos da SADC com os países fronteiriços da região e com as CER a que pertençam tais países.

Quanto à procrastinação na adesão à ZCL mesmo depois do fim da guerra civil, tem sido argumentada como mecanismo de protecção da economia do país, pois entende-se ser necessário que este assegure, primeiro, um certo nível de diversificação e desenvolvimento da sua economia — sobretudo de industrialização —, dada a desarticulação que a mesma sofreu durante a guerra terminada em 2002. Contudo, de modo a assegurar a construção de uma economia competitiva, Angola precisa de se submeter à concorrência regional e não só. Então, a promoção do desenvolvimento da economia interna — no que se inclui a industrialização — deve ser feita com o máximo de liberdade possível do comércio externo, pelo que as medidas de protecção serão as menos distorcidas possível do mesmo. Isso significa privilegiar-se a subsidiação das actividades económicas internas, em vez da imposição de tarifas sobre as importações — que oneram os consumidores —, para desonerar os produtores dos custos decorrentes de falhas das políticas públicas, até que a produção equivalha em qualidade e preço aos produtos importados, ao mesmo tempo que se evita que sejam todos os consumidores a suportar.

É então importante que Angola procure intensificar as suas trocas comerciais com os países da SADC e sobretudo com a África do Sul, que é a economia líder da região, cuja dimensão é cerca de 3,5 vezes a de Angola e o PIB *per capita* cerca 2,5 vezes o angolano, na perspectiva de emular a África do Sul.

Em face de elevado nível de pobreza, engendrado pelo elevado nível de desemprego e elevado nível de emprego informal, como decorrência de níveis de investimento insuficientes e de um baixo nível do capital humano, que influencia negativamente na empregabilidade da força de trabalho activa, Angola deveria apostar em actividades económicas de pouco exigentes em termos de qualificação de mão-de-obra, como a agricultura extensiva e a indústria transformadora ligeira, ao mesmo tempo que investiria na formação técnica qualificada e investigação básica e aplicada, de modo a atrair investimentos da região dos países mais avançados — como é o caso da África do Sul — e assegurar, no futuro, a aumento da produtividade e competitividade da sua economia, subindo a escada das vantagens comparativas, o que significa uma alteração para melhor da sua participação na cadeia de valor regional e não só. E isso está em linha com a perspectiva do Mapa de Industrialização da SADC 2015–2063 de as economias da SADC ultrapassarem os seus constrangimentos de desenvolvimento, passando progressivamente de uma economia assente nos factores para economia baseada no investimento e subsequentemente na eficiência e finalmente “para a trajectória de alto crescimento impulsionada pelo conhecimento, inovação e sofisticação dos negócios” (SADC, 2015)

## Bibliografia

- Harrod, R. F. (1948). *Towards a Dynamic Economics*. Londres: Macmillan, 1948 e Domar, E.D. (1957), *Essays in the theory of Economic Growth*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1957.
- Solow, R. Robert (1956). *A Contribution to the Theory of Economic Growth*, *The Quarterly Journal of Economics*, President and Fellows of Harvard College, vol. 70(1), pp. 65–94, 1956.
- Romer, Paul M. (1990). *Endogenous Technological Change*, *Journal of Political Economy*, 1990, vol. 98, n.º 5, [S71-S102].
- Neto Costa, M. (1997). *Angola: perspectives of economic policies for growth and development in the context of a regional integration within the Southern Africa Development Community (SADC)*, Term Paper, Columbia University, 1997.
- Acemoglu, D., Johnson, S., and Robinson, J. (2003). *An African Success Story: Botswana*. In D. Rodrik's (ed.) *In Search of Prosperity: Analytic Narratives on Economic Growth*, Princeton, NJ: Princeton University Press: 80–119.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson and James Robinson (2004). *Institutions and the Fundamental Cause of Long-run Growth*. Working Paper 10481, <http://www.nber.org/papers/w10481>, National Bureau of Economic Research 1050, Massachusetts Avenue, Cambridge, MA 02138, May 2004.
- Beaulier, Scott (2004?) *Explaining Botswana's Success: The Critical Role of Post-Colonial Policy*, Working paper 41, Mercatus Centre, George Mason University, 2004(?).
- Rossouw, J. (2006). *South Africa's role in macroeconomic convergence in SADC*. SARB conference 2006. SARB, Pretoria, South Africa.
- Zyuulu, I. (2009). *Convergence in SADC and African economic integration process: Prospects and statistical issues*. IFC Bulletin n.º 32, 2009.
- Kumo, Wolassa L. (2011). *Growth and Macroeconomic Convergence in Southern Africa*, Series n.º 130, African Development Bank, Tunes, Tunísia.
- SADC (2015). *Industrialization Strategy and Roadmap 2015–2063*, Abril 2015.
- Charlier, Florence (2016). *Seychelles Country Case Study (FY07–15): Enhancing Competitiveness and Private Sector Development*, Independent Evaluation Group Working Paper 2016, The World Bank Group, 2016.
- Pimenta, Fernando T. (2017). *O Colonialismo Demográfico Português em Angola: Historiografia, Identidade e Memória*, *Revista de Teoria da História*. Volume 17, Número 1, Julho de 2017, Universidade Federal de Goiás.
- SADC (2017). *Summary of the SADC Revised Regional Indicative Strategic Development Plan 2015–2020*, Gaborone, Botswana, 2017, p. II.
- Tandrayen-Ragoobur, Verena, e Kasseeah, Harshana (2018). *Mauritius' Economic Success Uncovered*, Department of Economics and Statistics, University of Mauritius, Reduit, 2018.
- SADC (2019). *Status of Integration in the Southern African Development Community (SADC)*, Gaborone, Botswana, 2019.
- SADC (2020:1). *Visão 2050 da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)*, Gaborone, Botswana, 2020.
- SADC (2020:2). *Southern African Development Community (SADC), Regional Indicative Strategic Development Plan (RISDP) 2020–2030*, Gaborone, Botswana, 2020, p. 9.
- African Development Bank, African Union Commission, Secretariat of the United Nations Economic Commission for Africa (2020). *Africa Regional Integration Index 2019*, 2020.
- UNDP (2021). *Empowering the Private Sector to Diversify Seychelles' Economy*. Discussion Paper, November 2021.
- SADC (2022). *Macroeconomic Statistical Yearbook 2022*.
- Neto Costa, M. (2022). *Angola 1975–2020: um percurso de empobrecimento e o eventual caminho para a prosperidade*, Lisbon International Press, Março 2022.



## Modelo exponencial para tendência de crescimento da população: Aplicação nas projecções da população de 2020–2030, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Namíbia

Nelson Cândido, João Hebo e Sandra Oliveira

Sem vinculação institucional

ORCID:0009-0003-5886-9526

[inefavel48@hotmail.com](mailto:inefavel48@hotmail.com);

ORCID:0009-0000-8694-1730

[joaohebo17@gmail.com](mailto:joaohebo17@gmail.com)

ORCID:0009-0006-0285-2217

[sandramara27@hotmail.com](mailto:sandramara27@hotmail.com)

### Resumo

A dinâmica das sociedades concentra em si, para além de outras variáveis, a evolução temporal de populações (crescimento ou decréscimo). Neste artigo, buscamos compreender a matemática por trás das projecções da população de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Namíbia, no período de 2020 a 2030. A utilização de modelos matemáticos que descrevem a evolução temporal de populações pode ser extremamente útil para a escolha de medidas preventivas e/ou de controlo. São muitas as ferramentas matemáticas disponíveis, e uma escolha adequada depende tanto do tipo de informações disponíveis quanto dos objectivos almejados. Buscando explorar conteúdos matemáticos, neste trabalho procuramos introduzir a aplicação da modelagem matemática na projecção da população de Angola, Moçambique, Cabo verde, São Tomé e Príncipe e Namíbia de 2020–2030, aplicando conceitos de exponenciais e estatísticos, tomando  $(e = 2,718281828)$  e como taxa de crescimento, intervalo de crescimento, variação populacional e outros. Assumimos um Intervalo de confiança de 95% e taxa de equilíbrio de 5% ( $\chi = <5\%$ ), a partir da utilização de diferentes funções. Diferentes intervalos de crescimento são explorados, e as características e hipóteses básicas de cada intervalo proposto são apresentadas em função dos crescimentos anuais. Uma comparação quantitativa e qualitativa é feita para validar o modelo obtido. Os resultados comparativos indicam que, em média, as estimativas e projecções provenientes da aplicação deste modelo matemático apresentam um nível de precisão dentro de uma margem aceitável.

Palavras-chave: Modelo exponencial; Tendência de Crescimento; Projecção da População.

### Abstract

The dynamics of societies concentrate on themselves, in addition to other variables, the temporal evolution of populations (growth or decrease), in this article, we seek to understand the mathematics behind the projections of the population of Angola, Mozambique, Cape Verde, São Tomé and Príncipe

and Namibia, in the period from 2020 to 2030. The use of mathematical models that describe the temporal evolution of populations can be extremely useful for choosing preventive and / or control measures. There are many mathematical tools available, and an appropriate choice depends both on the type of information available and on the objectives pursued. Seeking to explore mathematical content, in this work we seek to introduce the application of mathematical modeling in the projection of the population of Angola, Mozambique, Cape Verde, São Tomé and Príncipe and Namibia from 2020–2030, applying concepts of exponentials and statistics, taking ( $e = 2,718281828$ ) and as growth rate, growth interval, population variation and others. We assume a 95% confidence interval and an equilibrium rate of 5% ( $\chi = <5\%$ ) based on the use of different functions. Different growth intervals are explored, and the basic characteristics and assumptions of each predicted interval are, depending on the annual growths. A quantitative and qualitative comparison is made to validate the composite model. The comparative results indicate that, on average, indicative and projectors from the application of this mathematical model incorporate a level of precision within an acceptable margin.

Keywords: Exponential model; Growth Trend; Population Projection

## 1. Introdução

Em estatística, intervalo de confiança (IC) é um tipo de estimativa por intervalo de um parâmetro populacional desconhecido. Introduzido na estatística por Jerzy Neyman [3] em 1937, é um intervalo observado (calculado a partir de observações) que pode variar de amostra para amostra e que, com dada frequência (nível de confiança), inclui o parâmetro de interesse real não observável.

Como os dados observados são amostras aleatórias da população, o intervalo de confiança construído a partir dos dados também é aleatório. Entretanto, o intervalo de confiança calculado a partir de uma amostra particular não inclui necessariamente o valor real do parâmetro.

O nível de confiança é a frequência com a qual o intervalo observado contém o parâmetro real de interesse quando o experimento é repetido várias vezes. Em outras palavras, o nível de confiança seria a proporção de intervalos de confiança construídos em experimentos separados da mesma população e com o mesmo procedimento que contém o parâmetro de interesse real. Em geral, refere-se ao intervalo de confiança quando as duas extremidades de estimativa intervalar são finitas. Entretanto, refere-se a limites superiores e inferiores do intervalo de confiança quando uma das extremidades é infinita.

O recenseamento da população é de periodicidade decenal em termos de realização. Para se manterem actualizadas as informações demográficas, há necessidade de projectar a população dos anos que intercalam esses períodos e outros. Os órgãos de estatística oficiais realizaram e publicam a projecção da população para diversos períodos segundo a necessidade de cada sociedade. Nesse contexto, o objectivo deste estudo é aplicar o modelo matemático na tendência de crescimento apresentada na projecção da população.

As projecções populacionais são essencialmente para a orientação de políticas públicas, instrumentos valiosos para todas as esferas de planeamento, tanto na administração pública quanto na privada. São entendidas como um valor acrescentado para planear o desenvolvimento económico, social, político e ambiental de diversos países.

### 1.1. Justificação

O estudo aqui proposto apresenta um modelo matemático exponencial intervalar que visa provar as estimativas da população de cinco países, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Moçambique, Namíbia e São Tomé e Príncipe, no período de 2020 a 2030. Dos países em estudo, como é óbvio os censos foram realizados em distintos anos, com populações diferentes e com características sociodemográficas e

outros factores não comparáveis, mas o centro dessa abordagem é a aplicação do modelo observando as suas projecções nos anos de 2020 a 2030.

O Recenseamento Geral da População de cada país é um importante instrumento para caracterização e dimensionamento da população, gerando uma base robusta para estudos demográficos, sociais e outros. Os recenseamentos populacionais têm a periodicidade decenal em termos de realização. Para se manterem actualizadas as bases neste período, há necessidade de projectar a população dos anos que intercalam esses períodos e outros. Os órgãos de estatística oficiais realizaram e publicam a projecção da população para diversos períodos segundo a necessidade de cada sociedade. Nesse contexto, o objectivo deste estudo é aplicar o modelo matemático à tendência de crescimento apresentada na projecção da população.

## 1.2. Metodologia

Uma forma de entendimento da dinâmica populacional é considerar que as populações interagem para persistir e que para tal necessitam de aumentar. A proposta de utilização da matemática para descrever o crescimento de uma população humana começou com o economista inglês T. R. Malthus [1]. Seu modelo assume que o crescimento de uma população é proporcional à população em cada instante, e desta forma a população humana deveria crescer sem nenhuma inibição. O modelo de Malthus propõe um crescimento de vida otimizada, sem fome, guerra, epidemia ou qualquer catástrofe, onde todos os indivíduos são idênticos, com o mesmo comportamento. O modelo de Malthus se baseia numa equação diferencial muito simples, mesmo para época em que foi formulado.

Avaliando as projecções da população de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Namíbia, desenvolveu-se o modelo exponencial intervalar aplicado nas projecções de 2020 a 2030. Este estudo traz a compreensão da projecção da população aplicadndo o modelo exponencial intervalar, que define um intervalo de confiança de 95% e um nível de significância de 5%.

## 2. Formulação do modelo e teste de hipótese

Se observamos os valores da projecção da população em 2020–2030, verificamos que as taxas de crescimento relativo tendem a diminuir com o tempo. Para os países no estudo no período de 2020 a 2030, a taxa de crescimento populacional encontra-se no intervalo de 1,6% a 3,2%. Segundo o matemático belga Pierre F. Verhurst [2], “uma população, vivendo num determinado meio, deverá crescer até um limite máximo sustentável, isto é, ela tende a se estabilizar”, gerando uma queda de crescimento da população que deve estar sujeita a um factor inibidor de proporcionalidade, considerando a taxa de crescimento relativa decrescente em relação à população, em cada instante.

O modelo exponencial intervalar gera um intervalo de confiança de 95% para a projecção da população numa base de  $e=2.718281828$ , e6

$$N = k * \gamma * e^6 \quad (1)$$

$$\gamma \in [\Delta_k; \Delta_{k+\delta}]$$

$$\Delta_k, \Delta_{k+\delta} > 0$$

Onde:

N: População projectada para o ano n+1;

K = constante, tomamos  $k = 10^4$

$e = 2,718281828$

$\Delta_k$ : limite inferior do intervalo de projecção da população

$\Delta_{k+\delta}$ : limite superior do intervalo da projecção da população

A população projectada de um determinado ano n para um dado ano n+1 terá um nível de confiança de 95% (I.C), assumindo os limites inferiores e superiores em:

$$N_i = \Delta_k * \gamma * e^6 \quad \text{e} \quad N_f = \Delta_{k+\delta} * \gamma * e^6, \text{ ademais}$$

$$N_i < N < N_s, \text{ o que implica que } \Delta_k < k < \Delta_{k+\delta}$$

No modelo exponencial adoptado nesse estudo, que denominamos modelo exponencial intervalar, a hipótese básica é que a população cresce sem qualquer restrição, dentro de um intervalo, definindo um parâmetro  $N$ , dentro deste intervalo, que é necessariamente a população projectada do ano  $n$  para o ano  $n+1$ , não admitindo factores que regulam seu crescimento, tais como: epidemias, guerras, fome, entre outros. Supõe-se que o número total de indivíduos varia com o tempo, dependendo da quantidade presente em cada instante. Admitindo-se que o intervalo de crescimento é contínuo, condição necessária para que a taxa de crescimento seja contínua, o modelo exponencial intervalar é descrito pela equação (1).

### 3. Validação do Modelo

Para este estudo, analisou-se a projecção de 2020 a 2030, dos seguintes países: Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Namíbia. Tendo em consideração o tamanho da população, cada país apresenta o seu intervalo de crescimento, que será apresentado caso a caso:

Para o caso de Angola, a população nesse período decenal assume um intervalo de  $\gamma \in [7,48494; 7,72538]$  para 2020 a  $\gamma \in [10,08681; 10,36299]$  para 2030;

Exemplo 1: Aplicar a equação (1) para a população de Angola de 2020 a 2029.

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2020,  $\gamma \in [7,48494; 7,72538]$ ;  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 7,48494$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 7,48495 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_i = 30196403$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 7,72538$  como o limite superior do intervalo,

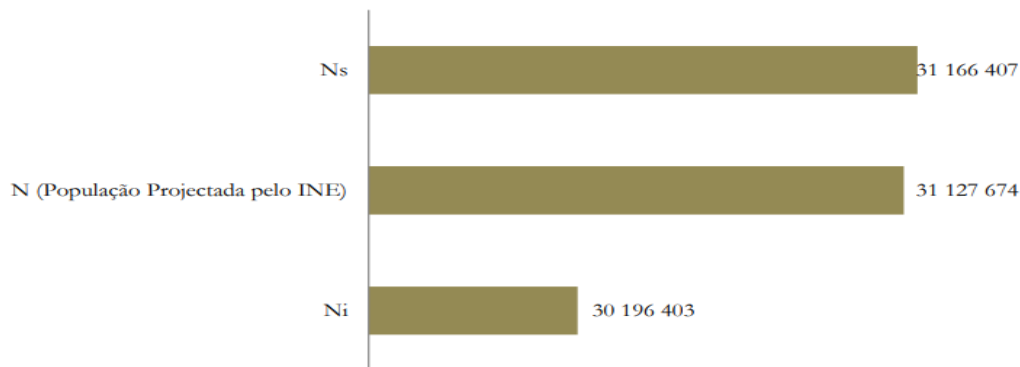
$$N_s = 7,72538 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_s = 31\,166\,407$$

A população projectada pelo INE — Angola para o ano de 2020 é  $N = 31\,127\,674$ . Logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$

**Gráfico nº. 1.1:** Aplicação do modelo na população de Angola, 2020



Exemplo 2: Aplicar a equação (1) para a população de Angola de 2029

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2020,  $\gamma \in [9,81063; 10,08681]$ ;  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 9,81063$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 9,81063 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

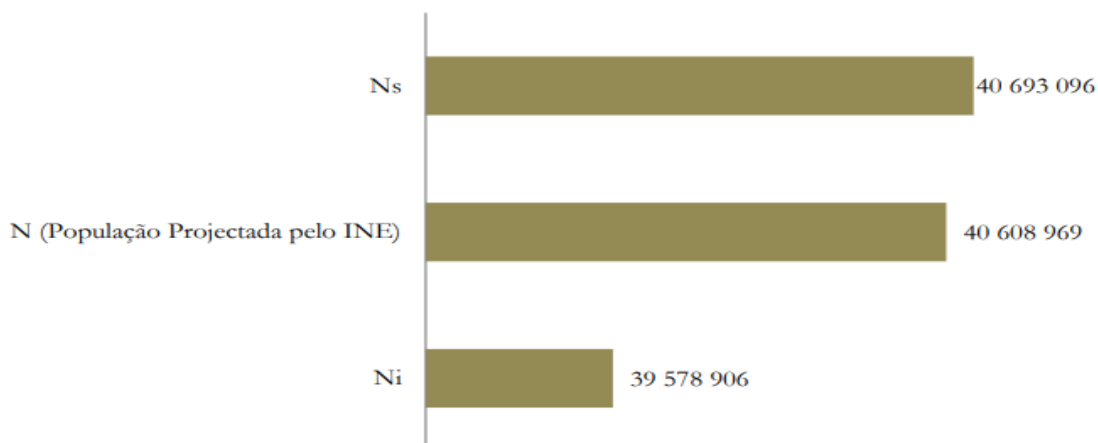
$$N_i = 39\,578\,906$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 10,08681$  como o limite superior do intervalo,

$$N_s = 10,08681 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_s = 40\,693\,096$$

**Gráfico nº.1.2:** Aplicação do modelo na população de Angola, 2029

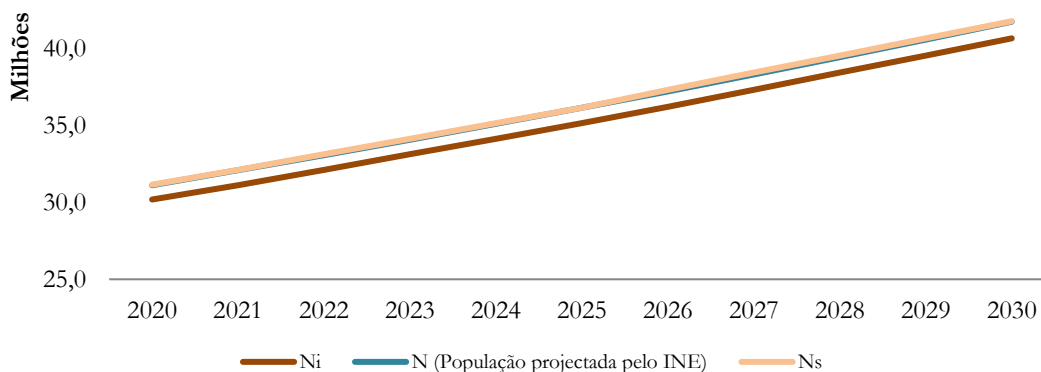


A população projectada pelo INE — Angola para o ano de 2029 é  $N = 40608969$ .

Logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$

**Gráfico n.º.1.3:** Análise comparativa do modelo exponencial intervalar e projecção da população do INE de 2020 a 2030.



Fonte: INE, Angola

Para o caso de Moçambique, a população nesse período decenal assume um intervalo de  $\gamma \in [7,24940; 7,28001]$  para 2020 a  $\gamma \in [9,02972; 9,23340]$  para 2030;

Exemplo 2.1: Aplicar a equação (1) para a população de Moçambique de 2020

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2020,  $\gamma \in [7,24940; 7,28001]$ ;  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 7,24940$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 7,24940 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_i = 29\,246\,167$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 7,28001$  como o limite superior do intervalo,

$$N_s = 7,28001 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

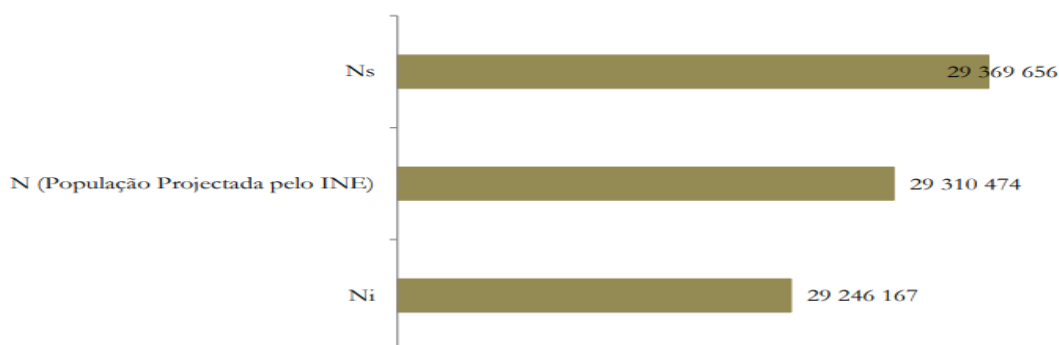
$$N_s = 29\,369\,656$$

A população projectada pelo INE — Moçambique para o ano de 2020 é  $N = 29\,310\,474$ .

Logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$

**Gráfico n.º. 2.1:** Aplicação do modelo na população de Moçambique, 2020



Exemplo 2.2: Aplicação do modelo para população de Moçambique de 2025

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2025,  $\gamma \in [8,04607; 8,23805]$ ;  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 8,04607$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 8,04607 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_i = 32\,460\,143$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 8,22805$ , como o limite superior do intervalo,

$$N_s = 8,22805 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

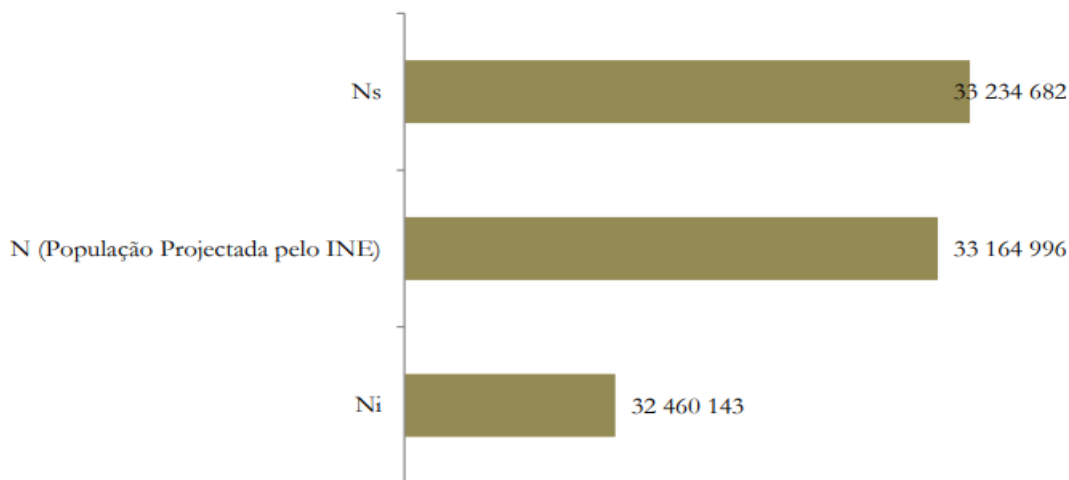
$$N_s = 33\,234\,682$$

A população projectada pelo INE — Moçambique para o ano de 2025 é  $N = 33\,164\,996$ .

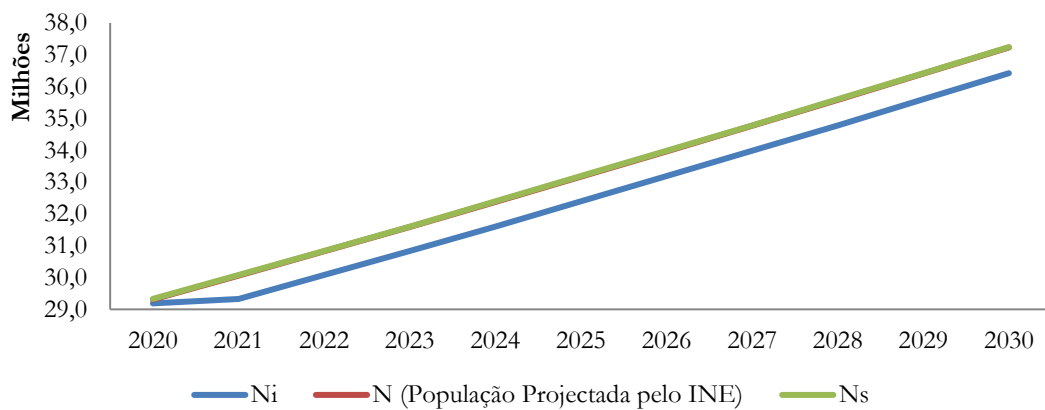
Logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$

**Gráfico 2.2:** Aplicação do modelo na população de Moçambique, 2025



**Gráfico n.º.2.3:** Aplicação do modelo na população de Moçambique, 2025



Fonte: INE, Moçambique

Para o caso de Cabo Verde, a população nesse período decenal assume um intervalo de  $\gamma \in [0,13654; 0,138156]$  para 2020 a  $\gamma \in [0,15270; 0,15432]$  para 2030;

Exemplo 3.1 : Aplicação do modelo para a população de Cabo Verde de 2021

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2021,  $\gamma \in [0,13654; 0,13977]$  e  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 0,13654$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 0,13654 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_i = 557\,361$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 0,139772$  como o limite superior do intervalo,

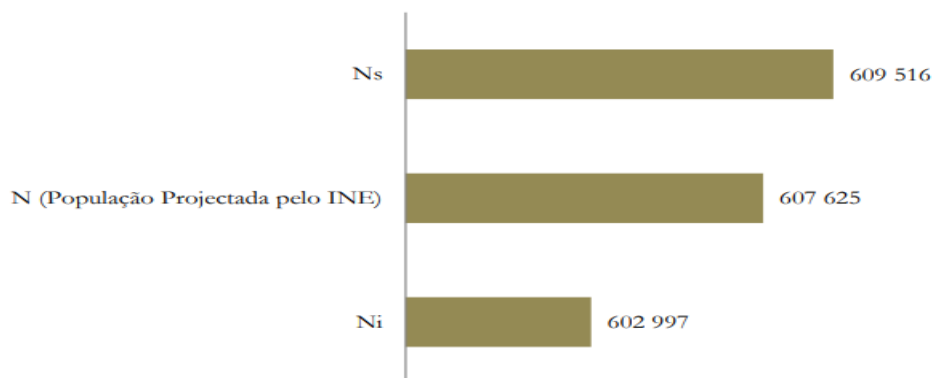
$$N_s = 0,13977 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_s = 563\,880$$

A população projectada pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde para o ano de 2021 é  $N = 563\,198$

Logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$



**Exemplo 3.2:** Aplicação do modelo na população de Cabo Verde de 2028

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2028,  $\gamma \in [0,149468; 0,151084]$ ;  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 0,149468$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 0,149468 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_i = 602\,997$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 0,151084$  como o limite superior do intervalo,

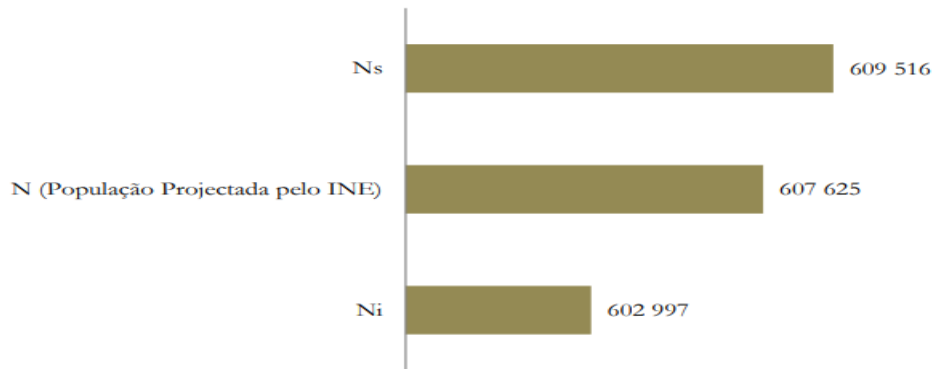
$$N_s = 0,151084 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_s = 609\,516$$

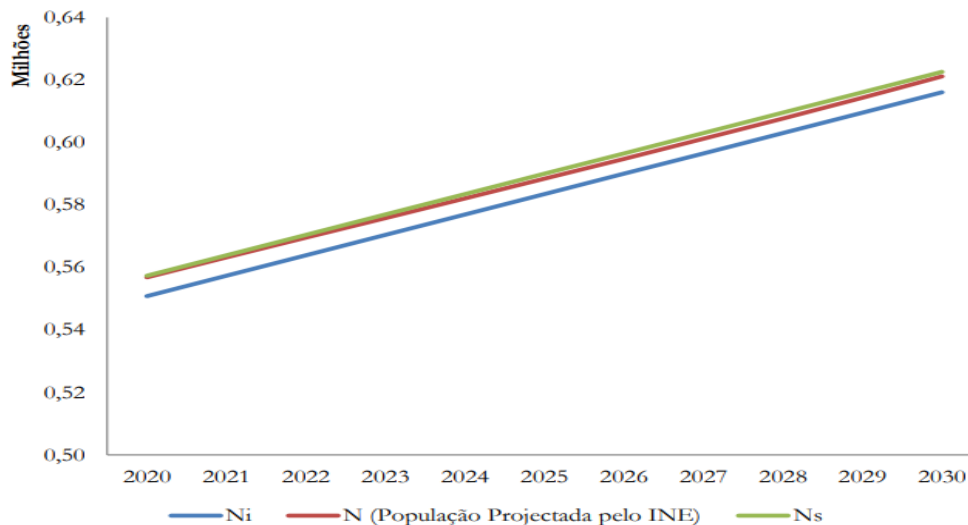
A população projectada pelo INE — Cabo Verde para o ano de 2027 é  $N = 607\,625$ , logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$

**Gráfico n.º 3.2:** Aplicação do modelo na população de Cabo Verde, 2028



**Gráfico n.º 3.3:** Análise comparativa do modelo exponencial intervalar e projecção da população do INE Cabo Verde, 2020–2030



Para o caso da Namíbia, a população nesse período decenal assume o intervalo de  $\gamma \in [0,66174; 0,67236]$  para 2020 a  $\gamma \in [0,79205; 0,81690]$  para 2030;

Exemplo 4.1: Aplicação equação (1) na população da Namíbia para 2022

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2022,  $\gamma \in [0,68718; 0,70242]$ ;  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 0,68718$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 0,68718 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_i = 2\,772\,282$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 0,70242$  como o limite superior do intervalo,

$$N_s = 0,70242 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

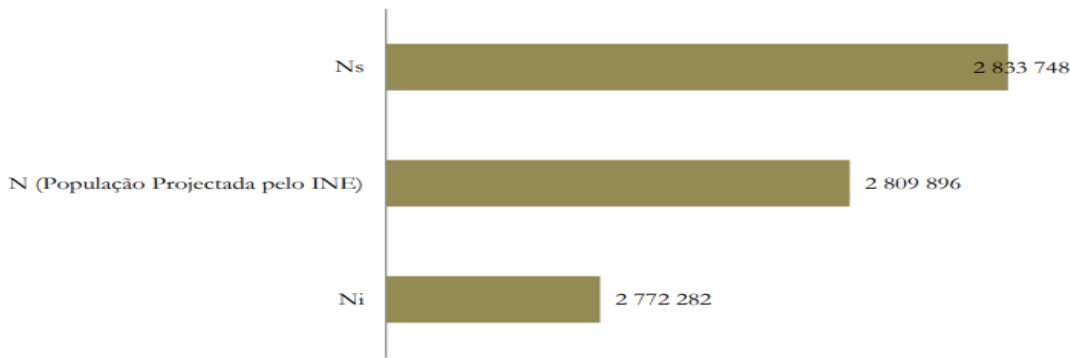
$$N_s = 2\,833\,748$$

A projecção da população do Central Bureau of Statistics da Namíbia para o ano de 2022 é  $N = 2\,809\,896$ .

Logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$

**Gráfico nº. 4.1:** Aplicação do modelo na população da Namíbia, 2022



Exemplo 4.2: Aplicação do modelo na população da Namíbia, 2029

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2029,  $\gamma \in [0,78077; 0,79286]$ ;  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 0,78077$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 0,78077 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_i = 3\ 149\ 861$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 0,79286$  como o limite superior do intervalo,

$$N_s = 0,70242 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

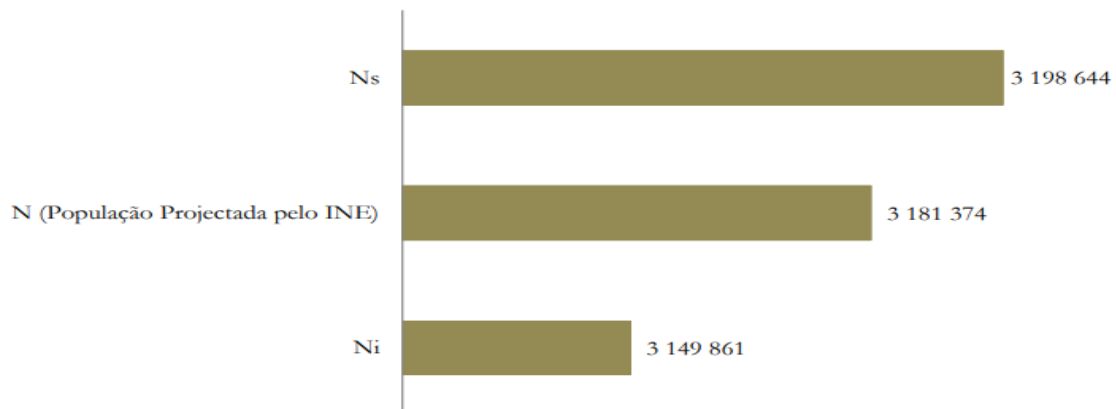
$$N_s = 3\ 198\ 644$$

A projecção da população do Central Bureau of Statistics da Namíbia para o ano de 2029 é  $N = 3\ 181\ 374$ .

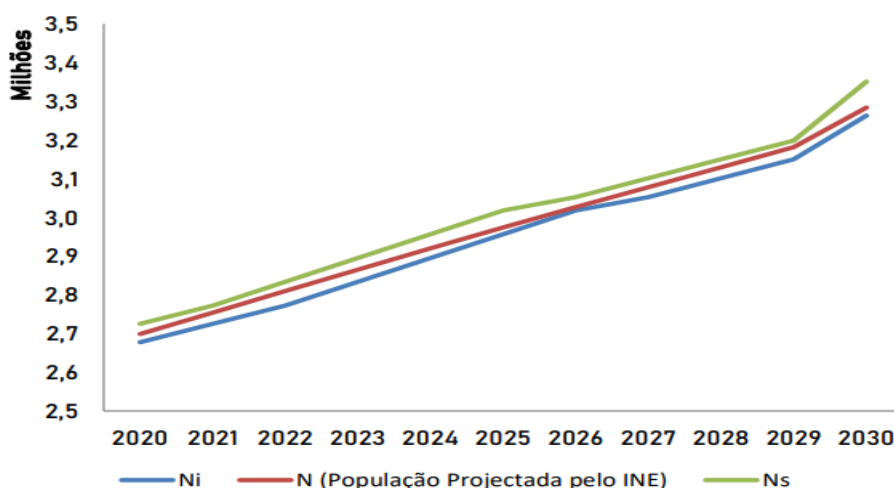
Logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$

**Gráfico nº. 4.2:** Aplicação do modelo na população da Namíbia, 2029



**Gráfico n.º. 4.3:** Análise comparativa do modelo exponencial intervalar e projecção da população Central Bureau of Statistics da Namíbia de 2020–2030



Para São Tomé e Príncipe, a população nesse período decenal assume a variação intervalar de [ ] para 2020 a [ ] para 2030.

Exemplo 5.1: Aplicação do modelo na população de São Tomé e Príncipe, 2021.

Para São Tomé e Príncipe, a população nesse período decenal assume a variação intervalar de  $\gamma \in [0,05196; 0,053001]$  para 2020 a  $\gamma \in [0,06279; 0,06404]$  para 2030.

Exemplo 5.1: Aplicação do modelo na população de São Tomé e Príncipe, 2021

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2022,  $\gamma \in [0,05300; 0,05404]$ ;  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 0,68718$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 0,05300 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_i = 213\ 821$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 0,05404$  como o limite superior do intervalo,

$$N_s = 0,05404 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

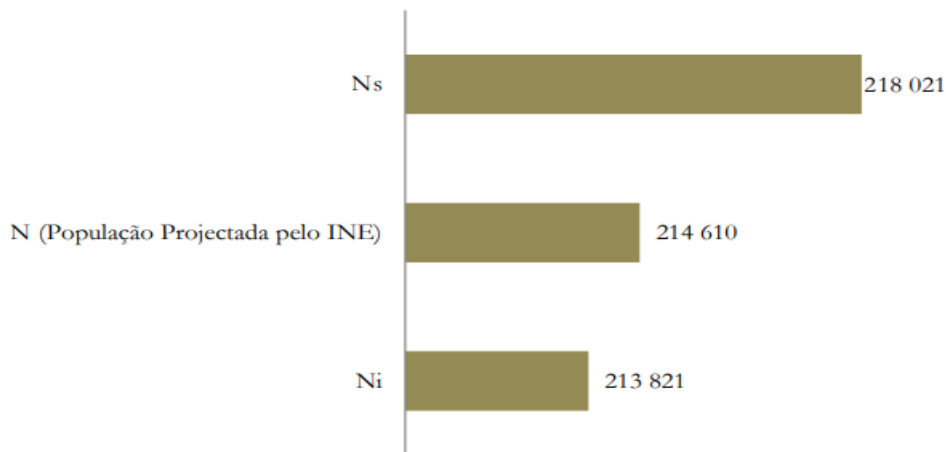
$$N_s = 218\ 021$$

A projecção da população do INE — São Tomé e Príncipe para o ano de 2021 é  $N = 214\ 610$ .

Logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$

**Gráfico n.º 5.1:** Aplicação do modelo na população de São Tomé e Príncipe, 2021



Exemplo 5.2: Aplicação do modelo na população de São Tomé e Príncipe, 2030

$$N = k\gamma e^6$$

Para 2030,  $\gamma \in [0,06279; 0,06404]$ ;  $k = 10^4$ .

Tomado  $\Delta_k = 0,06279$  como o limite inferior do intervalo,

$$N_i = 0,06279 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

$$N_i = 258\ 338$$

Tomado  $\Delta_{k+\delta} = 0,06404$  como o limite superior do intervalo,

$$N_s = 0,06404 * 10^4 * (2,718281828)^6$$

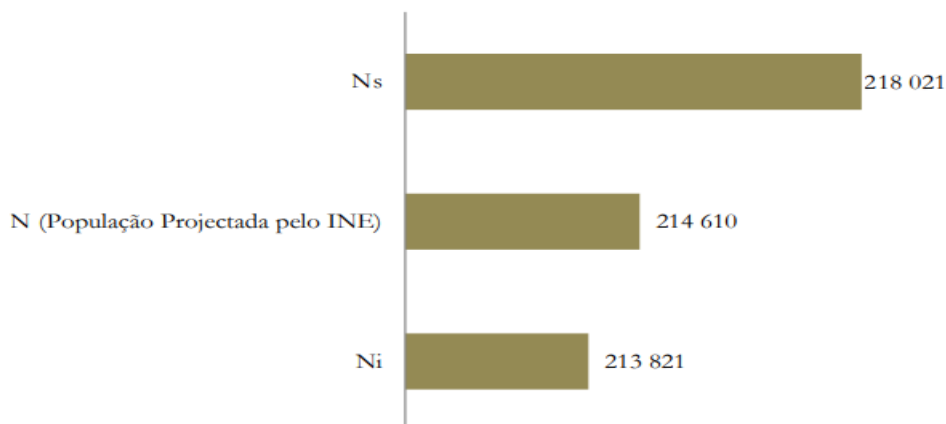
$$N_s = 258\ 338$$

A projecção da população do INE — São Tomé e Príncipe para o ano de 2030 é  $N = 258\ 184$ .

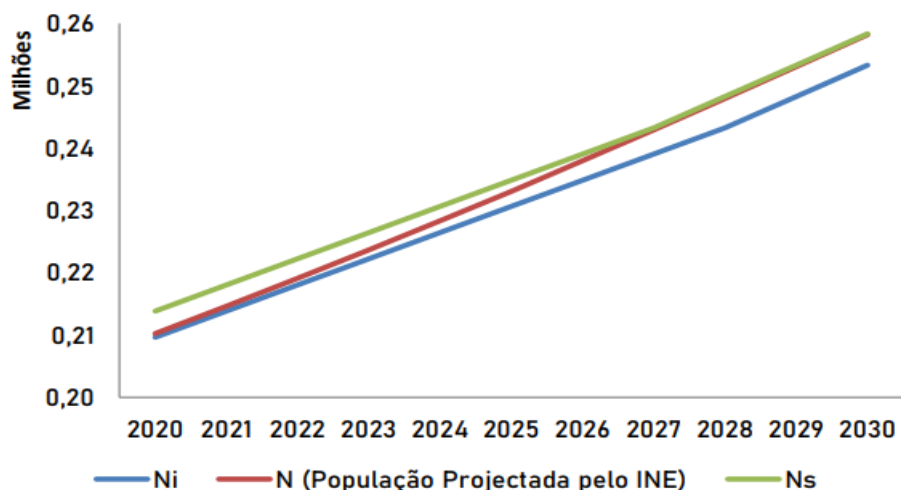
Logo, cumpre-se que

$$N_i < N < N_s$$

**Gráfico 5.1:** Aplicação do modelo na população de São Tomé e Príncipe, 2030



**Gráfico nº.5.3:** Análise comparativa do modelo exponencial intervalar e a projecção da população do INE — São Tomé e Príncipe de 2020 a 2030



#### 4 . Conclusão e Recomendações

Acreditamos que o estudo se apresenta como ferramenta demográfica com desafios e oportunidades para os planos de desenvolvimento estratégico de qualquer sociedade, pois é necessário saber quantos somos, qual a nossa margem de crescimento e, com base nessa informação, desenvolver acções pertinentes.

Tomando como base as projecções desenvolvidas pelos órgãos oficiais de cada país, desenvolveu-se o presente modelo para aplicação no cálculo das estimativas intervalares da população.

Recomendamos a aplicação deste modelo ao cálculo das projecções da população.

#### Agradecimentos

Agradecimentos a AJS Financial Advisory Services e a todos que tornaram possível a publicação deste artigo

**Anexos:** Aplicação do modelo intervalar da projecção da população de 2020 a 2030

$$N = kye^6$$

#### 1. Angola

Quadro 1: Aplicação do modelo na projecção da população de 2020 a 2030

Angola	Ni	Projecção (INE)	Ns
2020	30 196 403	31 127 674	31 166 407
2021	31 127 678	32 097 671	32 136 411
2022	32 136 411	33 086 278	33 145 145
2023	33 145 145	34 094 077	34 153 878
2024	34 153 878	35 121 734	35 162 612
2025	35 162 612	36 170 961	36 171 345
2026	36 236 337	37 243 484	37 350 527
2027	37 350 527	38 340 130	38 464 717
2028	38 464 717	39 461 732	39 578 906
2029	39 578 906	40 608 969	40 693 096
2030	40 693 096	41 777 194	07 285

## 2. Moçambique

Quadro 2: Aplicação do modelo na projecção da população de 2020 a 2030

Moçambique	Ni	Projecção (INE)	Ns
2020	29 187 831	29 310 474	29 329 193
2021	29 329 193	30 061 139	30 079 822
2022	30 079 822	30 822 552	30 837 957
2023	30 837 957	31 593 822	31 596 093
2024	31 596 093	32 374 779	32 392 135
2025	32 392 135	33 164 996	33 188 178
2026	33 189 533	33 964 025	33 985 576
2027	33 985 576	34 770 750	34 781 618
2028	34 781 618	35 584 273	35 601 542
2029	35 601 542	36 403 929	36 421 465
2030	36 421 465	37 228 722	41 389

## 3. Cabo Verde

Quadro 3: Aplicação do modelo na projecção da população de 2020 a 2030

Cabo Verde	Ni	Projecção (INE)	Ns
2020	550 842	556 857	557 361
2021	557 361	563 198	563 880
2022	563 880	569 509	570 400
2023	570 400	575 803	576 919
2024	576 919	582 095	583 439
2025	583 439	588 401	589 958
2026	589 958	594 738	596 478
2027	596 478	601 133	602 997
2028	602 997	607 625	609 516
2029	609 516	614 269	616 036
2030	616 036	621 141	5

#### 4. São Tomé e Príncipe

Quadro 4: Aplicação do modelo na projecção da população de 2020 a 2030

São Tomé e Príncipe	Ni	Projecção (INE)	Ns
2020	209 622	210 240	213 821
2021	213 821	214 610	218 021
2022	218 021	219 078	222 221
2023	222 221	223 648	226 420
2024	226 420	228 319	230 620
2025	230 620	233 030	234 820
2026	234 820	237 958	239 019
2027	239 019	242 917	243 219
2028	243 219	247 951	248 259
2029	248 259	253 043	253 298
2030	253 298	258 184	258 338

#### 5. Namíbia

Quadro 5: Aplicação do modelo na projecção da população de 2020 a 2030

Namíbia	Ni	Central Bureau of Statistics	Ns
2020	2 669 650	2 698 767	2 712 494
2021	2 712 494	2 754 039	2 755 338
2022	2 755 338	2 809 896	2 811 035
2023	2 811 035	2 865 264	2 866 733
2024	2 866 733	2 919 996	2 922 430
2025	2 922 430	2 973 881	2 978 127
2026	2 978 127	3 026 611	3 028 255
2027	3 028 255	3 078 058	3 083 953
2028	3 083 953	3 129 711	3 139 650
2029	3 139 650	3 181 374	3 195 347
2030	3 195 347	3 283 739	3 295 603

## **Bibliografia**

[1] MALTHUS, T. 1798. An Essay on the Principle of Population. Printed for J. Johnson, in St. Paul's Church-Yard, Londres.

[2] VERHULST, P. F. 1838. Notice sur la loi que la population suit dans son accroissement. Correspondances Mathematiques et Physiques, 10, 113–121.

[3] Neyman, J. (1937), "Outline of a theory of statistical estimation based on the classical theory of probability", Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series A, Mathematical and Physical Sciences, vol. 236, n.º 767 (Ag. 30, 1937), pp. 333–380.

[4] Projecção da população 2014–2050, Instituto Nacional de Estatística, Angola, 2016.

[5] Projecção da população 2007–2040, Instituto Nacional de Estatística, Moçambique, 2007.

[6] Population Projections, Central Bureau of Statistics, Republic of Namibia, 2006.

[7] Projecção da população 2007–2040, Instituto Nacional de Estatística, Moçambique, 2007

[8] Projecções Demográficas de Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatística, Cabo Verde, 2010.

[9] Projecções Demográficas de São Tomé e Príncipe: RESUMO DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS, 2012–2035.

[10] Population 2030, Demographic challenges and opportunities for sustainable development planning, Nações Unidas, Nova Iorque, 2015.

[11] Modelagem Matemática Rodney C. Bassanezi.

[12] GUIMARÃES, R. R. Uncertainty in population projections: the state of the art. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, vol. 31, n.º 2, 2014.

[13] ALHO, J.; SPENCER, B. Statistical Demography and Forecasting. United States, Springer, 2005.



## **ARTIGOS DE OPINIÃO**



## Os efeitos de alterações em taxas de câmbio

**Luzizila Pedro**

[luzizilapedro2001@gmail.com](mailto:luzizilapedro2001@gmail.com)

ORCID: 0009-0006-3813-7311

Sem vinculação institucional

**Francisco Faria**

[franciscofaria29.7@gmail.com](mailto:franciscofaria29.7@gmail.com)

Sem vinculação institucional

ORCID: 0009-0003-4051-4559

### Resumo

Deve. As transações em moedas estrangeiras são comuns nas relações de empresas com o mercado internacional. Quando isso ocorre, tais transações devem ser reportadas por uma entidade na sua moeda funcional.

Neste artigo, analisamos a IAS 21 — Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio. Esta norma deve ser aplicada em transações em moeda estrangeira, na consolidação de demonstrações financeiras ao converter as demonstrações financeiras de uma subsidiária para a moeda da empresa-mãe e na conversão de demonstrações financeiras para uma moeda de apresentação diferente da moeda funcional da empresa.

É prática comum de algumas entidades apresentar suas demonstrações financeiras em dólares americanos, mesmo quando a moeda funcional é o Kwanza, que também é a moeda de apresentação. Tal procedimento está fora do âmbito da IAS 21. Portanto, sugerimos a aplicação do ASC 830 do FASB para entidades que optem por essa prática. Acreditamos que empresas que buscam atrair investidores com capital em dólares devem seguir os princípios das normas americanas com o mesmo rigor exigido para empresas que pretendem se listar na Bolsa de Valores dos Estados Unidos.

Numa primeira parte, é apresentado o enquadramento histórico da IAS 21, seguindo-se o desenvolvimento do tema e de um caso prático para o melhor entendimento da apresentação de demonstrações financeiras numa moeda diferente da moeda funcional, culminando com as considerações finais.

**Palavras-chave:** Moeda Funcional; Moeda de Apresentação; Transposição

**A IAS 21, "The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates", do IASB**, originalmente emitida pelo Comité de Normas Internacionais de Contabilidade, em Dezembro de 1983, tem como objectivos: (i) prescrever como se devem incluir transações em moeda estrangeira e unidades operacionais estrangeiras nas demonstrações financeiras de uma entidade e (ii) como se devem transpor demonstrações financeiras para uma moeda de apresentação.

Da formulação desses objectivos está implícito um conjunto de actividades estrangeiras, que se resumem em:

- Levar a cabo transações em moeda estrangeira (compra, vendas, obtenção, concessão de empréstimos, etc.);

- Deter unidades operacionais estrangeiras.

As normas **IFRS** devem ser aplicadas conforme o seu âmbito. A norma é aplicada, conforme descrito no parágrafo 3 da mesma, na contabilização de transações e saldos em moeda estrangeira, na transposição de resultados e da posição financeira de unidades operacionais estrangeiras e ao transpor os resultados e a posição financeira para a moeda de apresentação.

Para efeitos da norma supra, estaremos dentro do seu âmbito quando uma entidade realizar atividades numa moeda que difira da sua moeda funcional (moeda estrangeira) e quando a moeda funcional divergir da moeda local (de apresentação, no caso de Angola, o Kwanza).

Dado o exposto, verificando os requisitos da norma, uma entidade poderá ter, a título de exemplo, a sua moeda funcional como o dólar, devendo aplicar esta norma na conversão das suas demonstrações financeiras para o Kwanza de acordo com as disposições contidas na mesma.

As demonstrações financeiras constituem o documento de excelência para os *stakeholders*, como investidores, bancos, clientes e fornecedores, para efeitos de análises diversas em função do objetivo de análise. Portanto, estas devem ser comparáveis. Tem-se verificado que algumas empresas, apesar de não estarem enquadradas no âmbito desta norma, transpõem as suas demonstrações financeiras para uma moeda diferente do Kwanza (quando esta é a sua moeda funcional), como, por exemplo, o dólar. As motivações para tal são diversas, destacando-se:

- Emissão de ações em bolsas estrangeiras;
- Emissão de obrigações em moeda estrangeira;
- Atração de investidores estrangeiros.

Quando uma entidade está fora do âmbito desta norma, deverá, nos termos do parágrafo 57, divulgar as informações aí contidas. Sendo prática comum a transposição das demonstrações financeiras do Kwanza para o dólar, entendemos que, quando uma entidade o fizer, deverá, com o devido rigor, seguir as disposições da norma americana ASC 830 — Foreign Currency Translation. Isso deve ser feito após suprir as divergências entre o normativo local (IFRS ou PGCA) face ao US-GAAP.

Para efeitos de aplicação das ASC 830, uma entidade deverá seguir os seguintes passos:



Fonte: Adaptado de Martins A. C e Claro C.E.A (2004, p. 23)

De acordo Montandon, *et al.*, p. 3, “a escolha do método a usar não depende da empresa, mas sim do enquadramento da empresa nos parâmetros de cada método”.

Apresentamos de seguida um quadro-resumo das metodologias e finalizamos com uma aplicação prática, admitindo que a moeda da sociedade em análise é estável.

Descrição:	<i>Remeasurement</i>	<i>Translation</i>
Itens monetários	Convertidos pela <u>taxa de venda do dólar no encerramento do exercício</u>	Convertidos pela <u>taxa de venda do dólar no encerramento do exercício</u>
Itens não monetários	Convertidos pela <u>taxa de câmbio do dia da operação</u> , ou seja, a taxa histórica	Convertidos pela <u>taxa de venda do dólar no encerramento do exercício</u>
Contas de resultado	Convertidas pela <u>taxa de câmbio do dia da operação</u> , entretanto, existe a possibilidade da empresa utilizar a taxa média mensal do período, se for impraticável a utilização da taxa do dia da operação. As receitas e despesas associadas a itens não monetários são convertidas pelo dólar histórico.	Idêntico ao <i>Remeasurement</i>
Capital Social	Convertido pela <u>taxa de câmbio do dia da integralização</u>	Idêntico ao <i>Remeasurement</i>
Ajuste da oscilação cambial	Registrado no resultado do exercício, na conta denominada <i>Translation Gain or Loss – TGL</i>	Registrado no Patrimônio Líquido, em uma conta separada, denominada <i>Cumulative Translation Adjustment – CTA</i>

**Fonte:** Mabelle Montandon.

Para o efeito, apresentamos as Demonstrações financeiras da Sociedade JMENATA, SA, em que no final do exercício a taxa de câmbio era de 1,50 USD/Kz, a taxa de câmbio média era de 1,35 USD/Kz e a taxa de câmbio aquando da realização do capital era de 1 USD/Kz.

Balço JMENATA, SA (31/12-N) expressos em milhares de u.m							
	kwanza	tx.c	usd		kwanza	tx.c	usd
AFT	10 000,00	1,5	15 000,00	Capital	6 650,00	1	6 650,00
Depreciações	-5 000,00	1,5	-7 500,00	Reserva de conversão cambial			3 625,00
	5 000,00		7 500,00	RLEX	1 500,00		1 950,00
Inventários	3 000,00	1,5	4 500,00	Capital Próprio	8 150,00		12 225,00
Dívidas a receber	1 000,00	1,5	1 500,00	Dívidas a pagar	1 000,00	1,5	1 500,00
Disponibilidades	150,00	1,5	225,00	Total do Passivo	1 000,00		1 500,00
Asset	<b>9 150,00</b>		<b>13 725,00</b>	Capital Próprio + Passivo	<b>9 150,00</b>		<b>13 725,00</b>

DRE							
	kwanza	tx.c	usd		kwanza	tx.c	usd
CMV	(6.000,00)	1,35	(8.100,00)	Vendas e serviços	10.000,00	1,35	13.500,00
Custos operacionais	(2.000,00)	1,35	(2.700,00)				
Depreciações do período	(500,00)	1,5	(750,00)				
RLEX	1.500,00		1.950,00				

## Conclusão

Na nossa exposição, destacamos a relevância crucial das demonstrações financeiras em representar com precisão a posição financeira de uma entidade. A utilidade e a fiabilidade dessas demonstrações dependem da sua conformidade rigorosa com os normativos contabilísticos e de relato financeiro aplicáveis, os quais devem ser aplicados de maneira estrita e dentro dos respectivos âmbitos.

No contexto deste artigo, propomos uma abordagem alternativa para a conversão de demonstrações financeiras que se encontram fora do escopo da IAS 21, sugerindo a adopção do ASC 830 como uma metodologia viável. A aplicação do ASC 830 visa assegurar que as demonstrações financeiras reflectam fielmente a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, garantindo assim a sua utilidade para um público diversificado, incluindo utentes estrangeiros. Com essa proposta, buscamos não apenas fortalecer a qualidade e a transparência da informação financeira, mas também melhorar a sua comparabilidade e relevância em contexto internacional, atendendo às necessidades específicas de diferentes *stakeholders*.

## **Bibliografia**

International Accounting Standard Board. (2019). IFRS Red Book (s.d.).

Lopes, C. R., Oliveira, D., Pires, J. R., Malaquias, R., Covane, S., Rabaça, B. (2020). Manual de contabilidade: IFRS: Normas internacionais de relato financeiro. Lisboa: Escolar Editora.

Montandon, M. M., Nunes, A. A. A., Maques, J. A. V. C., (2004). Conversão de Demonstrações Contábeis pelo SFAS 52. Rio de Janeiro, Brasil: Aracruz Celulose, SA.



## A adopção das IAS/IFRS e impactos fiscais — Locações

Alberto Vunge

[alberto.vunge89@gmail.com](mailto:alberto.vunge89@gmail.com)

Sem vinculação institucional

ORCID: 0000-0002-3305-0202

### 1. Introdução

A partir do exercício financeiro de 2019, foi introduzido um novo normativo contabilístico e de relato financeiro para os contratos de locação. Desta alteração resultam, principalmente, nova modalidade de registo contabilístico e relato financeiro nos contratos de locação de natureza operacional para os locatários, isto é, a parte passiva no contrato de arrendamento. Este passa, à luz deste normativo, a registar, no princípio do contrato, activos por direito de uso e o correspondente passivo, cujos montantes equivalem ao valor justo, hoje, dos fluxos financeiros que se espera serem produzidos ao longo da vigência do contrato, contrariamente ao modelo anterior, que apenas resulta em registo periódico de custos com as rendas, para o locatário, à medida que este fosse consumindo os benefícios do activo arrendado.

Com a adopção do novo referencial normativo contabilístico, os custos para o locatário resultam da amortização do direito de uso e da taxa de juro implícita no financiamento via locação operacional.

Este exercício visa demonstrar, na base da apresentação de um caso hipotético, as amplificações fiscais da adopção do novo normativo contabilístico internacional que governa o bem da locação, com realce para os contratos que contenham locação operacional

### 2. IFRS 16 — Locação e implicações fiscais

Uma das alterações vertidas com a revisão do normativo contabilístico internacional que governa o tema das locações é a uniformização, verificados os critérios definidos na IFRS16 (não pretendemos abordar tecnicamente e em profundidade a norma) da contabilização para o locatário, bem como dos contratos de *leasing* financeiro e operacional. Passamos a ter um modelo de contabilização uniformizado para as duas modalidades de *leasing* referidas.

No referencial contabilístico anterior (IAS17 — Locações), para os contratos de *leasing* operacional, por exemplo num contrato de arrendamento imóvel, o locatário reconhecia os custos à medida que consumia os benefícios do contrato de arrendamento. Com a adopção da IFRS16, para esta mesma realidade, e cumpridos os critérios definidos na norma, o locatário reconhece, à partida, um activo e um passivo, que estribam, hoje, os montantes totais (elegíveis, *apud* a norma IFRS16), equivalentes ao valor global dos fluxos de exfluxo de caixa durante a vigência do contrato de arrendamento, expurgados de quaisquer pagamentos ou adiamentos feitos, no caso da componente do passivo. Estando o passivo de locação mensurado ao justo valor, na mensuração inicial, e ao custo amortizado, na mensuração subsequente, este será incrementando gradativamente por uma componente de juros. Assim, periodicamente, os custos do contrato de arrendamento contarão com uma componente de juro (mas classificável como custo operacional).

Tecnicamente, para um contrato de arrendamento que contém locação, à luz da IFRS16, os fluxos financeiros são independentes da adopção ou não dos princípios da IFRS16. Já as implicações, do ponto de vista de custos (dinâmica patrimonial) são afectadas por esta “opção” (designo-a desta forma porque há sectores de actividades, como petróleo, *grosso modo* no *upstream*, que acabam por adoptar, para determinados contratos, as IFRS16, mesmo não havendo essa exigência, mas porque torna apropriadas as contas das entidades). Este impacto, entretanto, é temporário, na medida que, no final, os custos incorridos com as rendas serão iguais numa ou noutra abordagem. Teremos aqui diferenças temporárias, sendo que inicialmente a entidade registará custos maiores no modelo IFRS16 e, numa segunda fase, menos custos na abordagem IFRS16 em relação ao modelo pré-IFRS16.

Vejamos um caso para dar tangibilidade à teórica apresentada acima.

Uma entidade entrou num contrato de arrendamento de escritório com as seguintes características (o contrato contém locação):

- Rendas mensais — kz 250 000,00;
- Duração do contrato — 2 anos;
- Taxa de juro incremental — 3%/mês.

De acordo com os dados acima, à luz da IFRS16, a entidade registaria activo e passivo por direito de uso nos seguintes montantes:

Usando a taxa de desconto de 3%/mês:

$$\begin{aligned} \text{Passivo de locação} &= 4110902,10 \\ \text{Activo por direito de uso} &= 4360902,10 \end{aligned}$$

Abaixo apresentamos o mapa do custo amortizado para efeitos do cálculo da componente de financiamento (juro) e a mensuração subsequente do passivo de locação ao custo amortizado

Período	CA inicial	Juros	Caixa	CA final	Amortização Activo por direito de uso	Custo em P&L Base IFRS16	Custo em P&L sem IFRS16	GAP
0	4 360 902,10	0,00	-250 000,00	4 110 902,10	0,00	0,00	0,00	0,00
1	4 110 902,10	123 327,06	-250 000,00	3 984 229,16	181 704,25	305 031,32	250 000,00	55 031,32
2	3 984 229,16	119 526,87	-250 000,00	3 853 756,03	181 704,25	301 231,13	250 000,00	51 231,13
3	3 853 756,03	115 612,68	-250 000,00	3 719 368,72	181 704,25	297 316,94	250 000,00	47 316,94
4	3 719 368,72	111 581,06	-250 000,00	3 580 949,78	181 704,25	293 285,32	250 000,00	43 285,32
5	3 580 949,78	107 428,49	-250 000,00	3 438 378,27	181 704,25	289 132,75	250 000,00	39 132,75
6	3 438 378,27	103 151,35	-250 000,00	3 291 529,62	181 704,25	284 855,60	250 000,00	34 855,60
7	3 291 529,62	98 745,89	-250 000,00	3 140 275,51	181 704,25	280 450,14	250 000,00	30 450,14
8	3 140 275,51	94 208,27	-250 000,00	2 984 483,77	181 704,25	275 912,52	250 000,00	25 912,52
9	2 984 483,77	89 534,51	-250 000,00	2 824 018,28	181 704,25	271 238,77	250 000,00	21 238,77
10	2 824 018,28	84 720,55	-250 000,00	2 658 738,83	181 704,25	266 424,80	250 000,00	16 424,80
11	2 658 738,83	79 762,17	-250 000,00	2 488 501,00	181 704,25	261 466,42	250 000,00	11 466,42
12	2 488 501,00	74 655,03	-250 000,00	2 313 156,03	181 704,25	256 359,28	250 000,00	6 359,28
13	2 313 156,03	69 394,68	-250 000,00	2 132 550,71	181 704,25	251 098,93	250 000,00	1 098,93
14	2 132 550,71	63 976,52	-250 000,00	1 946 527,23	181 704,25	245 680,78	250 000,00	-4 319,22
15	1 946 527,23	58 395,82	-250 000,00	1 754 923,05	181 704,25	240 100,07	250 000,00	-9 899,93
16	1 754 923,05	52 647,69	-250 000,00	1 557 570,74	181 704,25	234 351,95	250 000,00	-15 648,05
17	1 557 570,74	46 727,12	-250 000,00	1 354 297,86	181 704,25	228 431,38	250 000,00	-21 568,62
18	1 354 297,86	40 628,94	-250 000,00	1 144 926,80	181 704,25	222 333,19	250 000,00	-27 666,81
19	1 144 926,80	34 347,80	-250 000,00	929 274,60	181 704,25	216 052,06	250 000,00	-33 947,94
20	929 274,60	27 878,24	-250 000,00	707 152,84	181 704,25	209 582,49	250 000,00	-40 417,51
21	707 152,84	21 214,59	-250 000,00	478 367,42	181 704,25	202 918,84	250 000,00	-47 081,16
22	478 367,42	14 351,02	-250 000,00	242 718,45	181 704,25	196 055,28	250 000,00	-53 944,72
23	242 718,45	7 281,55	-250 000,00	0,00	181 704,25	188 985,81	250 000,00	-61 014,19
24	0,00	0,00	0,00	0,00	181 704,25	181 704,25	250 000,00	-68 295,75
					<b>Total</b>	<b>6 000 000,00</b>	<b>6 000 000,00</b>	<b>0,00</b>

Do quadro acima, podemos notar, por exemplo, para o 1.º mês do contrato, que o custo do contrato de arrendamento no modelo IFRS16 excede em kz 55 031,32 o custo do arrendamento pelo modelo tradicional

### 3. Conclusão

Do exercício acima urge a seguinte questão:

Há razões para ajustamentos fiscais?

Num cenário em que se pretenda a tributação do rendimento efectivo, fica claro que o custo efectivo referente ao 1.º mês para o contrato de arrendamento é de kz 250 mil, e não de kz 305 031,32 apurados no modelo IFRS16, que adopta a mensuração subsequente ao custo amortizado, com implicações em desfasamento em relação ao custo efectivo.

A meu ver, numa perspectiva de efectividade, a aceitação de kz 305 031,32 como custo distorceria o resultado da entidade na perspectiva fiscal. O custo efectivo do benefício do primeiro mês de renda é de kz 250 000,00.

Nesta perspectiva, seria este último o custo fiscalmente relevante. De igual modo, teria de haver, na contabilidade, registos que permitissem o registo do diferimento do excesso sobre os 250 mil Kwanzas de custos efectivos no primeiro mês.

De notar que, a partir do 13.º mês, os custos na perspectiva contabilística são inferiores àqueles tidos quando ignorado o novo normativo.



## Índice de desenvolvimento dos municípios: análise criteriosa dos indicadores e suas dimensões

**Herinelto Casimiro e Nelson Cândido**

[herineltocasimiro@hotmail.com](mailto:herineltocasimiro@hotmail.com)

Sem vinculação institucional

[inefavel48@hotmail.com](mailto:inefavel48@hotmail.com)

ORCID: 0000-0003-4446-4344

ORCID: 0009-0003-5886-9526

### Resumo

O desenvolvimento de qualquer comunidade se revela pelos resultados que garantam o bem-estar de seus cidadãos. O objectivo desse estudo é apresentar uma caracterização metodológica para o cálculo do Índice de Desenvolvimento dos Municípios (IDM), na definição de indicadores e dimensões que o compõem. Procura-se, dessa forma, responder à necessidade de comparação e distribuição de receitas para o desenvolvimento das localidades. Como sabemos, cada município apresenta graus de diferenciação em suas dimensões sociais, demográficas, económicas, ambientais, tecnológicas e culturais. Parte-se do entendimento de que qualquer metodologia de estimação e análise do nível de desenvolvimento, para aferir a situação actual e as transformações ocorridas nos municípios, deve ser capaz de abarcar essa diversidade com base em dimensões e indicadores multivariados. Essa proposta metodológica consiste na recolha e sistematização de indicadores representativos de cada uma das dimensões que reflectem o desenvolvimento municipal e permitam a realização de avaliações rápidas, bem como uma análise comparativa dos níveis de desenvolvimento dos diferentes municípios.

**Palavra-chave:** Índice; Desenvolvimento; Município.

### Abstract

The development of any community is revealed by the results that ensure the well-being of its citizens. The objective of this study is to present a methodological characterization for calculating the Municipal Development Index (IDM), in the definition of indicators and dimensions that comprise it. In this way, it seeks to respond to the need for comparison and distribution of revenues for the development of localities. As we know, each municipality presents degrees of differentiation in its social, demographic, economic, environmental, technological and cultural dimensions. It is understood that any methodology for estimating and analyzing the level of development, to assess the current situation and the transformations that have occurred in the municipalities, must be able to encompass this diversity based on multivariate dimensions and indicators. This methodological proposal consists of collecting and systematizing indicators representative of each of the dimensions that reflect municipal development and allow for rapid assessments, as well as a comparative analysis of the levels of development of the different municipalities.

**Keyword:** Index; Developmen; Municipality.

## **1. Introdução**

Depois de alcançada a paz em 2002, e com o preço do petróleo em alta nos mercados internacionais nos anos a seguir a este, as políticas voltadas para o desenvolvimento estiveram historicamente vinculadas a uma noção de progresso económico, no qual o conceito de desenvolvimento foi sistematicamente tratado como sinónimo de crescimento económico. Tal noção baseou-se em projecções e avaliações quantitativas, apoiado numa visão de superioridade de um crescimento monetário, no qual as condições de vida da grande maioria da população seriam, no máximo, resultado periférico das políticas adoptadas.

O país necessita de um modelo de desenvolvimento que diminua a pobreza, distribua renda e crie um modelo de desenvolvimento sustentável, nos mais variados domínios, que articule políticas de crescimento económico com valorização do trabalho, que promova distribuição de renda e justiça social, geração de emprego e democratização das relações de trabalho.

O desenvolvimento que o mundo tem vivenciado nas últimas décadas nas mais variadas áreas, conjugado com o crescimento populacional, impera nas dinâmicas das sociedades e gera um conjunto de necessidades que devem ser observadas e quantificadas, para que as soluções sejam impactantes. Por isso, a inserção da participação da sociedade civil nas políticas e projectos de desenvolvimento vem sendo motivo de discussões constantes, por serem consideradas peças fundamentais na construção e no aprofundamento das valências para desenvolvimento local.

### **1.1. Objectivo**

O objectivo geral deste trabalho é definir um índice de desenvolvimento municipal que responda à nossa necessidade para a avaliação das condições de bem-estar dos habitantes em cada município. Este estudo leva em conta que a política de desenvolvimento municipal demanda um acúmulo permanente e consistente de trabalhos de investigação, pesquisa e aplicação de novos instrumentos de análise. Além disso, a política de desenvolvimento municipal implantada não considera unicamente a escala espacial, pois o território passa a ser uma nova escala intermediária que contempla dimensões múltiplas, entre as quais se privilegiam as variáveis sociais, económicas, ambientais culturais e outras.

### **1.2. Resultados esperados**

Os resultados deste trabalho podem contribuir para o debate sobre o desenvolvimento municipal nas suas perspectivas teórica e aplicada. Para além dos resultados imediatos derivados deste trabalho, acredita-se também nas potencialidades de construção e aplicação de metodologias de avaliação de desenvolvimento municipal como uma preocupação a ser difundida no meio académico. Portanto, percebe-se nesta iniciativa uma possibilidade de fortalecer a interacção entre investigadores, universidades e as esferas do governo.

## **2. Porque o território como escala?**

É fundamental tomar o território — aqui entendido como uma dimensão espacial intermediária entre os municípios — como escala de monitoramento dos processos de desenvolvimento e formulação de políticas e iniciativas por seguintes motivos. Primeiro, porque um dos principais traços do desenvolvimento é a questão da desigualdade; desigualdade que se expressa em termos de classes e grupos sociais, em termos de género e também em termos espaciais. Por isso, para além das grandes tendências nacionais, é preciso interrogar como elas se repercutem diferenciadamente nas várias regiões. É isso que pode permitir uma leitura mais precisa da heterogeneidade dos municípios. Segundo, porque é importante focalizar os processos de desenvolvimento em uma escala que permita verificar como as relações sociais, envolvendo pessoas, instituições e organizações, influenciam a direcção assumida por esses processos. As teorias mais recentes têm destacado esse aspecto valendo-se da noção de capital social, isto é, procurando mostrar como a posse de determinados tipos de relações entre agentes pode ser mobilizada em diferentes direcções, afectando com isso as possibilidades dos grupos sociais ali existentes. Terceiro, porque o movimento de descentralização das políticas públicas está projectado para

a atribuição das responsabilidades à esfera local. E, como os municípios são, muitas vezes, excessivamente reduzidos para dar conta de dinâmicas económicas e sociais, a escala territorial emerge como a mais pertinente para se pensar o desenho de políticas e processos com esse intuito.

Como o sistema de indicadores pode ajudar a definição de agendas e a elaboração de políticas?

Um índice de desenvolvimento municipal é uma ferramenta que pode se mostrar de grande utilidade para qualquer organismo governamental ou da sociedade civil que pretenda ser um agente dos processos de desenvolvimento pelo simples facto de permitir um monitoramento da evolução destes indicadores ao longo do tempo. Especificamente no caso de organizações sociais, pode ajudar a melhorar o desenho das políticas ao permitir uma leitura mais precisa dos contrastes espaciais e, com isso, contribuir para a elaboração de agendas melhor circunstanciadas.

### **3. Definição das dimensões e indicadores**

O IDM consiste numa medida que resume as diversas dimensões do desenvolvimento do município: Social, Demográfica, Económica, Ambiental, Cultural e Tecnológica. Mede os progressos registados, em média, num determinado município, nas dimensões expostas acima.

O IDM é composto por 19 indicadores, e o seu cálculo permite a obtenção de um índice de desenvolvimento municipal a partir de um conjunto de seis dimensões, conforme esclarecidos a seguir:

Dimensão social: está relacionada com o nível de qualidade de vida da população, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, o nível de educação e as condições básicas à sobrevivência humana. A dimensão social é composta pelos seguintes indicadores:

- Taxa de alfabetismo na população dos 15 anos ou mais;
- Taxa líquida de frequência escolar;
- Taxa de mortalidade de menores de 5 anos por 1000 nados-vivos;
- Proporção da população com acesso a energia eléctrica;
- Número de leitos hospitalares por 1000 habitantes;
- Densidade e distribuição do trabalhador de saúde.

Dimensão demográfica: envolve a quantificação e análise dos níveis e padrões de demografia de uma localidade. A dimensão demográfica é composta pelos seguintes indicadores:

- Densidade demográfica (habitantes por km<sup>2</sup>);
- Taxa de dependência;
- Taxa de urbanização do município;

Dimensão económica: evidencia o desempenho das políticas da geração e conservação dos empregos. A dimensão económica possui apenas um indicador que é a taxa de emprego.

- Taxa de emprego.

Dimensão ambiental: esta dimensão menciona a garantia dos recursos naturais, a sua correcta utilização e aperfeiçoamento de seu uso, bem como a degradação do ambiente. A dimensão ambiental é composta pelos seguintes indicadores:

- Proporção da população com acesso às instalações de saneamento básico melhorado;
- Proporção da população com acesso aos serviços de recolha de resíduos sólidos;
- Proporção da população com acesso a água potável.

Dimensão tecnológica: evidencia os acessos aos serviços de tecnologia de informação e comunicação. A dimensão tecnológica é composta pelos seguintes indicadores:

- Taxa de cobertura de rede a nível do município;
- Proporção da população com acesso a telemóvel;
- Proporção da população com acesso a internet.

Dimensão cultural: evidencia a identidade cultural da localidade, certificando as evidências de uma população que tenha acesso a eventos culturais e que possa, por intermédio disso, aumentar sua capacidade intelectual e conhecimento acerca de si próprio e do espaço que a envolve. A dimensão cultural é composta pelos seguintes indicadores:

- Rácio de bibliotecas por 100 000 habitantes;
- Rácio de centros polidesportivos e estádios por 100 000 habitantes;
- Rácio de cinemas/teatro por 10 000 habitantes;
- Rácio de Instituições do ensino superior por 100 000 habitantes.

No Quadro nº. 1 estão relacionadas as supracitadas dimensões que compõem o IDM, com os respectivos indicadores.

<b>Quadro nº. 1: Dimensões e indicadores do IDM</b>		
<b>Dimensão</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Peso do indicador</b>
Social	Taxa de alfabetismo na população dos 15 anos ou mais	1/6
	Taxa líquida de frequência escolar	1/6
	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos por 1000 nados-vivos	1/6
	Proporção da população com acesso a energia eléctrica	1/6
	Número de leitos hospitalares por 1000 habitantes	1/6
	Densidade e distribuição do trabalhador de saúde	1/6
Demográfica	Densidade demográfica (habitantes por km <sup>2</sup> );	1/3
	Taxa de dependência	1/3
	Taxa de urbanização	1/3
Económica	Taxa de emprego	1
Ambiental	Proporção da população com acesso aos serviços de saneamento básico;	1/3
	Proporção da população com acesso aos serviços de recolha de resíduos sólidos;	1/3
	Proporção da população com acesso a água potável	1/3
Tecnológica	Taxa de cobertura de rede a nível do município;	1/3
	Proporção da população com acesso a telemóvel;	1/3
	Proporção da população com acesso a internet	1/3
Cultural	Rácio de bibliotecas por 10 000 habitantes;	1/3
	Rácio salas de cinemas/teatro por 100 000 habitantes;	1/3
	Rácio de Instituições do ensino superior por 100 000 habitantes.	1/3

Escalas de IDM: Índice varia de 0 a 1 em termos de nível de desenvolvimento

- 0,0000 — 0,2499 Crítico
- 0,2500 — 0,4999 Alerta
- 0,5000 — 0,7499 Aceitável
- 0,7500 — 1,000 Ideal

#### 4. Metodologia

A metodologia proposta para elaboração do IDM é a de avaliar os níveis de desenvolvimento nos municípios, considerando os critérios mundialmente utilizados para a escolha dos indicadores de desenvolvimento e as especificidades de enfoque no desenvolvimento local.

A selecção de indicadores propostos neste artigo foi realizada em três etapas:

- a) Adopção da base do censo 2014 pela abrangência dos dados, seleccionando os temas dentro de cada uma das dimensões do IDM;
- b) Definição de indicadores e padronização das variáveis para torná-las comparáveis e passíveis de agregação em um indicador sintético dentro de cada uma das dimensões;
- c) Classificação dos resultados obtidos para os municípios por indicador e por dimensão, gerando assim um *ranking* através dos resultados obtido pelo IDM.

#### 5. Formulação do IDM

Para a composição do IDM é necessário calcular os índices de cada dimensão (ver quadro 1). O IDM é expresso pela fórmula abaixo:

$$\frac{I_S + I_D + I_E + I_A + I_T + I_C}{6}$$

Onde:

$I_S$ : Índice social

$I_D$ : Índice demográfico

$I_E$ : Índice económico

$I_A$ : Índice ambiental

$I_T$ : Índice tecnológico

$I_C$ : Índice cultural

#### 6. Conclusão

A inserção da participação da sociedade civil nas políticas e projectos de desenvolvimento vem sendo motivo de discussões constantes, por serem consideradas peças fundamentais na construção e no aprofundamento da democracia. Sabe-se, entretanto, que, mesmo que os cidadãos tenham o direito de se organizarem e fortalecerem os processos desenvolvimento, as condições que favorecem este envolvimento ainda são questionadas por falta de condições favoráveis. A metodologia do IDM proposta mostra-se viável, a sua utilização permitirá alcançar o objectivo pretendido, bem como realizar uma análise do desenvolvimento municipal de forma mais legítima, uma vez que tomou como base as especificidades locais e as reais necessidades dos municípios.

Como pôde ser constatada no decorrer da fundamentação teórica, a ênfase nos fracassos dos projectos de desenvolvimento deve-se, em grande parte, à falta de diálogo permanente com a sociedade, que permita assim estabelecer directrizes e estratégias capazes de minimizar os entraves do desenvolvimento local.

Certamente, pretende-se com este estudo tentar suprir uma lacuna dos diversos sistemas de indicadores existentes e mostrar que é possível inserir a sociedade na elaboração de directrizes que auxiliem a caracterização do desenvolvimento municipal.

#### 6. Recomendações

O Censo 2014 possui uma base robusta que contém informações das mais variadas dimensões a nível do município, por isso recomendo a aplicação desta ferramenta para aplicabilidade do modelo do IDM aqui

apresentado tendo em atenção a sua abrangência e a realização de um levantamento de dados administrativos que possam complementar a informação para o cálculo do IDM.

## Definições e Conceitos

- **Alfabetismo:** Refere-se à população com 15 ou mais anos que sabe ler e escrever. O indicador representa a proporção da população que sabe ler e escrever.
- **Taxa líquida de frequência escolar:** Refere-se à população em idade escolar e que esteja a frequentar um determinado nível de escolaridade. O indicador representa a proporção da população que frequenta a escola.
- **Mortalidade crianças menores de 5 anos por 1000 nados-vivos:** Refere-se à probabilidade de uma criança nascida em um período específico morrer antes de completar 5 anos de idade, expressas por 1000 nados-vivos. O indicador é a taxa de número de mortes dos 0 aos 5 anos e população da mesma idade (são usadas para calcular as taxas de mortalidade que são então convertidas em probabilidade de morte específica por idade).
- **Acesso a energia eléctrica:** Refere-se a população com acesso a energia eléctrica. O indicador representa a proporção desta população com acesso a energia eléctrica.
- **Número de leitos hospitalares (n.º por 10 000 habitantes):** Refere-se ao número de leitos hospitalares *per capita*. O indicador é a taxa de leitos hospitalares por 1000 habitantes (em relação a um limite máximo de 18 por 1000 habitantes).
- **Densidade e distribuição do trabalhador de saúde:** Refere-se ao número de médicos, incluindo generalistas e médicos especialistas, para cada 1000 pessoas. O indicador é a taxa (médicos, enfermeiros, parteiras) por 1000 habitantes.
- Densidade demográfica (habitantes por km<sup>2</sup>);
- Taxa de dependência;
- Taxa de urbanização (razão entre população urbana e população total, em %);
- Razão entre população masculina e população feminina (razão, sempre dividindo o menor valor pelo maior, tal que o resultado é menor ou igual à unidade).

**Emprego:** São definidas como todas pessoas em idade activa (15 ou mais anos) que, durante um curto período de referência (como um dia ou uma semana), estavam envolvidas em qualquer actividade para produzir bens ou prestar serviços remunerados em dinheiro ou em espécie.

- **Acesso aos serviços de saneamento básico:** Refere-se à população que usa as instalações e serviços de saneamento melhorado e com gestão segura. O indicador representa a proporção desta população com acesso aos serviços de saneamento.
- **Acesso aos serviços de recolha de resíduos sólidos:** Refere-se à população com acesso aos serviços de recolha dos resíduos sólidos. O indicador representa a proporção desta população com acesso aos serviços de recolha de resíduos sólidos.
- **Acesso a água:** Refere-se à população que usa uma fonte básica de água potável melhorada (apropriada), localizada nas dependências, disponível quando necessário e livre de contaminação fecal (e de produtos químicos prioritários). O indicador representa a proporção desta população com acesso a água.
- **Cobertura de rede a nível do município:** Refere-se à área do município com cobertura de sinal de rede. O indicador representa a proporção da área deste município com cobertura de rede.
- **Uso de telemóvel:** Refere-se à população com 12 ou mais anos que usa telemóvel. O indicador representa a proporção desta população que utiliza telemóvel;

- **Acesso a internet:** Refere-se à população com 12 ou mais anos que tem acesso a Internet. O indicador representa a proporção desta população que tem acesso a Internet telemóvel;
- **Bibliotecas:** Refere-se à existência ou não de biblioteca (física e/ou virtual) no município. O indicador representa a proporção da população no município com acesso a biblioteca).
- **Centros polidesportivos e/ou estádios:** Refere-se à existência ou não de Centros polidesportivos e/ou estádios no município. O indicador representa a proporção da população no município com acesso aos Centros polidesportivos e/ou estádios).
- **Cinema/Teatro:** Refere-se à existência ou não de salas de cinema/teatro no município. O indicador representa a proporção da população no município com acesso ao cinema/teatro

**Instituições de ensino superior:** Refere-se à existência ou não de instituições do ensino superior no município. O indicador representa a proporção da população no município com acesso às instituições do ensino superior.

## Bibliografia

1. Instituto Nacional de Estatística (INE). Resultados definitivos, do Recenseamento Geral da População e Habitação, 2014.
2. VILANCULOS, Alfeu Jacinto e ROSÁRIO, Nelson Maria. O Índice Territorial de Desenvolvimento Humano para o Distrito de Chibuto — Moçambique.
3. UN Habitat, primeiro módulo de capacitação sobre a localização dos ODS, conferencia nacional de municípios, Brasil, 2016.
4. CÂNDIDO, G. A. A Aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistémica: Um estudo comparativo entre regiões produtoras de calçados no Brasil. 2004. Tese (Concurso Professor Titular) — Departamento de Administração e Contabilidade do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, 2004.
5. BARTELMUS, P. Towards a framework for indicators of sustainable development. Working Papers Series n. 7. Nova Iorque: United Nations, 1994.
6. BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
7. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
8. Banco Mundial. World Development Indicators. Washington, D.C 2003.
9. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2006.
10. FAVARETO, Arilson e MAGALHÃES, Reginaldo Índice de desenvolvimento territorial: estudos de aplicabilidade, 2007.
11. NAÇÕES UNIDAS (NU). *Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies*. 3.<sup>a</sup> ed. Nova Iorque: NU, Out. 2007.



## **TRABALHO DE ALUNO**



## Taxa de inflação e importação numa perspectiva econométrica

Demilson Tomé

[demilsonsotome77@gmail.com](mailto:demilsonsotome77@gmail.com)

Sem vinculação institucional

ORCID: 0009-0005-5466-5918

### Resumo

A presente pesquisa visa estudar a regressão linear entre a taxa de inflação e o volume de importação no período de 2010 a 2022, pelo método hipotético-dedutivo. O artigo traz consigo o modelo quantitativo, modelo econométrico. Assim, o procura desvendar, com uma linguagem fácil, a regressão linear entre a taxa de inflação e o volume de importações, com recursos a técnicas de análise de registos e documentos, e o uso do software Eviews para o tratamento dos dados, procurando validar a hipótese de que o volume de importação contribuiu para explicar a variação do nível geral de preços. O artigo usa o nível de significância de 5% para todos os casos de análise.

**Palavras-chave:** Regressão, Correlação, Taxa de Inflação, Importação

### Abstract

This research aims to study the linear regression between the inflation rate and the import volume in the period from 2010 to 2022, the article brings with it the quantitative model, equating an econometric model, between the inflation rate and the volume of imports, the 5% level of significance was used for all cases of analysis. Analysis using record and document analysis techniques, and the use of Eviews software for data processing, under the hypothesis that the import volume contributed to explaining the variation in the general price level.

**Keywords:** Regression, Correlation, Inflation Rate, Import.

### Introdução

A presente análise define-se como um tipo de pesquisa quantitativa, tendo como principal objectivo estudar a regressão linear entre a taxa de inflação e o volume de importações com recursos a técnicas de análise de registos e documentos.

Usarei o teste **T de Student** para validar as seguintes hipóteses:

H1: O volume de importação contribuiu para explicar a taxa de inflação no período em análise, em que os bens consumidos em Angola são em grande parte importados.

H2: O volume de importação não contribui para explicar a taxa de inflação.

Angola tem uma economia bastante rica em recursos naturais, porém pouco produtiva. Este fenómeno em economia dos recursos naturais é descrito por alguns autores (Richard Auty, 1993, Jeffrey Sachs, 1995, Andrew Warner, 2001) como maldição dos recursos naturais ou doença **neerlandesa** (Max Corden e Peter Neary, 1982) para explicar este fenómeno.

Em síntese, essas teorias dizem, com algumas variações, que, quando o preço de uma *commodity* está em alta no mercado internacional, tendencialmente esta economia passará a especializar-se na sua

produção. A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na produção desses bens e a não se industrializar ou mesmo a se desindustrializar, o que, a longo prazo, inibe o processo de desenvolvimento económico. Enfraquecem-se assim outros sectores da economia, com destaque para o sector manufactureiro, fazendo também que a economia se torne importadora dos produtos que não produz ou que produz, mas em pequenas escalas, tornando-a muito dependente do mercado internacional.

Por outras palavras, em caso de algum choque que afecte directa e negativamente a cotação da sua *commodity* de exportação, a taxa de câmbio deteriora-se, fazendo que a economia enfrente problemas de “escassez” e aumentando a “**inflação**”.

Diante desta problemática, surgem duas grandes questões:

1. *Até que ponto o volume de importação contribui para explicar a taxa de inflação?*
2. *O que aconteceria com a taxa de inflação se o volume de importação diminuísse em grande escala?*

Estas questões serão respondidas ao longo da pesquisa.

Inflação é definida como aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços (Sandoval, 2015).

Porém, este fenómeno pode ser compreendido sob duas formas:

— Inflação de demanda, considerada o tipo mais clássico de inflação, diz respeito ao aumento na procura agregada de bens e serviços sem uma devida correspondência na produção. Intuitivamente, pode ser entendida como “dinheiro demais à procura de poucos bens” (Sandoval, 2015).

— Inflação de Custos, que pode ser associada a uma inflação tipicamente de oferta: o nível de procura permanece igual, porém o custo de produção de certos bens aumenta.

O tipo de inflação que mais se encaixa na realidade angolana é a inflação de custos, uma vez que Angola é bastante dependente das importações.

## **2. Regressão linear**

Podemos definir regressão linear como estudo da dependência de uma variável, dependente, em relação a uma ou mais variáveis, explanatórias, visando estimar ou prever o valor médio da população, da primeira em termos dos valores conhecidos.

A presente pesquisa traz consigo um modelo de regressão linear simples do tipo:

$$\Pi = \alpha + \beta m + u$$

$\Pi$  é a taxa de inflação,  $\alpha$  é o parâmetro que mede o intercepto,  $\beta$  também é um parâmetro conhecido como coeficiente angular,  $m$  corresponde a importação e  $u$  ao termo de erro.

## 2.1. Resultados e análise da pesquisa

**Tabela n.º 1:** Dados da taxa de inflação e importações (em Mil USD)

DATA	Inflação	Importação
2010	14,47%	16666.9
2011	13,48%	20228.40
2012	10,28%	23703.8
2013	8,78%	26331
2014	7,28%	28580.3
2015	9,35%	20692,5
2016	30,70%	13040.5
2017	29,84%	14463.2
2018	19,63%	15797.8
2019	17,08%	14127.1
2020	22,27%	9543.1
2021	25,75%	11794.8
2022	13,86%	17267
Total		232236.7

Fonte: Elabora própria

**Tabela n.º 2 :** Equação de regressão estimada do modelo

Variable	Coefi.	Std. Error	t-Statistic	Prob.
<i>C</i>	0.375029	0.044327	8.460521	0.0000
<i>M</i>	-1.14E-05	2.37E-06	-4.808500	0.0005
<i>R-squared</i>	0.677624	Mean dependent var		0.171362
<i>Adjusted R-squared</i>	0.648317	S.D. dependent var		0.079475
<i>S.E. of regression</i>	0.047131	Akaike info criterion		-3.131138
<i>Sum squared resid</i>	0.024435	Schwarz criterion		-3.044223
<i>Log likelihood</i>	22.35240	Hannan-Quinn criter.		-3.149003
<i>F-statistic</i>	23.12167	Durbin-Watson stat		1.576196
<i>Prob(F-statistic)</i>	0.000546			

Na tabela acima, temos os valores estimados entre a taxa de inflação e importação. Neles, o intercepto é positivo e, do ponto de vista estatístico, podemos interpretá-lo da seguinte maneira: se todo o resto for igual a zero, então a taxa de inflação aumenta em 0,375029. Como a inflação é uma taxa, a taxa de inflação estimada é de 37,5029%, *M* é o coeficiente angular cujo valor é de -0,00114%. A sua

interpretação é: como os dados da importação foram divididos em milhões, então, **para cada milhão gasto em importações, tudo o mais constante, a taxa de inflação varia em -0,00114%**; assim, se as importações num determinado momento forem de 30.000,00 USD (trinta mil milhões)

$$\Pi = 0,375029 - 0,0000114 * 30.000,00$$

$$\Pi = 3,3029\%$$

A taxa de inflação estimada é de 3,3029%, um dado inédito da nossa economia! Assim, podemos deduzir que, caso o governo decida reduzir a taxa de inflação, deve estimular as importações, contrariando desse modo tudo o que tem feito no sentido de diversificar a economia: substituir as importações pelas exportações! Noutro contexto em que o volume de importação se reduza significativamente (10000,00 USD):

$$\Pi = 0,375029 - 0,0000114 * 10.000,00$$

$$\Pi = 26,1029\%$$

A taxa de inflação subiria para 26,1029%, fruto de descida acentuada do volume de importação. No entanto, vale realçar que se trata apenas de um valor estimado, podendo ser ou não corresponder ao verdadeiro valor da taxa de inflação.

Mais abaixo, na tabela, temos outros resultados, como o coeficiente de determinação estimado em 67,7624%, o que significa dizer que no ano de 2010 a 2022 as importações explicaram 67,7624% da variação sofrida na taxa de inflação, sendo a força dessa relação linear calculada em 82,31%, muito forte!

Agora a questão que fica é:

Se as importações explicaram 67,7624% da variação sofrida na taxa de inflação no período, a que se devem os restantes 32,2376%? Esta questão será analisada adiante em mais detalhe!

Quanto aos testes de significância dos parâmetros, podemos concluir que todos os parâmetros são significativos, porque os valores das probabilidades dos parâmetros são todos inferiores a 5% de significância. Assim:

## 2.2. Pressuposto de Hipóteses

$$H_0 : M = 0$$

$$H_1 : M \neq 0$$

O valor P é a probabilidade de erro ao afirmar que M é significativo no modelo, o valor P de M é de 0,05%, o que significa dizer que a probabilidade de errarmos ao afirmar que M é estatisticamente significativo é de 0,05%. Como o nível de significância é de 5%, podemos afirmar e concluir que M é estatisticamente significativo! Logo, rejeita-se  $H_0$  porque  $P < \alpha$ .

## 2.3. Representatividade dos resíduos

Gujarati, em sua obra literária *Econometria Básica*, diz que resíduos são simplesmente a diferença entre os valores observados de  $\pi$  com os valores estimados de  $\pi^*$ . Para o nosso modelo, fica assim:

$$u^* = (\pi - \pi^*) \text{ ou } u^* = (\pi - \alpha - \beta m)$$

Como também podemos interpretar esta expressão como o grau de distanciamento dos valores estimados da taxa de inflação em relação ao verdadeiro valor da taxa de inflação, na mesma obra Gujarati diz que o termo do erro corresponde, na verdade, a factores que não foram incluídos no modelo, mas que influenciam o comportamento da variável y, que no caso é a taxa de inflação.

Um dos factores que determinam também a variação do nível geral de preços é o volume da massa monetária em circulação na economia. Essa questão está muito bem disseminada pela teoria clássica quantitativa. Rudiger Dornbusch, em sua obra *Macroeconomia*, diz que esta teoria é na verdade a teoria da inflação.

$$M \times V = P \times Y$$

Se  $V$  (velocidade renda) e  $Y$  (PIB) forem fixos, então o nível de preços será proporcional ao *stock* monetário. É de realçar que *stock* monetário é a base monetária. Por **base monetária** entende-se o total de moeda com o público (PP) mais reservas dos bancos comerciais (R), (Marco Sandoval, 2015), isto é:

$$B = PP + R$$

Uma vez que a inflação é um fenómeno monetário, é possível afirmar que a massa monetária terá influenciado o comportamento da taxa de inflação no período em análise. Em 2013, a taxa de inflação estimada foi de 7,4835% abaixo do verdadeiro valor, que foi de 8,78%. Assim, neste período, as importações explicaram 85,23% da variação na taxa de inflação, e os restantes 14,76%? Podemos citar o volume da massa monetária como a possível causa desta variação (14,76%) não especificada pelo modelo estimado, uma vez que no mesmo ano a base monetária foi de 850.408 milhões de Kwanzas, representando um crescimento de 16,93% em comparação com o período anterior.

Durante os anos de 2015, 2016 e 2017, a taxa de inflação acumulada registou um crescimento de 75,51% em comparação com a taxa de inflação acumulada dos 4 anos anteriores, porque, no mesmo período, as importações tiveram uma diminuição de 51,24% em relação aos 4 anos anteriores, fruto da desvalorização do Kwanza face ao dólar, lembrando que este, durante os anos de 2011 a 2017, desvalorizou-se em 77,16%. Deve realçar-se que neste período também houve um aumento significativo na base monetária de 33,08%. Assim, em conjunto com a diminuição na quantidade importada, a taxa de inflação acumulada teve um aumento de 75,51% face à taxa de inflação acumulada dos últimos 4 anos, já que, em 2018, o volume de importação aumentou em 9,227%, enquanto a base monetária diminuiu em 10,71%, em comparação com 2017! Assim, ambas as variáveis contribuíram para que a taxa de inflação reduzisse significativamente em 34,21%.

Já no ano de 2020, ocorreu um fenómeno inesperado! Ora, as importações reduziram drasticamente em 32,44% em relação a 2019 e verificou-se um aumento na base monetária de 4,73% em comparação com o mesmo período. Em circunstâncias normais, a taxa de inflação poderia ir além dos 22,27% registados! Se o modelo nos sugere uma taxa de 26,62%, em função do comportamento das variáveis, sob análise, esta seria a verdadeira taxa de inflação. Entretanto, vale realçar que este foi um ano de pandémico! De confinamento (fruto das medidas de controlo da propagação da covid-19), a teoria quantitativa da moeda nos diz: os preços têm relação directa e proporcional com a velocidade-renda, e massa monetária, velocidade-renda, é o número de vezes que cada unidade monetária é utilizada em transacções. Como 2020 foi um ano de confinamento, paralisação das actividades (sociais e económicas) habituais da colectividade, é cabível afirmar que, no mesmo ano, a velocidade-renda se tenha reduzido! Isso porque as transacções diminuíram (num contexto de restrições económicas e sociais semelhantes ao ano de 2020, a moeda pode circular, mas com baixa frequência!). Atendendo ao facto de os preços terem relação directa e proporcional com a velocidade-renda e massa monetária, se a velocidade-renda for baixa ou tender para zero, ainda que a massa monetária registe aumentos, o nível geral de preços não varia!

$$P = VM/Y$$

Assim, podemos afirmar que a velocidade-renda esteve na base do congestionamento da evolução do nível geral de preços em 2020!

## Conclusão

Verificou-se que existe uma relação estreita entre a taxa de inflação e o volume de importação de bens e serviços! E que as importações contribuem significativamente para explicar a variabilidade do nível geral dos preços.

Com esta pesquisa, chegou-se à conclusão de que neste período houve mais variáveis a influenciar o comportamento da taxa de inflação, para além do volume de importação, embora omitidas explicitamente pelo modelo, mas a sua influência é sentida através dos resíduos!

Com isto, percebe-se claramente que, caso o Governo pretenda reduzir a taxa de inflação, no curto prazo, deverá optar por medidas que estimulem as importações, pois a economia ainda é bastante dependente das importações, embora esta medida possa contrariar os esforços que o governo tem feito

no sentido de diversificar e promover a economia! Entretanto, em função da situação socioeconómica, o Governo deverá mesmo optar por uma medida do género. A cada dia que passa, os angolanos sentem-se mais empobrecidos. Aumentar os salários não é a solução, de nada adianta um aumento no salário se os preços os acompanharem.

## **Bibliografia**

Robbins, Damodar N. Gujariti (2004), *Econometria Básica*, quinta edição, ABDR.

Evolução das taxas de inflação de Angola. Disponível em:  
<https://www.dadosmundiais.com/africa/angola/inflacao.php>

Importação por categoria. Disponível em: <https://www.bna.ao/pt/estatistica-externas/dados-anuais.com>

Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, *Economia Micro e Macro*, 4.ª quarta edição.

Rudiger Dornbusch, Stanley Fischer, Richard Startez, *Macroeconomia* 11.ª edição.

Patrocinador:



ESCOLAR  
EDITORA